

**Eletrobras  
Furnas**

Furnas Centrais Elétricas S.A. CNPJ 23.274.194/0001-19

# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO & DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**2022**

Aqui você confere os indicadores de resultados da Eletrobras Furnas em 2022

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2022

### COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

#### Conselho de Administração

Luiz Augusto Pereira de Andrade Figueira - Presidente  
Camila Galda Sampaio Araujo • Marcio Szczetman • Stania Lopes Moraes

#### Representante dos Empregados

Leonardo dos Santos Pessoa

#### Independente

vago

#### Conselho Fiscal

Efetivos: Rodrigo Vilella Ruiz • Roberto Pinheiro Klein Júnior

Suplentes: André Luiz Amaral dos Santos • Andrea Costa Amancio Negrão • Marcelo Senna Valle Pioto

#### Diretoria Executiva

##### Diretor-Presidente

Caio Pompeu de Souza Brasil Neto

##### Diretor de Finanças

Caio Pompeu de Souza Brasil Neto

##### Diretor de Regulação e Comercialização

José Alves de Mello Franco

##### Diretor de Engenharia

Sidnei Bispo

**Diretor de Operação e Manutenção**  
Francisco José Arteiro de Oliveira

**Diretor de Gestão Corporativa**  
Pedro Eduardo Fernandes Brito

**Diretor de Finanças**  
Caio Pompeu de Souza Brasil Neto

**Diretor de Regulação e Comercialização**  
José Alves de Mello Franco

**Diretor de Engenharia**  
Sidnei Bispo

### MENSAGEM DO PRESIDENTE

Crescer de forma sustentável, garantindo o progresso, a eficiência e a constante modernização das operações têm sido os principais pilares da atuação da Eletrobras Furnas ao longo de seus 66 anos de atividades. Com foco e metas claras de desenvolvimento responsável, associados às mais avançadas iniciativas de governança, atingimos um modelo de gestão capaz de impulsionar os resultados do setor elétrico.

A busca permanente pela excelência, sobretudo diante dos desafios que chegaram com as transformações, assegurou-nos incontáveis reconhecimentos de padrões internacionais em diversas áreas, especialmente no que se refere à inovação e à geração de energia limpa, sempre alinhados aos objetivos estratégicos da Eletrobras.

Com os novos tempos e a busca incessante por superações, chegaram também conquistas significativas em diversos segmentos e operações. Para isso, a companhia implementou metas e programas que estimulam a diversidade nos cargos de lideranças, a equidade de gênero, os direitos humanos e a liberdade de expressão.

Furnas investiu fortemente na cultura organizacional em sinergia com cada uma das diretrizes do Plano Estratégico das empresas Eletrobras. A companhia aperfeiçoou a gestão de negócios e processos, valorizando competências individuais e coletivas, tais como a alta performance, a integração, o protagonismo, a competitividade, a cooperação e, ainda, a agilidade, a eficiência, entre outras práticas que contribuem para o modelo de negócios de uma empresa inovadora. Os esforços para solidificar uma gestão moderna e atenta às exigências de um ambiente corporativo consciente e saudável contou com cursos de capacitação, mentoria e sensibilização, ministrados em plataforma à distância, para funcionários de todas as regiões.

#### A energia que move o Brasil

Em 2022, o Escritório de Projetos de Furnas foi eleito o melhor do Brasil. Ainda entre os vários destaques de um ano de grandes transformações, merecem especiais menções o contrato de R\$ 400 milhões para modernização da UHE Porto Colômbia; a conquista do sexto lugar no ranking das 100 Empresas mais Inovadoras no Uso de TI (Tecnologia da Informação) de 2022, segundo o

IT Forum Itaú; a venda – em leilão inédito na B3 – de parte do imóvel da antiga sede, em Botafogo (RJ); o projeto de Prevenção contra Perdas e Vazamento de Dados e a reconstrução de cinco torres de transmissão em Minas Gerais.

Furnas concluiu a modernização da proteção do Sistema de Transmissão de Itaipu, iniciou a substituição do seu sistema de sincronismo de tempo e a modernização da segurança cibernética das suas subestações e usinas. Cerca de R\$ 49 milhões estão sendo investidos em 71 instalações operativas, permitindo maior confiabilidade à operação e proteção de dados.

A implantação do ciclo combinado na UTE Santa Cruz foi também concluída. Trata-se de um projeto complexo que adicionará mais 150MW aos 350MW de potência instalada atualmente no empreendimento, sem consumo extra de combustível e nenhum acréscimo de emissões atmosféricas, o que possibilitará significativa redução no Custo Variável Unitário (CVU) da usina, tornando-a mais competitiva na comercialização de energia despachada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

No âmbito ambiental, Furnas conquistou o 10º Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol (PBGHG) ano-base 2022. Já na área social, além do Edital para Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, pela primeira vez em sua história, a companhia lançou o Edital para o Fundo dos Direitos da Pessoa Idosa, beneficiando diretamente as populações dos territórios onde a Empresa está presente.

São muitos os projetos concluídos, as vitórias alcançadas e os programas em andamento e/ou em conclusão que corroboram com toda essa grande energia que move o Brasil. Furnas terminou o ano com resultados financeiros e operacionais positivos, atingindo R\$ 1,65 bilhão de lucro líquido e R\$ 12,46 bilhões de receita operacional líquida (ROL). Participou de forma competitiva de leilões de energia e tem elevado a participação do varejo em sua estratégia comercial, acompanhando a evolução do mercado.

Em 2022, Furnas escreveu mais um importante capítulo da história do setor elétrico brasileiro e, com o compromisso de modernização e crescimento sustentável, cumpriu papel de protagonismo em muitos momentos marcantes do País.

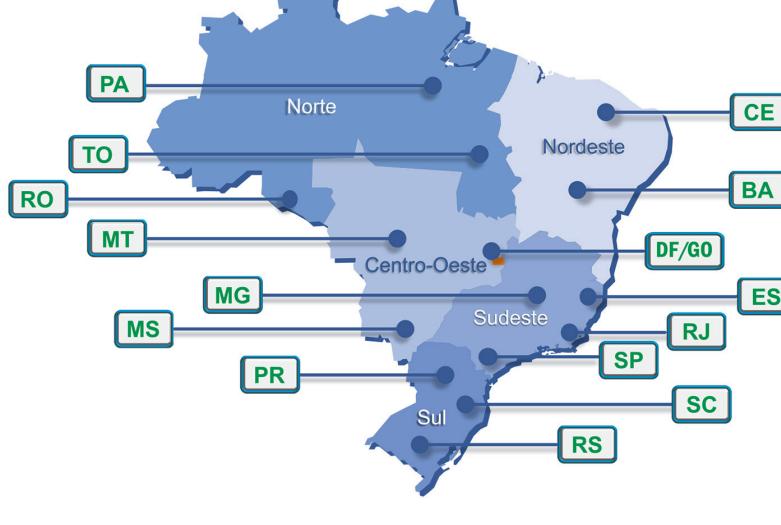
**Caio Pompeu de Souza Brasil Neto**  
Diretor-Presidente e Diretor de Finanças da Eletrobras Furnas

### MODELO DE NEGÓCIOS

#### PERFIL

Criada em 28 de fevereiro de 1957, Furnas Centrais Elétricas S.A. é sociedade anônima de capital fechado, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A., Eletrobras. Furnas atua na geração, transmissão e comercialização de energia elétrica, por meio de empreendimentos (próprios, em regime de Sociedade de Propósito Específico, em parceria com a iniciativa privada ou designada temporariamente), em 15 estados (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraná, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Tocantins, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Ceará, Bahia e no Distrito Federal). A sede de Furnas está localizada na Avenida Graça Aranha, número 26, no Centro do Rio de Janeiro. A comercialização de energia é exercida com empresas distribuidoras de energia, comercializadoras e consumidores livres.

#### Presença em 15 estados e no Distrito Federal



#### Capacidade Instalada (MW)<sup>(1)</sup>

	2020	2021	2022
Hidráulica	17.766	17.766	17.766
Eólica	123	123	123
Térmica	375	375	375 <sup>(2)</sup>

<sup>(1)</sup> Não considera a capacidade instalada da UHE Jaguari (27,6 MW) para a qual Furnas foi designada responsável pela Prestação do Serviço de Geração de Energia Elétrica, a partir de 1º de janeiro de 2021, até a assunção do concessionário vencedor de nova licitação, conforme Portaria nº 409, de 13 de novembro de 2020, do Ministério de Minas e Energia (MME).

<sup>(2)</sup> Na UTE Santa Cruz foi implantado o ciclo combinado que adicionará 150 MW à atual capacidade instalada. Os testes de comissionamento qualificaram Furnas a obter a autorização de operação comercial. O acréscimo na capacidade instalada não implica consumo extra de combustível e nem acréscimo de emissão de GEE, trazendo uma significativa redução no Custo Variável Unitário (CVU) da Usina, tornando-a mais competitiva na comercialização de energia despachada pelo ONS. A UTE Campos (Roberto da Silveira), com 25 MW, encontra-se em processo de extinção (Despacho ANEEL nº 260, de 31.01.2023).

#### Extensão das Linhas de Transmissão (km)<sup>(1)</sup>

	2020	2021	2022
Linhas de Transmissão	34.995	35.201	34.787

• Compreende a extensão total das Linhas de Transmissão próprias e em SPEs.

#### Capacidade de Transformação (MVA)

	2020	2021	2022
Subestações (SEs)	147.972	147.383	126.176

• Compreende a capacidade total de transformação das Subestações próprias e em SPEs.

### ESTRUTURA SOCIETÁRIA

Furnas, sociedade anônima de capital fechado, enquanto subsidiária da Eletrobras, atende aos requisitos da Lei Sarbanes-Oxley (SOX) na prestação de informações para que a *Holding* possa manter a negociação de suas ações por meio de *American Depositary Receipts* (ADRs) Nível II, bem como participar do *Dow Jones Sustainability Index* (DJSI) da Bolsa de Nova York e do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3).

Em 2022, o Capital Social, no valor de R\$ 15.439.373.047,37 (quinze bilhões, quatrocentos e trinta e nove milhões, trezentos e setenta e três mil, quarenta e sete reais e trinta e sete centavos), apresentou a seguinte composição:

Acionista	Ação Ordinária		Ação Preferencial		Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	
Eletrobras	69.585.003.655	99,87	19.433.351.270	98,95	89.018.354.935
Outros	91.700.408	0,13	205.278.775	1,05	296.979.183
					99,67

### CENÁRIO SETORIAL

No ano de 2022, o consumo de energia elétrica no Brasil registrou 508,6 TWh, o que significa uma expansão de 1,2%, na comparação com o de 2021, segundo os dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Após a pandemia de 2020, este foi o segundo ano de crescimento do mercado de energia, porém com ritmo ainda menor que a média histórica. O ambiente de contratação livre de energia elétrica, responsável por 36,4% da energia consumida no Sistema Interligado Nacional (SIN), contribuiu positivamente para esta alta, tendo registrado crescimento de 7,2% em relação ao ano anterior, enquanto se observa estabilidade no Mercado Cetivo (0,1%) no mesmo período. Na avaliação da CCEE, os destaques do Mercado Livre foram os setores de Serviços (16,2%), Madeira, Papel e Celulose (12,7%) e Comércio (10,5%).

A alta observada para o SIN (Mercado Livre + Regulado) em 2022 não foi homogênea nas três principais classes de consumo. A classe comercial, responsável por cerca de 18% do consumo do SIN, apresentou alta de 5,4%, enquanto a residencial, que representa 30% do SIN, registrou crescimento bem inferior, de 1,1%. Já o setor industrial, a maior classe de consumo do Sistema Interligado (~36%), se manteve estável na comparação com o ano anterior, registrando um pequeno acréscimo de 0,4%. No recorte regional, foi verificada expansão em quase todos os subsistemas, à exceção do Nordeste (-0,2%): Norte (+6,9%), Sul (+2,3%), Sistemas Isolados (+0,8%), Sudeste/Centro-Oeste (+0,5%).

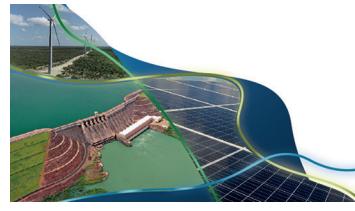
No âmbito do Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE 2032), a EPE projeta em seu Caderno de Demanda de Eletricidade, um crescimento de 3,4% a.a. no consumo total de eletricidade no cenário de referência, o que representa 0,7 ponto percentual acima da sua projeção para a expansão da economia no mesmo período (2,7% a.a.), resultando numa elasticidade-renda média de 1,27 entre 2022 e 2032.

### AMBIENTE REGULATÓRIO

#### Novo Contrato de Concessão de Geração - Lei nº 14.182/2021

Em 17.06.2022, foi firmado o novo Contrato de Concessão de Geração nº 003/2022, no âmbito da capitalização da Eletrobras, veiculando nova outorga de usinas hidrelétricas pelo prazo de 30 anos, com alteração do regime de exploração para produção independente da energia elétrica - PIE e promovendo a descontração escalonada da energia elétrica contratada em regime de cotas ("descotação"), conforme os seguintes percentuais anuais estabelecidos pela Resolução CNPE nº 15/2021:

Ano	Percentual de Garantia Física Alocada em Regime de Cotas
2023	80%
2024	60%
2025	40%
2026	20%
2027	0%
2028 em diante	0%



**Eletrobras  
Furnas**

Furnas Centrais Elétricas S.A. CNPJ 23.274.194/0001-19

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO & DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**2022**

Aqui você confere os indicadores de resultados da Eletrobras Furnas em 2022

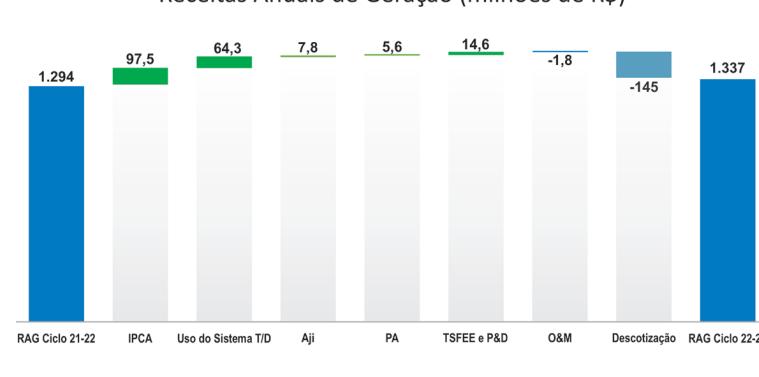
### Indenização das Usinas Prorrogadas

Conforme definido na Resolução CNPE nº 15/21, para as usinas alcançadas pela Lei nº 14.182/2021, a parcela de investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, cujas concessões foram prorrogadas ou não, nos termos do art. 1º da Lei nº 1.278/13, foi considerada no cálculo do valor adicionado pelo novo contrato de concessão - VAC no âmbito da desestatização da Eletrobras.

### Reajuste Anual da Receita de Geração Cotista

A Resolução Homologatória ANEEL nº 3.068/2022, publicada em 14.07.22, estabeleceu um aumento de 3% das Receitas Anuais de Geração - RAG das usinas hidrelétricas em regime de cotas, nos termos da Lei nº 12.783/2013, compreendendo o período de 01.07.22 a 30.06.23, reajustando a RAG do ciclo 2021/2022, que era de R\$ 1.294 milhões para R\$ 1.337 milhões, líquida de PIS e COFINS.

A RAG do ciclo 2022/2023 apresentou aumento de aproximadamente R\$ 43 milhões em relação ao ciclo tarifário anterior devido, majoritariamente, (i) à correção monetária pelo índice IPCA acumulado (11,89%) de aproximadamente R\$ 97,5 milhões; (ii) ao aumento das novas tarifas de uso do sistema definidas pelo regulador de aproximadamente R\$ 64,3 milhões; (iii) ao efeito positivo da variação da Parcela de Ajuste por Indisponibilidade Aparada - AJI de aproximadamente R\$ 7,8 milhões; (iv) à variação da Parcela de Ajuste - PA positiva de aproximadamente R\$ 5,6 milhões; (v) à variação positiva dos encargos setoriais (TFSEE e P&D), de cerca de R\$ 14,6 milhões; (vi) à variação negativa do GAGO&M diante da trajetória definida na Resolução Normativa 818/2018 até o ciclo 2022/2023, de aproximadamente R\$ 1,8 milhões; e (vii) ao efeito negativo, de aproximadamente R\$ 145 milhões, decorrente da descontração de 20% da energia elétrica contratada em regime de cotas ("descotação"), conforme Contrato de Concessão nº 003/2022, a partir de 01.01.23.



A garantia física associada à descontração escalonada da energia elétrica em regime de cotas será negociada livremente no mercado sob o regime de produção independente de energia - PIE, conforme Contrato de Concessão nº 003/2022. Ressalte-se que nos valores homologados está incluído o recebimento da RAG associada à prestação temporária do serviço de geração da UHE Jaguari, definida por meio da Portaria MME nº 409/20.

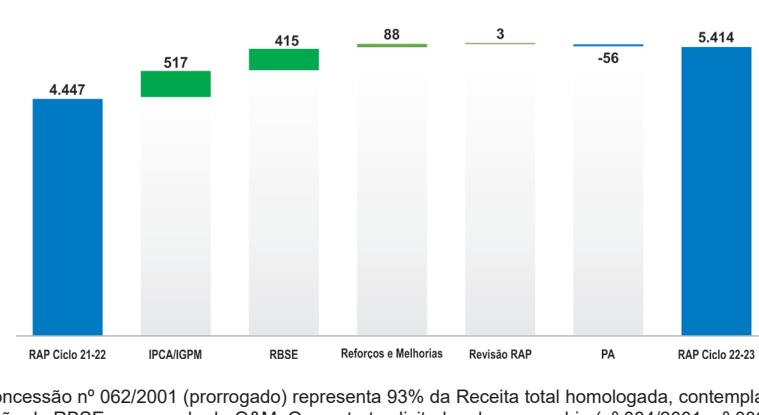
### Revisão Periódica das Receitas Anuais Permitidas dos Contratos de Concessão nº 014/2011 e nº 016/2012

Como resultado da Consulta Pública nº 09/2022, em 01.07.22, foi publicada a Resolução Homologatória nº 3.050/22, definindo o resultado da Revisão Periódica da Receita Anual Permitida - RAP de 2022 dos Contratos de Concessão Licitados. Para o Contrato de Concessão nº 014/2011, a revisão ensejou um índice de reposicionamento econômico nominal - ITR de 22,74%, implicando acréscimo de RAP de R\$ 1.04 milhão em relação ao ciclo anterior (2021/2022). Já para o Contrato de Concessão nº 016/2012, a revisão resultou em um ITR de 22,48%, implicando acréscimo de RAP de R\$ 2,30 milhões. O resultado do reposicionamento foi aplicado a partir de julho de 2022.

### Reajuste Anual da Receita de Transmissão - ciclo 2022/2023

A Resolução Homologatória ANEEL nº 3.067/2022, publicada em 14.07.22, estabeleceu um aumento de 23% da Receita Anual Permitida - RAP, no Ciclo Tarifário 2022/2023, compreendendo o período de 01.07.22 a 30.06.2023, reajustando a RAP do ciclo 2021/2022, que era de R\$ 4.447 milhões para R\$ 5.470 milhões.

O referido resultado se deve, majoritariamente, (i) à correção monetária pelos índices IPCA (11,73%), e IGPM (10,72%) acumulados, de aproximadamente R\$ 517 milhões; (ii) aos efeitos do "Reperfilamento" do componente financeiro da RBSE e das desmobilizações de ativos no componente econômico da RBSE de aproximadamente R\$ 415 milhões; (iii) à receita adicional de R\$ 88 milhões referente aos Reforços e Melhorias que entraram em operação comercial; (iv) à receita adicional de aproximadamente R\$ 3 milhões referente à Revisão Periódica da Receita dos contratos licitados descrita no item a anterior. A referida Resolução também definiu uma Parcela de Ajuste (PA) negativa de R\$ 56 milhões, homologando valor total da receita de transmissão da companhia no ciclo 2022/2023 (RAP + PA) de R\$ 5.414 milhões, líquida de PIS e COFINS.



O Contrato de Concessão nº 062/2001 (prorrogado) representa 93% da Receita total homologada, contemplando Reforços e Melhorias, Indenização da RBSE e a parcela de O&M. Os contratos licitados da companhia (nº 034/2001, nº 006/2005, nº 007/2006, nº 003/2009, nº 006/2010, nº 014/2011, nº 016/2012) representam 7%:

### Contrato de Concessão de Transmissão nº 28/2009 - incorporação da Transenergia Goiás S.A - TGO

Em 30.12.22, foi assinado o 3º Termo Aditivo do Contrato de Concessão de Transmissão nº 28/2009-ANEEL, formalizando a transferência da concessão de serviço público de transmissão regida por este Contrato, mediante a incorporação da Transenergia Goiás S.A. por Furnas, conforme Resolução Autorizativa nº 12.984/2022, de 09.11.22. O valor da Receita total homologada para o ciclo 2022/2023 pela Resolução Homologatória ANEEL nº 3.067/2022, de 14.07.22, associada ao referido contrato, é de aproximadamente R\$ 15,5 milhões, decorrente do aumento da RAP de 11,73% (reajuste IPCA) em relação ao ciclo tarifário anterior (2021/2022) e da Parcela de Ajuste (PA) negativa de R\$ 463 mil, líquida de PIS/COFINS. Ainda de acordo com o Contrato, a ANEEL procederá à Revisão Periódica da RAP em intervalo periódico de 5 anos, sendo a próxima prevista para 01.07.25.

### DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Embora tenha enfrentado um cenário bastante desafiador em 2022, Furnas apresentou resultados econômico-financeiros satisfatórios. Isso demonstra que as medidas tomadas nos últimos anos têm preparado as bases para garantir a solidez e o crescimento sustentável da Companhia. Merecem destaque o lucro líquido de R\$ 1,65 bilhão, com margem líquida de 13%, e o Ebitda (critério CVM) de R\$ 4,33 bilhões, com margem de 35%.

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Demonstração do Resultado Resumida (R\$ milhões)	2022	2021 (reclassificado)	Variação (%)
Receita Operacional Líquida	12.458	12.859	-3%
Custos e Despesas Operacionais	(8.351)	(6.110)	37%
Ebitda	4.334	6.771	-36%
Resultado Financeiro	(1.720)	(502)	242%
Lucro Líquido	1.647	4.033	-59%

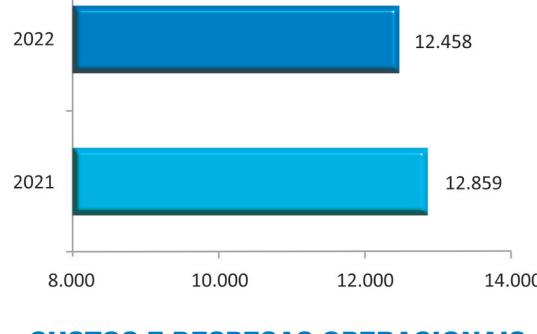
### RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Ainda sob efeito do reperfilamento no recebimento da RBSE, cujo maior impacto se deu no ano de 2022, a receita operacional líquida em 2022 atingiu R\$ 12,5 bilhões, cerca de 3% inferior aos R\$ 12,9 bilhões de 2021.

O segmento de Transmissão foi negativamente impactado em 2022 pela redução do IPCA acumulado, que remunera a receita financeira contratual, frente ao IPCA acumulado do exercício anterior.

Já a receita operacional do segmento de Geração foi positivamente impactada pelos efeitos da consolidação da Madeira Energia S.A. - MESA.

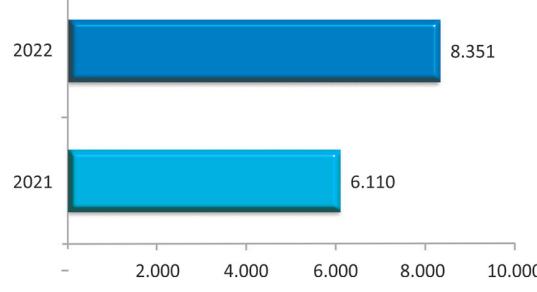
### Receita Operacional Líquida (R\$ Milhões)



### CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

O aumento dos custos e despesas operacionais em 2022 frente ao exercício anterior se deveu, principalmente, ao acréscimo dos valores com energia comprada para revenda, à implementação do Programa de Demissão Voluntária (PDV) e à consolidação da Madeira Energia S.A. - MESA.

### Custos e Despesas Operacionais (R\$ Milhões)



### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO & DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

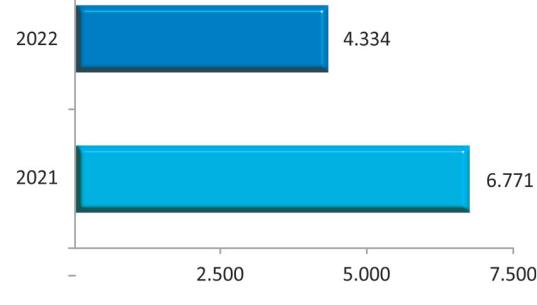
**2022**

Aqui você confere os indicadores de resultados da Eletrobras Furnas em 2022

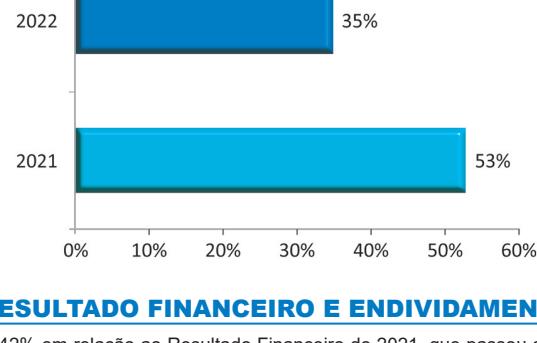
### EBITDA

Como reflexo dos impactos acima descritos, houve redução do Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) de 2022, calculado pelo critério CVM, que atingiu R\$ 4,3 bilhões, ante R\$ 6,8 bilhões em 2021. A margem Ebitda foi de 35% em 2022, ante 53% em 2021.

Ebitda (R\$ milhões)



Margem Ebitda (%)



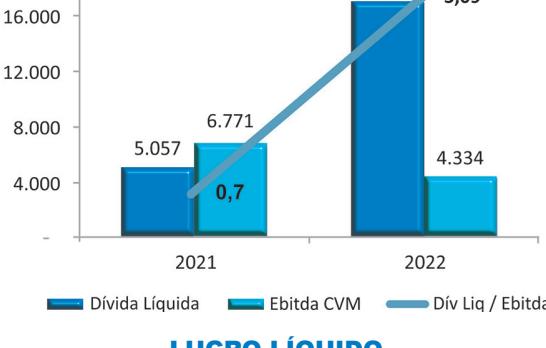
### RESULTADO FINANCEIRO E ENDIVIDAMENTO

Verificou-se uma variação de 242% em relação ao Resultado Financeiro de 2021, que passou de -R\$ 502 milhões para -R\$ 1,7 bilhão em 2022, muito influenciado pela consolidação da Madeira Energia S.A. - MESA, cuja dívida monta cerca de R\$ 20 bilhões, e pelo impacto dos aumentos da taxa referencial básica de juros da economia ao longo de 2022.

O endividamento, não obstante os esforços da Companhia na contínua busca pela melhoria do perfil da dívida, também foi fortemente impactado pela consolidação de MESA.

De 2021 para 2022 a Dívida Líquida aumentou 237% (R\$ 12 bilhões), e o indicador Dívida Líquida/Ebitda passou de 0,7 para 3,9.

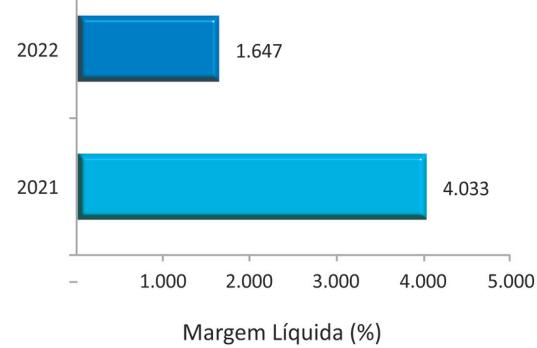
Dívida Líquida / Ebitda CVM



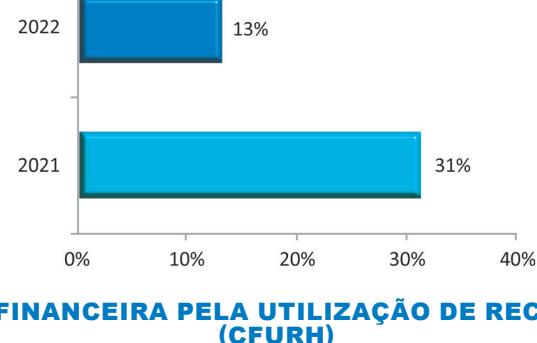
### LUCRO LÍQUIDO

Mesmo com o aumento dos custos e despesas operacionais e com a redução da receita operacional líquida, Furnas apresentou Lucro Líquido de R\$ 1,65 bilhão, ante R\$ 4 bilhões em 2021, com margem líquida de 13%, ante 31% em 2021.

Lucro Líquido (R\$ milhões)

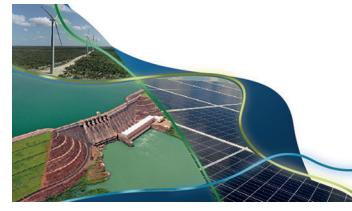


Margem Líquida (%)



### COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS (CFURH)

A CFURH é um encargo setorial pago à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) pelas concessionárias de geração hidrelétrica e demais empresas autorizadas a produzir energia hidrel



# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO & DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2022

Aqui você confere os indicadores de resultados da Eletrobras Furnas em 2022

Atualmente, há cerca de 50 projetos em andamento no portfólio de geração. O escopo destes projetos varia entre implantação de pequenas melhorias a modernizações de grande porte nas usinas. Destacam-se:

### Modernização da UHE Porto Colômbia

O projeto visa a substituição, atualização tecnológica ou revitalização dos geradores, turbinas hidráulicas, reguladores de velocidade e tensão, além de diversos outros equipamentos e sistemas obsoletos ou em fim de vida útil, já que a usina está em operação há 47 anos. Com um investimento total estimado em cerca de R\$ 560 milhões, por um período de 60 meses, a modernização permitirá que a usina recupere sua disponibilidade e, desta forma, evite perdas financeiras ao longo do tempo restante de sua concessão.

### Substituição de Transformadores Elevadores da UHE Luiz Carlos Barreto

Os equipamentos estão sendo substituídos porque encontram-se em fim de vida útil e com baixa confiabilidade. O investimento total ao longo de 36 meses é de cerca de R\$ 50 milhões.

### Transmissão

O parque de transmissão em operação apresenta capacidade de transformação total de 126.176 MVA, decorrente da operação das 75 subestações, próprias, ou em parceria, via SPEs.

Subestações (SEs)	2022	2021	2020
Renovadas	47	47	47
Não Renovadas	11	8	8
Em SPE	17	17	17

As linhas de transmissão operadas pela Empresa alcançam o total de 34.787 km de extensão.

Linhas de Transmissão (km)	2022	2021	2020
Renovadas	19.843,20	20.067,00	20.066,20
Não Renovadas	1.635,00	1.635,00	1.635,00
Em SPE	13.312,29	13.499,26	13.293,93

### Reforços e Melhorias em Instalações de Geração e Transmissão

No parque gerador, foram investidos, em 2022, R\$ 151,6 milhões, sendo R\$ 52,7 milhões em projetos em usinas cotistas e R\$ 98,9 milhões na conclusão do ciclo combinado na UTE Santa Cruz.

Visando implantar, no parque transmissor existente, reforços autorizados pela Aneel e melhorias identificadas por Furnas como necessárias à segurança e confiabilidade do sistema, foram investidos, em 2022, R\$ 375,4 milhões. No triênio 2020-2022 foram realizados investimentos de aproximadamente R\$ 861,4 milhões.

Destacamos ainda, no ano de 2022, a instalação de 274 novos equipamentos com Resoluções Autorizativas da Aneel, com receita prévia ou a ser definida na revisão tarifária. Esses esforços proporcionaram as energizações nas subestações Adrianópolis, Angra dos Reis, Águas Vermelhas, Brasília, Cachoeira Dourada, Campos, Macaé, Mogi das Cruzes, Guarulhos, Ibiúna, Sistema Especial de Proteção (SEP) 750 kV tronco de Itaipu, Maresias de Moraes, Porto Colômbia e Tijucu Preto.

### OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO (O&M)

#### Operação do Sistema

A operação do sistema elétrico por Furnas tem sido caracterizada pela busca contínua do aprimoramento dos processos e atividades com o objetivo de preservar a confiabilidade e a qualidade do fornecimento de energia elétrica em toda a área de atuação da empresa. O sistema de transmissão é supervisionado, de forma geral, pelo Centro de Operação do Sistema, no Rio de Janeiro, em articulação com os centros de operação regionais. Informações das mais remotas áreas são transmitidas por meio de tecnologias de comunicação aos centros de operação, que dispõem de um panorama online completo de todas as instalações, utilizando sistemas computacionais em tempo real e tecnologias *videowall* de última geração.

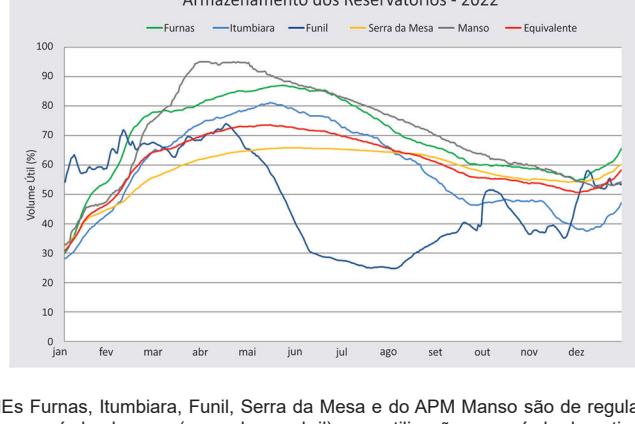
Para que a confiabilidade e a qualidade sejam o diferencial dos serviços prestados, a qualificação de pessoas e o desempenho de equipamentos e instalações são alvo de máxima atenção da direção da Empresa.

Furnas mantém um programa de modernização das instalações para atendimento aos requisitos estabelecidos pelos Procedimentos de Rede, tendo como exemplo projetos de revitalização e reforço no âmbito da geração e transmissão de energia, com destaque para as melhorias nos esquemas de proteção e controle de equipamentos.

#### Situação Hidrológica dos Reservatórios

O ano de 2022 caracterizou-se pelo aumento do armazenamento dos principais reservatórios de acumulação da Empresa em relação ao ano anterior. O reservatório da UHE Funil, que iniciou o ano com maior armazenamento, enfrentou período de estiagem mais acentuado, tendo se recuperado com o início do período chuvoso, juntamente com os demais reservatórios.

Ao final do exercício, os níveis de armazenamento eram da ordem de 65,79% no reservatório da UHE Furnas, 47,30% no da UHE Itumbiara, 53,72% no da UHE Funil, 60,15% no da UHE Serra da Mesa e 54,13% no do APM Manso. O reservatório equivalente, que é a representação do volume total de água armazenada nos reservatórios das hidrelétricas de Furnas, encerrou o período com 58,43% de capacidade, acima dos 30,28% observados no final de 2021.



Os reservatórios das UHEs Furnas, Itumbiara, Funil, Serra da Mesa e do APM Manso são de regularização anual e operam armazenando água durante o período chuvoso (novembro a abril) para utilização no período de estiagem (maio a outubro). Esse procedimento permite que as usinas produzam a quantidade necessária de energia elétrica durante todo o ano, além de fornecerem água para que outras usinas a jusante também possam operar.

As usinas são componentes do SIN e sua operação é planejada e programada em conjunto com o ONS. No caso das hidrelétricas, o nível do reservatório e a energia despachada são definidos pelo ONS, que opera o conjunto de reservatórios brasileiros de forma integrada com o objetivo de garantir a segurança energética a menores custos.

#### Mantenção das Instalações

A estratégia adotada para a manutenção dos ativos está calcada no conceito de Manutenção Centrada em Confiabilidade (MCC), metodologia mundialmente consagrada, que estabelece a melhor estratégia de manutenção para um sistema, função de transmissão ou equipamento, gerando planos de manutenção com ações adequadas de manutenção preventiva, preditiva ou detectiva, com base nos modos de falha identificados e suas criticidades. Esta estratégia também atende a rígidas determinações do Regulador.

Os planos de manutenção são implementados no sistema de planejamento de recursos da empresa (ERP) e, nas periodicidades adequadas, geram ordens de manutenção que são executadas por equipes de campo altamente treinadas, organizadas em Departamentos de Produção, de forma a atender todo o parque gerador e o sistema de transmissão de Furnas.

A Empresa demonstra ao Regulador, através do Operador Nacional do Sistema (ONS), todas as atividades de manutenção desenvolvidas nos prazos regulatórios determinados.

A efetividade das ações de manutenção de Furnas pode ser verificada por meio dos altíssimos índices de disponibilidade e confiabilidade das linhas de transmissão, subestações e unidades geradoras que, a despeito do longo tempo em operação de algumas instalações, estão entre os mais elevados dentre as concessionárias de transmissão e geração do Brasil. Este controle é disposto em dashboards que demonstram em tempo real os principais resultados e que em 2022 foram:

- Disponibilidade Operacional de Linhas de Transmissão: 99,95%
- Disponibilidade Operacional de Transformadores: 99,87%
- Disponibilidade de Geração Relativa: 1,05

Os altos índices de disponibilidade dos ativos refletem o compromisso das equipes de manutenção, operação e telecomunicações junto com as áreas de produção, realizando efetivos planejamento, execução, análise e planos de ação para a obtenção do desempenho máximo de cada ativo.

#### Base de Dados das Instalações de Transmissão de Energia Elétrica (BDIT)

Furnas se estruturou para atender a Resolução Normativa 861/2019, publicada no DOU em 3 de dezembro de 2019, que rege a disposição dos dados técnicos e contábeis dos equipamentos de transmissão da rede básica.

O Regulador dispõe de um banco de dados, de gestão do ONS, para ser alimentado pelos agentes de transmissão em três ondas de cadastramento. O objetivo é reunir em um mesmo local todos os dados técnicos e financeiros dos equipamentos em operação no país.

Trata-se de um projeto complexo e audacioso, por conta do considerável volume de equipamentos instalados e da dificuldade de obtenção e consolidação de alguns dos dados exigidos. Neste processo, Furnas vem percorrendo instalação por instalação sob sua concessão, no intuito de suprir o requisitado na Resolução Normativa 861/2019 e nas Especificações Técnicas complementares publicadas pelo ONS no Portal SINTERGE.

Neste cenário está compreendido o levantamento técnico-contábil de 162 linhas de transmissão e todos os equipamentos instalados em 49 subestações da Empresa, perfazendo mais de um milhão de atributos.

Este trabalho propiciará a Furnas uma base técnica e contábil conciliada, como requer o Projeto de Gestão de Ativos (AIS) desenvolvido pela *Holding*, facilitando a identificação correta dos ativos nas bases oficiais da Empresa.

### COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

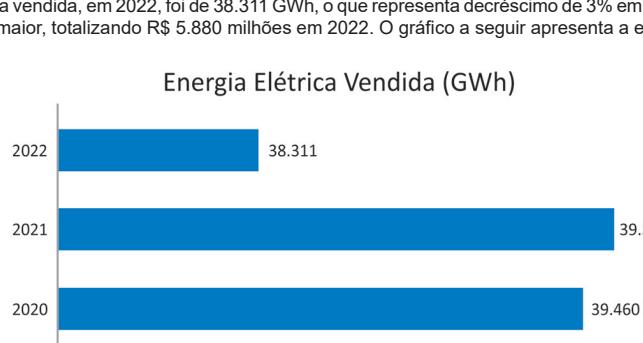
Visando maximizar seus resultados, Furnas sempre persegue a melhor estratégia de comercialização, considerando as análises de riscos nos diversos cenários do mercado de energia, contemplando as incertezas inerentes a cada negócio e diversificando seu portfólio de contratos. Vêm sendo estabelecidas estratégias de participação nos diversos certames, contemplando suas especificidades, de modo a ganhar competitividade nos ambientes de comercialização de energia.

#### Geração

A comercialização de energia é exercida com empresas distribuidoras de energia, comercializadores e consumidores livres de todo o território nacional. Os contratos de compra de energia de longo prazo são apresentados a seguir.

Contratos de Energia de Longo Prazo	2022	2021	2020
Serra da Mesa	328,1	328,1	328,1
Manso	3,5	3,5	3,5
Outros	434,7	324,3	261,9
Total	766,3	655,9	593,5

O total de energia elétrica vendida, em 2022, foi de 38.311 GWh, o que representa decréscimo de 3% em relação a 2021. Ainda assim, o faturamento foi 2,1% maior, totalizando R\$ 5.880 milhões em 2022. O gráfico a seguir apresenta a evolução da energia vendida.



Em 2022, Furnas comprou 6.713 GWh de energia, ao custo (valor bruto) de R\$ 1.868,4 milhões, o que representa acréscimo de 16,8%, em relação à quantidade de energia comprada em 2021.

### Energia Elétrica Comprada (GWh)



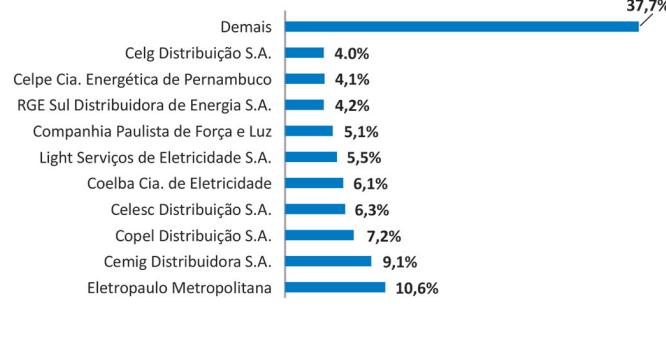
Obs.: os valores de receitas e despesas apresentados estão com competência comercial

Tendo em vista a prorrogação da concessão das UHEs Furnas, Luiz Carlos Barreto de Carvalho, Marimbondo, Porto Colômbia, Funil e Corumbá 1, a comercialização de suas respectivas energias se dá, desde 1º de janeiro de 2013, por meio do rateio de cotas entre as distribuidoras do SIN, e da aplicação de tarifas definidas pela Aneel. O processo gradativo da descoltação, decorrente da capitalização da Eletrobras, tem impacto a partir de 2023, sendo que a receita de cotas se encerra em 2026. Em 2021, também pelo regime de cotas, Furnas passou a operar temporariamente a UHE Jaguari, até que a sua concessão seja licitada, não tendo sido sendo afetada pela descoltação.

Em termos da base de diversificação de clientes, o risco de inadimplência é bem diluído, pois a Empresa deteve 262 contratos bilaterais celebrados no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e no Ambiente de Contratação Livre (ACL), compreendendo grandes e pequenos consumidores e as principais comercializadoras de energia do País como clientes. Além disso, conta com 539 contratos no regime de cotas de garantia física, com as principais empresas de distribuição de energia.

No âmbito regulado (ACR + cotas de garantia física), Furnas obteve receita em 2022 de aproximadamente R\$ 2.682 milhões, resultantes do relacionamento comercial com 77 concessionárias. Cabe destacar que 10 concessionárias respondem por 62,3% desse montante, restando evidente a pulverização dos clientes, o que mitiga eventuais riscos de inadimplemento. O gráfico a seguir demonstra essa diversificação.

### Principais Clientes - ACR (%)



### Transmissão

No que tange à transmissão, as transações comerciais são realizadas segundo duas modalidades, no ambiente de serviço público (concessão) e no ambiente de interesse exclusivo do acescente (outras receitas).

A prestação de serviço público de transmissão de energia elétrica é caracterizada no Contrato de Concessão (CTT). O Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão (CPST) regula as condições técnicas e comerciais relativas à disponibilidade das instalações de transmissão para a operação interligada.

O CTT também prevê o compartilhamento, com outros concessionários, de instalações e infraestrutura, bem como o acesso de usuários do sistema de transmissão. Estão incluídos nesta categoria os Contratos de Compartilhamento de Instalações (CCI) e os Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT).

O CTT permite o desenvolvimento de outras atividades mediante recebimento de receitas que não fazem parte da prestação do serviço público regulado pela Aneel, regido por instrumento contratual próprio a título oneroso. Nesta categoria estão incluídos os Contratos de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção (CPSOM) e os Contratos de Prestação de Serviços de Manutenção (CPSM).

A tabela a seguir apresenta a evolução da receita dos contratos de transmissão nos dois últimos anos, especificada por tipo de contrato:

Natureza do contrato	2022	2021	2020

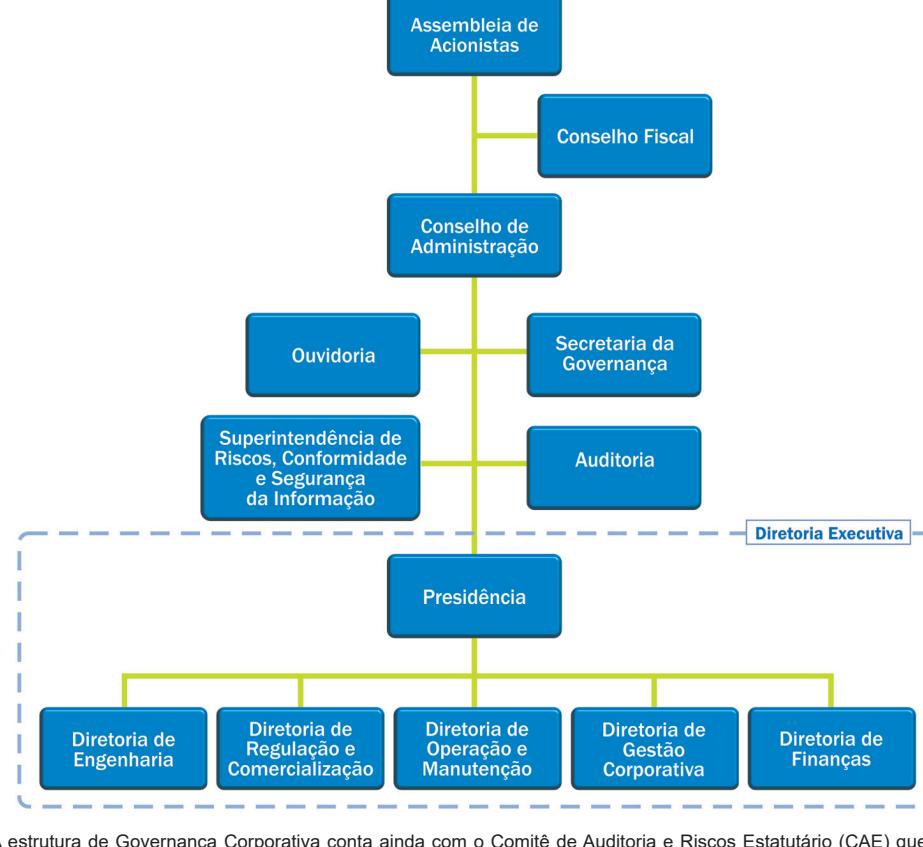



<tbl\_r cells="4" ix="4



**ESTRUTURA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA**

A governança corporativa é assegurada pelos processos internos e relacionamentos da administração superior, composta pela Assembleia Geral de Acionistas, Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Auditoria Interna.



Obs.: A estrutura de Governança Corporativa conta ainda com o Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário (CAE) que auxilia os Conselhos de Administração das Empresas Eletrobras em assuntos estratégicos.

**Assembleia Geral de Acionistas**

Além dos casos previstos em lei, a Assembleia Geral de Acionistas reúne-se extraordinariamente para: alienar, no todo ou em parte, ações de seu capital social ou de suas controladas; proceder à abertura e aumento do capital social; alienar debêntures de que seja titular; das empresas das quais participe e emitir debêntures conversíveis em ações; promover operações de cisão, fusão, transformação ou incorporação; permutar ações ou outros valores mobiliários; reformar o Estatuto Social; e deliberar sobre outros assuntos propostos pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal. Em 2022 a Assembleia Geral Ordinária (AGO) ocorreu, exclusivamente, de forma virtual, conforme previsto na legislação, em 22 de abril de 2022, para aprovar, entre outros assuntos, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras de 2021; a Destinação do Resultado do Exercício Social de 2021 e a remuneração anual global dos administradores e membros do Conselho Fiscal.

Em 2022, foram realizadas seis Assembleias Gerais Extraordinárias (AGE), por meio digital, por videoconferência, em:

- 24.02.2022 - para deliberar sobre a eleição de membro do Conselho de Administração;
- 14.06.2022 - para aprovar a assinatura do novo contrato de concessão o qual veicula a outorga de novas concessões de geração de energia elétrica;
- 14.07.2022 - para aprovar a Reforma do Estatuto Social de Furnas, segundo as diretrizes da Holding, para alterar o art. 1º do Estatuto Social da empresa, em decorrência do Processo de capitalização da Eletrobras;
- 09.09.2022 - para aprovar (i) a proposta de rerratificação da destinação do lucro do exercício de 2021; (ii) a proposta de integralização da totalidade do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC concedido a Furnas com recursos ordinários da Eletrobras; e demais decisões correlatas;
- 23.10.2022 - para aprovar (i) a revisão do Estatuto Social da companhia, nos moldes fixados pela Eletrobras; (ii) a Nova Composição do Conselho de Administração, conforme o Novo Estatuto e segundo diretrizes do acionista controlador e
- 17.11.2022 - para aprovar a incorporação de Sociedade de Propósito Específico.

**Conselho de Administração**

Instância máxima da Administração de Furnas, o Conselho de Administração (CA) é composto por cinco membros, brasileiros, com reputação ilibada e idoneidade moral, eleitos pela Assembleia Geral, na forma estabelecida pelo Estatuto, dentre os quais o Presidente do Conselho e seu substituto que são designados pela Eletrobras, com prazo de gestão unificado de dois anos, sendo permitidas reeleições.

Dentre os membros, a Assembleia Geral definirá o Presidente do CA e seu substituto; um membro será eleito como representante dos empregados, escolhido pelo voto direto de seus pares dentro dos empregados ativos, em eleição organizada pela Empresa, em conjunto com as autoridades sindicais que os representam, nos termos da legislação vigente. Os demais membros são indicados pelos acionistas.

Os membros da Diretoria Executiva de Furnas não poderão ocupar cargo no CA.

O CA poderá contar com o assessoramento de comitês da Eletrobras, nos termos e limites fixados pela Eletrobras.

No exercício de 2022, este colegiado reuniu-se 41 vezes.

**Comitê de Auditoria e Riscos Estatutários (CAE)**

O CAE, vinculado diretamente ao CA da Eletrobras, quando aplicável assessorá as companhias que compõem o Grupo Eletrobras, no cumprimento de suas responsabilidades de orientação e direção superior, compreendendo, mas não se limitando, a análise e emissão de recomendações sobre trabalhos da auditoria interna, contabilidade e da auditoria independente, gestão de riscos, controles internos e gestão financeira, a fim de conferir maior eficiência e qualidade às decisões dos conselhos de administração do Grupo Eletrobras em relação aos assuntos afetos à sua área de atuação..

**Conselho Fiscal**

A atribuição do Conselho Fiscal é a de fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento de seus deveres legais e estatutários. O Conselho Fiscal funcionará em caráter não permanente, composto por três membros efetivos e igual número de suplentes, e somente será instalado mediante convocação dos acionistas, nos termos da legislação vigente, todos domiciliados no país, acionistas ou não, com prazo de atuação de um ano, sendo permitidas reeleições.

Em 2022, este colegiado reuniu-se 12 vezes.

**Diretoria Executiva**

A Diretoria Executiva compor-se-á do Diretor-Presidente e até cinco diretores, respeitando o mínimo de três membros, eleitos pelo Conselho de Administração, que exercerão suas funções em regime de tempo integral, com prazo de gestão unificado de dois anos, sendo permitidas reeleições. São as seguintes as áreas de atuação: Presidência; Gestão Corporativa; Finanças; Engenharia; Operação e Manutenção; e Regulação e Comercialização.

Compete à Diretoria Executiva, em reunião semanal ou extraordinária, a direção geral e a administração de Furnas, respeitadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração e as diretrizes estratégicas estabelecidas pela controladora.

As decisões regulamentares e estatutárias da Diretoria Executiva são tomadas em reunião semanal e constituem o processo deliberativo em que as matérias de interesse de cada Diretoria são submetidas.

Em 2022, foram realizadas 82 reuniões.

**Secretaria de Governança**

A Secretaria de Governança tem como principais atribuições:

- coordenar reuniões prévias à reunião da Diretoria Executiva com os Assessores das demais diretorias e a área Jurídica para instruir os processos administrativos e padronizar as matérias a serem deliberadas, organizando-as por Diretoria e colocar o Presidente informado dos assuntos que serão pautados;
- agendar e participar das reuniões semanais da pré-pauta da Diretoria Executiva, e das mensais do Conselho Fiscal, transcrevendo as deliberações tomadas e os pareceres fiscais em livros próprios de atas, em observância à Lei 6.404/76, Lei das Sociedades por Ações e providenciar a distribuição dos documentos pelas diversas unidades organizacionais;
- convocar profissionais de vários órgãos da Empresa para promoverem apresentações ao Conselho Fiscal sobre projetos novos e em andamento, demonstrações contábeis e orçamentárias, processos jurídicos e societários, cogestão das empresas Distritadoras, entre outros esclarecimentos julgados necessários;
- interagir com os Diretores e Conselheiros de modo a viabilizar a conclusão dos processos decisórios da Diretoria Executiva;
- providenciar a publicação de atas e deliberações do Conselho de Administração no órgão da imprensa oficial e em jornal de grande circulação, quando for o caso;
- publicar os Editais de Convocação das Assembleias Gerais de Acionistas, Ordinárias e Extraordinárias no Diário Oficial da União e em jornais de grande circulação;
- prover o CA e os Comitês dos meios necessários ao seu adequado funcionamento;
- dar todo o suporte necessário na elaboração de documentos de apoio às reuniões do Conselho, quando solicitado;
- administrar e controlar os arquivos contendo atas, certidões registradas na Junta Comercial, Determinações e Resoluções, referentes à Diretoria Executiva, além de dados dos Diretores, Conselheiros e Contador, que somente são repassados aos órgãos federais, com atribuições de controle, tais como Tribunal de Contas da União, Comissão de Valores Mobiliários, entre outros.

**AUDITÓRIA INTERNA**

A Auditoria Interna, vinculada ao Conselho de Administração, realiza consultoria e avalia os controles e o cumprimento de diretrizes, de normativos internos e da legislação.

Seus principais objetivos são melhorar as operações da Empresa e das partes relacionadas com as quais mantém negócio. Para tal, adota uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e aperfeiçoar os processos de gerenciamento de riscos, controle e governança.

Tem como missão aumentar e proteger o valor organizacional, fornecendo avaliação, assessoria e conhecimento, e atuando como terceira linha no gerenciamento eficaz de riscos e controles.

Em 2022 foram cumpridas as 23 atividades de auditoria programadas no Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT), o que resultou na emissão de 32 relatórios.

Em continuidade ao processo de adequação do ambiente de controle interno à lei norte-americana Sarbanes-Oxley (SOX), a Auditoria Interna providenciou a avaliação independente dos controles internos, através dos testes da administração, a partir dos riscos corporativos considerados críticos, segundo a materialidade definida pela Eletrobras.

Com o processo de desestatização concluído em 17 de junho de 2022, as Empresas Eletrobras, deixaram de ser sociedades de economia mista, e, consequentemente, não mais se sujeitam as normas de Auditoria Interna Governamental. Desta forma, o relacionamento da Empresa com a Controladora Geral da União (CGU) e com o Tribunal de Contas da União (TCU) ocorreu até a referida data, a fim de prover atendimento as respectivas fiscalizações.

Em 2022, após os trabalhos de certificação realizados pelos consultores do Instituto dos Auditores Internos do Brasil (IIA Brasil), foi emitido pelo Instituto o Relatório sobre a Avaliação Externa Completa da Qualidade da Atividade de Auditoria Interna de Furnas Centrais Elétricas S.A., que opina que a Auditoria Interna possui um estatuto, políticas e processos que foram julgados como em conformidade com as Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna (Normas) e o Código de Ética do The Institute of Internal Auditors (The IIA ou IIA). Dentro dos níveis aplicados, o resultado foi de conformidade geral, possibilitando a Auditoria Interna passar a usar a frase: "Em conformidade com as Normas Internacionais para a prática Profissional de Auditoria Interna" (norma 13.21 do IPPF/IIA).

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO & DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

## 2022

**PRINCÍPIOS ÉTICOS E COMPROMISSOS DE CONDUTA**

Desde 2010 Furnas adota o Código de Ética Único das Empresas Eletrobras que estabelece os princípios que norteiam os compromissos de conduta nas ações, comportamento e decisões profissionais de empregados, gerentes, Diretores, Membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, colaboradores, fornecedores e demais públicos de relacionamento. O código foi atualizado em:

- dezembro de 2016, com a inclusão das legislações referentes à Lei nº 12.813/13 - Conflitos de Interesse e à Lei nº 12.846/13 - Lei Anticorrupção Brasileira;
- dezembro de 2018, recebendo o título de Código de Conduta Ética e de Integridade;
- dezembro de 2020;
- dezembro de 2022, passando a chamar Código de Conduta Eletrobras, em fase de adesão/internalização.

O Código de Conduta Ética e Integridade está disponível na intranet e internet, e em aplicativo para smartphones, com versões em português, inglês e espanhol. Para disseminação dos princípios éticos do Código, são realizadas ações educativas com os colaboradores. Furnas tem realizado anualmente o Programa Integridade Itinerante, com a divulgação da cultura Ética e de Integridade, por meio de esquetes teatrais, apresentando situações e dilemas éticos, estimulando os colaboradores a refletirem sobre as questões éticas. A iniciativa busca também aproximar as áreas de integridade de Furnas dos empregados lotados nas unidades operacionais regionais. Anualmente são alcançados mais de 300 colaboradores. O Programa de Integridade Itinerante também promove encontros entre os gestores das áreas de integridade e os gestores regionais, reforçando as diretrizes do programa de integridade, os valores éticos defendidos pela Companhia e as principais atividades desenvolvidas.

**CONTROLES INTERNOS**

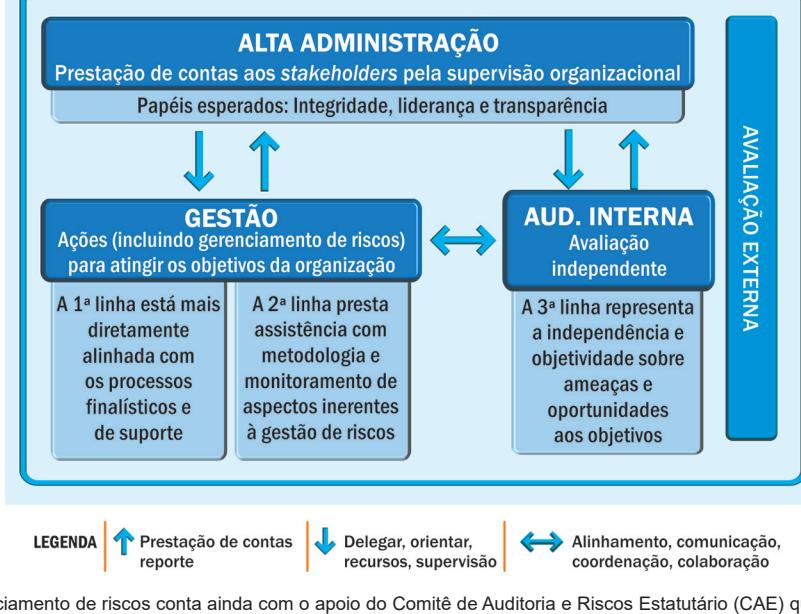
O ambiente de controles internos da Empresa visa assegurar a efetividade e eficiência de suas operações, proporcionar a confiabilidade nos relatórios financeiros, bem como o cumprimento de normas e regulamentos. Auxilia na mitigação de riscos corporativos, no alcance de metas e no crescimento sustentável do negócio, propiciando maior transparéncia e credibilidade.

Desde 2010, a Eletrobras possui registro na Bolsa de Valores de Nova York com emissão de ADRs Nível II, exigindo de suas subsidiárias adequações aos requisitos da lei norte-americana Sarbanes Oxley (SOX), em alinhamento com as melhores práticas de governança corporativa e gerenciamento de riscos. Anualmente, a Eletrobras divulga suas Demonstrações Financeiras e a Certificação Anual de Controles Internos à Securities and Exchange Commission (SEC) dos EUA, a fim de consolidar os controles mitigadores dos riscos. O escopo dos processos mais relevantes para a certificação SOX compreende os que possuem materialidade diante das demonstrações financeiras da Empresa.

Em 2022, foram selecionados 31 processos associados a: Compra de Energia; Gestão Contábil; Gestão de Contingências; Entity Level Controls; Empréstimos e Financiamentos; Gestão Financeira; Gestão do Ativo Fixo; Gestão de Materiais; Benefício Pós-Emprego; Gestão de Participações; Venda de Energia; Recursos Humanos; Gestão Tributária; e Processos de Tecnologia.

Um dos objetivos estratégicos é a redução das deficiências de controles internos mais relevantes, classificadas como fraquezas materiais (Material Weakness - MW), em linha com a diretriz estratégica "Aprimoramento da Governança e da Integridade Empresarial." São trabalhos relacionados à certificação SOX desdobram-se em três etapas: Mapeamento, Programa de Remediação e Testes propriamente ditos.

A figura a seguir apresenta, de forma esquemática, o funcionamento das três linhas, no gerenciamento eficaz de riscos e controles internos:



Obs.: O gerenciamento de riscos conta ainda com o apoio do Comitê de Auditoria e Riscos Estatutário (CAE) que auxilia os Conselhos de Administração das Empresas Eletrobras em assuntos estratégicos.

**PROGRAMA DE INTEGRIDADE (COMPLIANCE)**

Furnas adota o Programa Eletrobras 5 Dimensões, previsto no PDNG 2022-2026, implantado em todas as Empresas Eletrobras, com o objetivo de cumprir com as normas internacionais de governança corporativa e de fortalecer a gestão de integridade corporativa. O programa baseia-se nas diretrizes propostas pelo Guia de Implantação de Programa de Integridade nas Empresas Estatais da Controladora Geral da União (CGU) e pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO).

O Programa de Integridade das Empresas Eletrobras é desenvolvido a partir da integração dos representantes de compliance de cada empresa, viabilizada por meio de reuniões semanais na Comissão Diretiva de Compliance (CDC), para o alinhamento das práticas e adoção das medidas necessárias ao amadurecimento do programa.

A partir da CDC são estabelecidos mecanismos e procedimentos para: 1) desenvolvimento do ambiente de gestão do programa de integridade; 2) análise periódica de riscos; 3) estruturação e implantação de políticas e procedimentos do programa de integridade; 4) comunicação e treinamento; 5) monitoramento do programa, medidas de remediação e aplicação de penalidades.

O Programa de Integridade de Furnas está fundamentado nos princípios e valores éticos previstos no Código de Conduta Ética e Integridade das Empresas Eletrobras, bem como na Política Anticorrupção das Empresas Eletrobras, Política de Administração de Conflito de Interesses, Política de Consequências das Empresas Eletrobras, Regulamento do Programa de Integridade das Empresas Eletrobras e Regulamento de Monitoramento de Integridade das Empresas Eletrobras. Nesse sentido, Furnas promove anualmente a revisão da avaliação dos riscos de fraude e corrupção, bem como ações contínuas de conscientização e treinamentos.

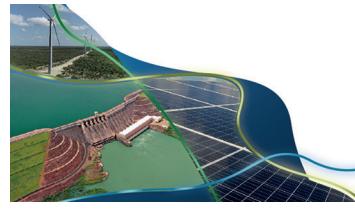
Foram promovidos treinamentos para toda a Diretoria Executiva, Conselho de Administração e gerentes, bem como gestores de contratos e empregados que mantêm relacionamento com setor público, além de treinamento de integridade para todos os empregados.

Em relação aos riscos de integridade no relacionamento com terceiros, no ano de 2022, foram realizadas mais de 200 avaliações de integridade (due diligence). Furnas participa ativamente de reuniões semanais sobre compliance, destacando-se o GT Anticorrupção da Rede Brasileira do Pacto Global da ONU, Movimento Transparéncia 100% do Pacto Global, o GT de Integridade do Instituto Ethos, o Instituto Compliance Rio (ICRIO).

As empresas Eletrobras possuem um canal de denúncias externo e independente, contando com um departamento especializado e exclusivo para apuração e tratamento de denúncias e desvios éticos. O Programa de Integridade de Furnas é efetivo e eficaz, conforme avaliação do Instituto Ethos e CGU, permitindo a Furnas ostentar o título de Empresa Pró Ética.

**GESTÃO DE RISCOS**

O processo de gestão de riscos é integrado, coordenado pela Eletrobras, com o apoio das gerências de riscos das subsidiárias e do Comitê Operacional de Gestão de Riscos - CORISCO. Tem como principal objetivo reduzir a materialização de eventos que possam impactar negativamente, de forma relevante e permanente, os objetivos estratégicos. Esse processo é regido pela Política de Gestão de Riscos das Empresas Eletrobras, que preconiza a incorporação da visão de riscos à tomada de decis



**Eletrobras  
Furnas**

Furnas Centrais Elétricas S.A. CNPJ 23.274.194/0001-19

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO & DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**2022**

Aqui você confere os indicadores de resultados da Eletrobras Furnas em 2022

### CIBERSEGURANÇA DA REDE CORPORATIVA

Com o intuito de promover a segurança e a disponibilidade da Rede Corporativa, Furnas investe em projetos estratégicos, com destaque para:

- Realização do Teste de Intrusão referente ao ciclo 2022 quando foram identificadas sete vulnerabilidades de baixo risco que estão sendo tratadas por planos de ação específicos;
- Utilização do Segundo Fator de Autenticação (2FA) no processo de autenticação dos usuários no acesso ao ambiente Office 365, eliminando o risco de acessos indevidos por meio de roubo e vazamento de senhas;
- Atualização do sistema operacional Windows 7 das estações de trabalho, por meio da substituição de microcomputadores obsoletos por novos equipamentos com o sistema operacional Windows 10;
- Implantação de solução de Prevenção de Perda de Dados (*Data Loss Prevention - DLP*) utilizada pela Eletrobras, que protegerá as informações armazenadas na infraestrutura da Rede Corporativa;
- Datacenter* hospedado em um serviço de *hosting* terceirizado, o qual contempla, entre outros recursos, um site secundário para a contingência dos serviços críticos e para a duplicação de todos os dados de produção e de backup armazenados no site principal. O site principal e o secundário estão instalados em infraestrutura exclusiva, protegida por uma estrutura física privada, com acesso biométrico de monitoração;
- Projeto de aquisição e implantação do pacote de segurança avançada que contempla funcionalidades de segurança, tais como: políticas de acesso condicional para a segurança do acesso ao sistema Múltiplo Fator de Autenticação estendido, sistema em nuvem (alicerce fundamental para a segurança do regime de teletrabalho), sistema de detecção avançada de ameaças cibernéticas (camada de proteção adicional aos sistemas de proteção), self-service seguro para a alteração e recuperação de senha, sistema de gerenciamento de identidade, atualização tecnológica da solução antivírus, módulo adicional de segurança do sistema VPN e tecnologia *Web Application Firewall* para proteção das aplicações Web.

### PLANOS DE CONTINGÊNCIA

Furnas possui Política Interna de Segurança de Barragens e Regulamento Interno de Segurança de Barragens. Todas as usinas de Furnas contam com um Plano de Atendimento a Emergências (PAE), que estabelece ações a serem executadas em situações de emergência. Cada usina também possui o seu Plano de Atendimento a Emergências da Central (PAEC), que estabelece responsabilidades, providências e ações efetivas a serem realizadas preventivamente e durante situações emergenciais, visando respostas rápidas e eficientes.

O PAE deve ser atualizado sempre que houver revisões significativas, não superando o prazo máximo de um ano. Após as revisões, o documento deve passar por aprovação do coordenador do PAE e ser submetido aos Superintendentes e Diretores de Engenharia e Operação. O documento deve estar disponível no site de Furnas, na usina, nos municípios e nos órgãos de defesa civil municipais e estaduais.

No âmbito do PAE, em atendimento à lei Nacional de Segurança de barragens, em todas as usinas hidrelétricas estão sendo implementados:

- (1) sistemas de comunicação e alerta em massa, em toda a Zona de Autossalvamento das usinas,
- (2) traçados de rotas de fuga, comunicação e sinalização interna,
- (3) levantamento da população possível de ser atingida e
- (4) sistema de comunicação e alerta na área industrial da Usina.

Deve ser ressaltado que atualmente todas as barragens das usinas de Furnas encontram-se em nível adequado de segurança.

São realizadas inspeções periódicas das usinas pelo corpo técnico de Furnas e o comportamento das estruturas é continuamente monitorado e analisado por instrumentação instalada. Os resultados das campanhas são disponibilizados à Aneel e consubstanciados em relatórios técnicos que fazem parte do acervo das usinas, em conformidade com a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), consolidada pela Resolução Normativa nº 696/2015-Aneel.

A empresa também possui os seguintes planos, classificados como confidenciais e testados anualmente:

- Plano de Continuidade Operacional (PCO), que tem por finalidade descrever os processos alternativos que devem ser executados na falta do ativo principal, mitigando ou eliminando os impactos de uma eventual indisponibilidade;
- Plano de Recuperação de Desastres (PRD), que visa apresentar o conjunto de procedimentos alternativos a serem adotados pela área de Tecnologia de Informação e Comunicação em situação de inoperância de um ativo (sistemas, hardwares, equipamentos etc.) após um desastre (que pode ocorrer de forma acidental, natural ou proposital); e
- Por fim, o Plano de Gestão de Crise (PGC) tem o objetivo de estabelecer os responsáveis, a equipe envolvida e como a organização realizará a comunicação com seus colaboradores e o universo externo, reduzindo o impacto na imagem da empresa causado por um desastre.

### OUVIDORIA

A Ouvidoria é responsável por receber, examinar e encaminhar, reclamações, solicitações, elogios, sugestões referentes a procedimentos e ações de Furnas. Atua no diálogo com os diversos públicos de relacionamento, de modo que as manifestações induzem à contínua melhoria dos serviços prestados por Furnas e de seus processos.

O acesso é assegurado por meio de formulário eletrônico na página de Furnas na Internet - menu Ouvidoria, por e-mail, telefone, atendimento presencial ou carta. Em todas as formas de contato, o conteúdo da mensagem é tratado com seriedade, isenção e de forma reservada. Todas as manifestações, independentemente do meio de contato, são registradas no Sistema de Ouvidoria (SOU).

A atuação da Ouvidoria encontra-se alinhada com o Programa Anticorrupção das Empresas Eletrobras e às exigências da Lei Sarbanes-Oxley.

No ano de 2022, foram recebidas 859 manifestações no Sistema de Ouvidoria, sendo 433 reclamações, 403 solicitações, 19 sugestões e 4 elogios. O Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), integrado à Plataforma Fala.BR da Controladoria Geral da União (CGU), recebeu até junho/2022, 39 pedidos de acesso à informação com base na Lei de Acesso à Informação - LAI (Lei nº 12.527/11).

Em junho de 2022, foram atendidas todas as condições para o processo de desestatização da Eletrobras previstas na Lei nº 14.182/21. Dessa forma, Furnas - subsidiária da Eletrobras - perdeu a condição de sociedade de economia mista, não mais integrando a Administração Pública. Portanto, Furnas passou a ser regida integralmente pelo regime de direito privado e, por conseguinte, não mais sujeita à LAI e aos normativos da Ouvidoria Geral da União (OGU) e Controladoria Geral da União (CGU).

No mês de setembro de 2022, a Diretoria de Governança, Riscos e Conformidade (DC) da Eletrobras promoveu a racionalização do processo de tratamento de manifestações na *holding*, com foco em oportunidades de sinergia e de qualidade, buscando reduzir prazos no tratamento das demandas e fortalecer os reportes ao Conselho de Administração e a prestação de contas para todos os públicos. Desse modo, as denúncias recepcionadas pelo Canal de Denúncias Eletrobras, passaram a ser geridas pelo Departamento de Tratamento de Manifestações (DCCM), vinculado à DC da *holding*.

O Canal de Denúncias continuou a ser operado por empresa externa especializada na captura e gestão do tratamento de denúncias, contratada para esse fim.

O Canal de Denúncias centraliza todas as denúncias que envolvem conduta antiética, irregular ou ilegal. As denúncias podem ser registradas de forma anônima, com reserva de sigilo ou identificada (com proteção da identidade do denunciante). Ao fazer o registro, o denunciante recebe um protocolo e senha para acompanhamento do tratamento do caso até sua efetiva conclusão.

### APURAÇÃO DE DENÚNCIAS

O Departamento de Apuração de Denúncias (DAD.P), formalmente criado em 2019, está vinculado à Diretoria da Presidência, e tem por objetivo atender às diretrizes para gestão e tratamento de denúncias administrativas e éticas, nos termos do que dispõe o Regulamento de Gestão e Tratamento de Denúncias e de Infrações das empresas Eletrobras.

O DAD atua na orientação e execução de atividades voltadas à apuração de denúncias e infrações ao Programa de Integridade, às leis anticorrupção, aos contratos, normas e demais regulamentos internos e externos que norteiam as atribuições dos colaboradores de Furnas, excetuando denúncias que envolvam a Alta Hierarquia, que seguirão os ritmos descritos no Regulamento de Gestão e Tratamento de Denúncias e Infrações das Empresas Eletrobras. É também de sua responsabilidade o monitoramento dos prazos dos trabalhos das Comissões de Sindicância Ordinária bem como da implementação das ações de remediação e de aprimoramento dos processos internos identificadas pelo departamento, como resultado da apuração de denúncias.

Em 2022 o DAD recebeu 67 denúncias para apuração que foram tratadas e finalizadas por meio de 58 relatórios de apuração.

### SOCIAL

#### GESTÃO DE PESSOAS

Empregados <sup>(1)</sup>	2022	2021	2020
Entradas	12	10	10
Saídas	197	35	21
Total	<b>2.617</b>	<b>2.802</b>	<b>2.827</b>
<b>Estagiários</b>			
Quantidade	115	74	82
Pessoas com Deficiência			
Quantidade	<b>183 <sup>(2)</sup></b>	<b>186 <sup>(3)</sup></b>	<b>189 <sup>(4)</sup></b>

(1) Refere-se à soma de empregados na empresa, cedidos e anistiados/reintegrados. Não incluídos presidente e diretor-empregado.

(2) Refere-se à soma de 20 empregados efetivos e 163 profissionais vinculados ao contrato firmado com o IBAP

(3) Refere-se à soma de 20 empregados efetivos e 166 profissionais vinculados ao contrato firmado com o IBAP

(4) Refere-se à soma de 22 empregados efetivos e 167 profissionais vinculados ao contrato firmado com o IBAP

#### Política de Teletrabalho

Em 2022 Furnas deu continuidade à Política de Teletrabalho, expressa em Normativo Interno, com foco na produtividade, melhoria da qualidade de vida, agilidade e integração interna. O teletrabalho destina-se aos empregados cujas atividades possam ser realizadas preponderantemente fora das dependências da Empresa, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, não se constituem como trabalho externo.

Ao longo de 2022, 171 empregados aderiram ao teletrabalho enquanto 22 empregados se desligaram, retornando ao regime presencial. No final de dezembro contávamos com 652 nesse regime de trabalho, 139 empregados a mais que em 2021.

#### Fortalecimento Cultural

Em 2022, Furnas deu continuidade ao projeto Fortalecimento Cultural, iniciado em 2020 para consolidar a nova Cultura de Furnas, com o firme propósito de construir, revisar e refinar as práticas culturais que viabilizam e sustentam a Cultura Organizacional.

Principais destaques de 2022:

- Semana de Valores, evento realizado de forma presencial, no Espaço Conexões (9º andar da sede da empresa) e on-line (06 a 10 de junho). O Objetivo foi fortalecer os valores presentes no DNA de Furnas: Ética e Transparéncia; Respeito à Vida e às Pessoas; Excelência; Inovação e Colaboração e Reconhecimento.
- Pesquisa junto aos líderes de Furnas, para levantamento dos conhecimentos considerados importantes e críticos para suas áreas, e indicação de um profissional referência para cada processo indicado; foram definidos 271 conhecimentos críticos, 627 conhecimentos importantes e 404 colaboradores indicados como referência.
- Construção do Mapa de Conhecimentos Críticos de Furnas, contemplando: os conhecimentos considerados como críticos, como importantes, os colaboradores indicados como referência, o cruzamento dos dados com os empregados educadores e a classificação dos conhecimentos por categoria.
- Construção de duas trilhas de desenvolvimento, uma para a liderança e outra para futuros líderes, tendo por base o diagnóstico realizado em 2020, com apoio de uma consultoria
- Workshops para as lideranças sobre "Felicidade Compartilhada" que abordaram a importância do reconhecimento por conquistas diárias, realizações pessoais, demonstrações de interesse genuíno e sutilezas que podem gerar encantamento.

#### Plano de Carreira e Remuneração (PCR)

Furnas adota o Plano de Carreira e Remuneração (PCR) das Empresas Eletrobras, que utiliza como base o conceito de competências como principal referência para a gestão de pessoas.

O PCR utiliza um modelo que vincula competências organizacionais e profissionais ao direcionamento estratégico das empresas Eletrobras de modo que o desempenho individual possa contribuir para a avançamento do desempenho organizacional.

Em função da capitalização, a *Holding* iniciou a revisão do PCR, no final de 2022, com apoio de consultoria contratada para que o plano se adeque ao que é praticado no mercado.

#### Projeto Impulsionando Mulheres na Liderança

Tem como objetivo promover o desenvolvimento da carreira de mulheres de Furnas, por meio de um trabalho de sensibilização, capacitação e mentoria, possibilitando que ao final dessa capacitação, essas mulheres ascendam a cargos de liderança na Empresa. Lançado em 2021, o projeto contempla atualmente com 75 empregadas que estão sendo preparadas para os processos de seleção de novos gerentes.

#### Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

Furnas concede a seus empregados efetivos a participação nos lucros e resultados após o encerramento de cada exercício financeiro, fruto de negociação entre as empresas do grupo Eletrobras e as entidades representativas dos seus empregados.

#### Remuneração Variável (RVA)

O pagamento de remuneração variável aos Diretores das empresas Eletrobras é atrelado ao atendimento das metas e dos resultados na execução do plano de negócios, conforme os termos estabelecidos.

#### Benefícios

Como parte da política de valorização e retenção de seus empregados, Furnas agrupa, aos benefícios e vantagens a que está obrigada por lei e aos que concede por força de Acordos Coletivos de Trabalho, outros, de forma espontânea, com base nas premissas da sua política de recursos humanos. Os principais benefícios são: plano de saúde e odontológico, auxílio-alimentação e/ou refeição, auxílio-creche, auxílio-educacional, auxílio-óculos, auxílio-funeral, cesta natalina, reembolso de medicamentos de uso contínuo e seguro de vida, entre outros.

#### Educação e Desenvolvimento e de Empregados

Em 2022, Furnas disponibilizou ações educacionais e de gestão do conhecimento, por meio do Plano Global de Aprendizagem, contribuindo, assim, para o alcance dos objetivos definidos no Planejamento Estratégico da Empresa.

O Plano Global de Aprendizagem foi estruturado com ações relativas a cinco eixos de desenvolvimento que apoiam o negócio de Furnas: Liderança, Ações Estratégicas, específicas das Áreas de Negócio da Empresa, Saúde e Segurança e Plano de Desenvolvimento Individual (PDI). Foram oferecidos cursos de longa duração (Pós-Graduação e MBA, alinhados aos processos de trabalho dos participantes indicados), bem como cursos previstos nos eixos de aprendizagem, como contratos, compliance e legislação trabalhista, dentre outros.

Outro destaque do ano foi a participação de quase 200 empregados na 26ª edição do Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica (SNPTE), maior e mais tradicional evento do setor elétrico brasileiro, que teve coordenação de Furnas e foi promovido pelo Comitê Nacional Brasileiro de Produção e Transmissão de Energia Elétrica (CIGRE-Brasil). Outra ação importante foi a realização do plano de treinamentos em ações obrigatórias para empregados que atuam em áreas de risco, cujas atividades foram postergadas devido à COVID-19, no tópico Suspensão de Exigências Administrativas em Saúde e Segurança no Trabalho (SST), anteriormente divulgado para a DO como projeto piloto. Por meio deste plano, cada área da empresa pode realizar diretamente a inscrição de empregados efetivos em ações obrigatórias de acordo com suas rotinas de trabalho.

Em 2022 foi iniciada também a segunda fase do aplicativo Furnas Edu 4.0, que reforça a estratégia de implantar uma cultura de aprendizagem baseada em tecnologias digitais móveis, com foco na transformação digital na educação corporativa, e que tem como objetivo potencializar e flexibilizar a capacitação contínua dos profissionais, que poderão acessar ações educacionais, de forma simples e rápida, a partir de seus telefones celulares.

O ano de 2022 encerrou com a finalização do Projeto de capacitação em Fatores de Risco (*Risk Factor*), voltado à preservação da saúde e segurança dos trabalhadores. Foram organizadas 129 turmas sendo 74 na modalidade presencial com carga horária de 8 horas e 55 na modalidade online ao vivo com carga horária de 4 horas. Ainda, foram treinados 32 empregados como multiplicadores, sendo 16 para modalidade presencial e 16 para modalidade online ao vivo, com participação efetiva de 13 multiplicadores em cada modalidade. Foram treinados 1183 empregados na modalidade presencial, 1561 empregados na modalidade online ao vivo e 13 empregados na modalidade online assíncrona, totalizando 11051 horas de treinamento. A partir de 01 de novembro de 2022 foi disponibilizada modalidade EaD assíncrona do treinamento na plataforma <https://unice.eletrobras.com/>, com carga horária estimada de 2 horas, tendo sido finalizado por 13 empregados. Considerando a base de empregados efetivos de 30 de setembro de 2022, dos 2.813 funcionários de Furnas, 150 não finalizaram a capacitação obrigatória, desconsiderando aqueles que se encontravam em licença médica.

O ano de 2022 finalizou com os seguintes números para participações em Iniciativas de Gestão do Conhecimento:

Eventos	Participantes	Participações	Horas de Treinamento
</tbl



**Eletrobras  
Furnas**

Furnas Centrais Elétricas S.A. CNPJ 23.274.194/0001-19

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO & DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**2022**

Aqui você confere os indicadores de resultados da Eletrobras Furnas em 2022

### ATUAÇÃO SOCIAL DE FURNAS

A atuação social se pauta em uma série de ações de promoção da redução das desigualdades e de proteção dos direitos humanos, alinhadas às políticas corporativas da empresa, às políticas públicas municipais, estaduais e federais e aos diversos compromissos voluntários assumidos, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, da ONU. Um dos compromissos é o Equidade e Prioridade/Elas Lideram 2030, estabelecido com o Pacto Global, detalhado no item "Gestão de Pessoas".

O relacionamento com as comunidades dos territórios onde Furnas está presente visa manter uma comunicação clara e eficiente, mitigar os impactos das atividades e operações da Empresa e contribuir para a melhoria da qualidade de vida das populações. Dessa forma, os projetos desenvolvidos ou apoiados por Furnas promovem a cidadania, a educação, a diversidade, a geração de trabalho e renda, a saúde e segurança alimentar, esporte, o lazer e a cultura, além dos direitos da criança, adolescente e idoso, especialmente nas comunidades do entorno dos empreendimentos.

#### Editais

##### Editais Sociais

Por meio do Edital Furnas Social, foram selecionados projetos de impacto social de organizações da sociedade civil, com foco em capacitação profissional, reforço escolar, formação de agentes juvenis e inclusão tecnológica. No ciclo 2021/2022, foram selecionados os seguintes projetos: Cidadania Criativa - Formação de Agentes Juvenis de Desenvolvimento Local (MG), Maker Space IOT (internet das coisas) para estudantes de escolas públicas paulistas (SP), Ação Pedagógica de Apoio à Educação (RJ), Programa de Germinação de Impacto (RJ) e Projeto pesquisador Curumim (RJ).

##### Editais Socioambientais

Por meio de editais socioambientais são selecionadas iniciativas que unem proteção do meio ambiente e impacto social, contribuindo para que a conservação da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos se efetive como uma ferramenta de redução das desigualdades e desenvolvimento sustentável das comunidades do entorno dos empreendimentos de Furnas.

Ao longo de 2022, foram selecionados oito projetos os quais realizaram plantios, campanhas, e outros eventos de conscientização e campanhas de soltura e monitoramento de espécies ameaçadas.

Informações sobre os editais socioambientais encontram-se no item Gestão da Biodiversidade e dos Serviços Ecossistêmicos.

##### Projetos de Continuidade

**Núcleos de Integração Comunitária:** Promovem o desenvolvimento e a emancipação de comunidades vulneráveis, a partir da formação de lideranças e elaboração de diagnósticos sociais participativos, planos de ação de desenvolvimento comunitário e projetos de referência, escolhidos pelas comunidades, dando voz a atores sociais locais. Os núcleos buscam qualificar, integrar e dinamizar as relações entre grupos comunitários, poder público local e sociedade civil. No ciclo atual, as áreas beneficiadas são vizinhas aos seguintes empreendimentos: SE Angra dos Reis/RJ, UHE Funil/RJ, SE Foz do Iguaçu/PR, SE Mogi das Cruzes/SP e UHE Marescambas de Moraes/MG, atendendo cerca de 25 mil pessoas. Desde o início do projeto já foram implantados 19 núcleos, beneficiando mais de 54 mil pessoas.

**Curso de Cuidador:** Criado há mais de 20 anos, o Curso de Cuidador oferece capacitação no cuidado de crianças, adultos, idosos e pessoas com deficiência. Como possibilidade de ampliar as oportunidades para os refugiados, são disponibilizadas regularmente vagas para este público, oferecendo uma alternativa para que o migrante reinicie sua vida no país. Em 2022 foram capacitadas mais de 100 pessoas, incluindo 14 refugiados de diversas nacionalidades. Desde o início do projeto já foram capacitadas mais de 4 mil pessoas.

**Projeto Infraestrutura, Esporte e Cultura Kaingang:** Reconhecendo os impactos causados pela instalação das linhas de transmissão Ivaiporá/Itaberá 1 e 2, localizadas no município de Ortigueira/PR, uma série de estudos e iniciativas vêm sendo conduzidos, com a definição de ações mitigadoras e compensatórias para as 300 famílias da etnia Kaingang, residentes da Terra Indígena (TI) de Queimadas. O Projeto Infraestrutura, Esporte e Cultura Kaingang tem por objetivo a construção de espaços de socialização comunitária para o fortalecimento da identidade e da cultura indígena, além da oferta de oportunidades para geração de renda e qualificação profissional. Em 2022 foram entregues a cozinha comunitária e o espaço multiuso, usados para celebrações, cursos e apoio a atividades diversas. Está em fase final de construção a terceira obra prevista no projeto, um campo de futebol com vestiário, arquibancada e área de convivência.

Além disso, há mais de 5 anos são desenvolvidas atividades socioculturais e distribuídas cestas alimentícias.

##### Direitos da criança, do adolescente e da pessoa idosa

Furnas firmou vários pactos e compromissos pela promoção da cidadania, do desenvolvimento humano e dos direitos de crianças, adolescentes e idosos.

Além da realização dos editais para os Fundos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, Furnas há 12 anos participa do Programa Na Mão Certa, mobilizando governos, empresas e organizações da sociedade civil para o enfrentamento mais eficaz da exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras. Desde 2021, Furnas é uma das empresas mantenedoras do programa, na categoria Bronze.

Em relação aos direitos da pessoa idosa, em 2021, foi lançado o Edital para os Fundos dos Direitos da Pessoa Idosa. Os projetos selecionados foram realizados ao longo do ano de 2022.

Ainda em 2022, foi desenvolvida uma metodologia de priorização de municípios dos fundos da infância e adolescência e da pessoa idosa, construída a partir de indicadores referentes a trabalho infantil, gravidez precoce, taxa de abandono no ensino e envelhecimento da população. Após a definição dos municípios prioritários foram identificados aqueles cujos conselhos apresentam situação regular, comprovada a partir de documentação completa e atualizada, e desta forma capazes de receber e comprovar o uso adequado dos recursos destinados por Furnas.

##### Programa Furnas de Voluntariado

O programa, criado em 2002, incentiva, mobiliza, organiza e reconhece o envolvimento dos colaboradores em atividades voluntárias nas comunidades do entorno dos empreendimentos. Dentre as ações desenvolvidas em 2022 estão:

- Mentoria Virtual:** os voluntários de Furnas passam por uma capacitação para se tornarem mentores de adolescentes em situação de vulnerabilidade social, participantes do programa Jovem Aprendiz e de outras iniciativas sociais da empresa, com o objetivo de compartilhar experiências e dar insumos e ferramentas para que consigam desenvolver seu plano de ação pessoal e profissional.

Até o momento foram realizadas 3 turmas on-line da mentoria, atendendo cerca de 150 jovens.

- Projeto IARA (Intervenção Ambiental para Recuperação das Águas):** o Iara tem como objetivo a limpeza e a recuperação de rios e córregos que atravessam as unidades de operação da empresa, com a destinação dos resíduos para as cooperativas de reciclagem. Em 2022 foram realizadas ações na SE Jacarepaguá (RJ), na UHE Marimbondo (MG) e no Parque Estadual da Pedra Branca (RJ), através de mutirões de limpeza e de reflorestamento, além da instalação de barreiras ecológicas. No total foram recolhidos mais de 500 quilos de resíduos, e plantadas 600 mudas nativas do Cerrado e da Mata Atlântica, contando com a participação de cerca de 400 voluntários, entre colaboradores de Furnas, familiares, estudantes e parceiros.

##### Patrocínio Cultural

O investimento de Furnas em cultura se fundamenta na convicção de que sua valorização é capaz de desenvolver capacidades cognitivas, criatividade, pensamento crítico e fortalecer a identidade da sociedade. O Programa Cultural das Empresas Eletrobras, beneficiado pela Lei de Incentivo à Cultura nº 8.313/91, apoia a cultura brasileira, patrocinando produções teatrais, difundindo manifestações culturais tradicionais e viabilizando publicações.

O Edital desse programa no Ciclo 2021/2022 permitiu que Furnas patrocinasse os seguintes projetos: Orquestra Violões do Forte de Copacabana (RJ), Plano Biunal de Atividades do Instituto Baccarelli (SP), Bourbon Festival Paraty (RJ), Instituto Ciranda - Música e Cidadania (MT), Meu Primeiro Festival (RJ), Orquestra Sinfônica Aprendiz (RJ), Grupo Corpo (SP), Plano Anual de Atividades MAM (RJ), Plano Pluriannual de Manutenção do Museu de Sant'Ana (MG), Banda Vale do Sapucaí - EnCantos de Minas (MG), Projeto Meu Jardim - Teatro para Bebês (RO), Moliére (RJ), O Bol e o Burro no Caminho de Belém (RJ), Meu Pai é um Homem Pássaro (RJ).

No final de 2022 foi realizada mais uma edição do edital, contemplando projetos com execução prevista ao longo de 2023.

##### Patrocínio Socioesportivo

Acreditando no potencial do esporte como ferramenta de transformação, Furnas patrocina projetos desportivos e paradesportivos voltados à valorização do respeito à diversidade, da empatia, do senso de coletividade e do fortalecimento da autoestima de seus participantes. Por meio do Edital do Programa Socioesportivo das Empresas Eletrobras foram patrocinados projetos Lei Federal de Incentivo ao Esporte (Lei 11.438/2006) e pela Lei Pelé (Lei 9.615/1998), nas suas diversas modalidades, nos territórios do entorno de nossos empreendimentos.

Projetos patrocinados no Ciclo 2021/2022: Futsal Feminino como Forma de Empoderamento (DF), Flamengo Olímpico IV - Aquáticos e Artísticos (RJ), Jogo Aberto Caju 6 (RJ), Pulsar - Ano II (on line), Excelência no Esporte V (MG), Projeto Praia - Atletas Inteligentes (RJ), AUVB Formando Campeões (MG). No final de 2022 foi realizada mais uma edição do edital, contemplando projetos com execução prevista ao longo de 2023.

##### Indicadores Sociais Externos

##### Valores Realizados - Exercício de 2022 (R\$)

ATUAÇÃO SOCIAL	3.074.731,77
<b>Projetos Sociais e Socioambientais</b>	
Educação	854.979,06
Promoção da Cidadania e dos Direitos	864.436,67
Geração de Trabalho e Renda	124.833,09
Meio Ambiente	1.148.682,51
Programa de Desenvolvimento Territorial	81.800,44
<b>ATUAÇÃO ESPORTIVA</b>	<b>701.538,99</b>
Patrocínios Esportivos Incentivados (Lei de Incentivo ao Esporte nº 11.438/06)	701.538,99
<b>PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA DIVERSIDADE</b>	
Ações em Promoção aos Direitos humanos	101.300,77
Ação em Promoção aos Direitos da Criança e do Adolescente	3.800,00
Ações em Promoção de Equidade de Gênero	16.148,50
Doações ao Fundo da Infância e Adolescência - FIA (Lei nº 8.069/90)	799.910,00
Doações ao Fundo da Pessoa Idosa (Lei nº 12.213/10)	991.114,33
<b>ATUAÇÃO CULTURAL</b>	<b>4.100.000,00</b>
Patrocínios Culturais Incentivados (Lei de Incentivo à Cultura nº 8.313/91)	4.100.000,00
<b>PATROCÍNIO A EVENTOS</b>	
Patrocínios a Eventos Técnicos e Promoção Institucional	190.000,00
Patrocínio a Eventos do Setor Elétrico	340.600,00
<b>ATUAÇÃO VOLUNTÁRIA</b>	<b>85.816,79</b>
Investimento na mobilização/capacitação de voluntários	44.798,88
Investimentos no apoio a atividades do voluntariado	41.017,91
<b>ATUAÇÃO INSTITUCIONAL</b>	<b>1.569.534,91</b>
Apoio a Projetos Institucionais	1.567.485,06
Programa Setorial (Coleta Seletiva Solidária)	2.049,85
Total de Investimentos	11.974.496,06

Informações no site: <https://www.furnas.com.br/subsecao/182/responsabilidade-social?culture=pt>

### AMBIENTAL

Furnas mantém seu compromisso de conduzir ações e políticas de respeito ao meio ambiente e à biodiversidade, utilizando práticas sustentáveis em suas atividades diárias e no aproveitamento dos recursos naturais. Nesse modelo de negócio, a Empresa reconhece a sua responsabilidade ambiental investindo, em 2022, cerca de 116,6 milhões em ações de proteção e conservação do meio ambiente.

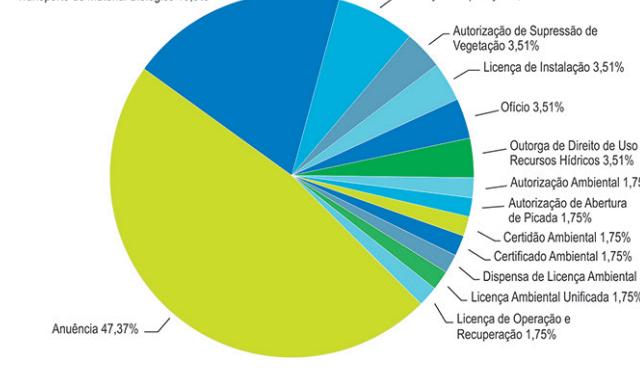
##### Licenciamento Ambiental

A gestão ambiental de novos projetos, reforços, melhorias e modernizações pressupõe a elaboração de estudos para viabilização do licenciamento ambiental, indispensável à execução das obras e à operação e manutenção dos empreendimentos de geração e transmissão.

Os estudos e relatórios são elaborados de forma a atender às condicionantes estabelecidas pelos órgãos ambientais competentes, no âmbito do licenciamento ambiental.

Atualmente, 4.661 condicionantes estão sendo atendidas, sendo que em 2022, 338 novas condicionantes foram acrescidas e 57 documentos ambientais emitidos, possibilitando diversas ações relativas à implantação, melhorias, reforços e manutenção dos empreendimentos, conforme ilustrado no gráfico a seguir.

#### Documentos Obtidos



Foram emitidos - pelo IBAMA, IAT, ICMBio, INEA, CETESB, IBRAM, DAEE, SEMAD/GO, SEMAD/MG entre outras instituições - documentos ambientais para os seguintes empreendimentos:

- Usinas Hidrelétricas (UHEs): Batalha, Funil, Luiz Carlos Barreto de Carvalho, Marimbondo, Marescambas de Moraes, Porto Colômbia, Serra da Mesa e Furnas - Canal de Piumhi. Ressaltam-se, ainda, as Autorizações obtidas junto ao IBAMA para a implantação, na UHE Funil e na UHE Furnas, do Sistema de Alerta de Emergência na Zona de Autossalvamento (ZAS) de Hidrelétricas, parte integrante do Plano de Segurança de Barragem (ver Planos de Contingência).
- Subestações (SEs): Adrianópolis, Brasília Geral, Campos, Foz do Iguaçu, Itumbiara, Ivaiporá, Poços de Caldas, Porto Colômbia, Samambaia, Serra da Mesa, Várzea, Zona Oeste, Angra, Araraquara, Bandeirantes, Brasília Sul, Campinas, Foz do Iguaçu, Ibiúna - Elevadora (60Hz), Marimbondo, Niquelândia e Rio Verde;
- Linhões de Transmissão (LTs): Adrianópolis-Cachoeira Paulista I, Adrianópolis - Itutinga I e II, Adrianópolis - Resende, Angra - Angra, Itaberá - Tijucó Preto 2 - variante, Adrianópolis - Macaé 1 e 2, Macaé - Campos III, Angra - São José, Bateias - Ibiúna I e II, Marescambas - Linhões, São José-Magé e Xavantes - Pirineus;
- Usina Termelétrica (UTE) Santa Cruz: Licença de Instalação para o Ciclo Combinado, Licença Ambiental Unificada para atividade de dragagem do material sedimentado na bacia de captação da tomada d'água da UTE e do bota-fora, Autorização de Manejo de Fauna e Parecer Técnico de Renovação de Licença de Instalação da Usina.

Foi realizado o Workshop: Licenciamento Ambiental de Transmissão e Geração de Energia - Integração Furnas & IBAMA, no qual Furnas apresentou os principais conceitos de Linhas de Transmissão, Subestações e Usinas Hidrelétricas para os técnicos do IBAMA. Trata-se de relevante ação institucional, visando propiciar maior integração e melhoria dos processos, além de agilização na avaliação dos documentos apresentados no âmbito do licenciamento ambiental, trazendo ganhos de prazo e qualidade de resposta pelo IBAMA.

Além disto, conjuntamente com órgãos ambientais intervenientes, em especial o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Instituto Estadual do Ambiente/Rio de Janeiro (INEA/RJ), Furnas participa em conselhos consultivos das seguintes unidades de conservação:

- Área de Proteção Ambiental de Mangaratiba;
- Área de Proteção Ambiental do Maciço Gericinó Mendanha;
- Parque Estadual da Pedra Branca;
- Parque Estadual do Cunhambebe;
- Parque Estadual do Mendanha e



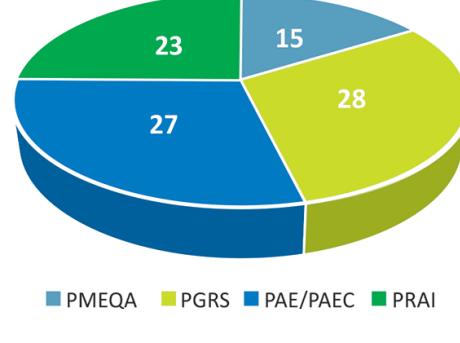
## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO &amp; DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2022

Aqui você confere os indicadores de resultados da Eletrobras Furnas em 2022

Atendendo à Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/10) e às políticas ambientais da Empresa, 442 colaboradores foram capacitados em gestão de resíduos sólidos, entre empregados e terceirizados, das áreas de operação, manutenção, logística e serviços compartilhados, que atuam na cadeia de gerenciamento de resíduos sólidos de diferentes empreendimentos da Furnas.

O gráfico, a seguir, ilustra a quantidade de Planos elaborados ao longo de 2022.

**Planos de Gestão Integrada**

■ PMEQA ■ PGRS ■ PAE/PAEC ■ PRAI

**GESTÃO DA BIODIVERSIDADE E DOS SERVIÇOS ECOSISTÉMICOS****Reflorestamento**

São realizadas ações de reflorestamento em Áreas de Preservação Permanente, além da reposição florestal em áreas remanescentes dos reservatórios de usinas hidrelétricas e de linhas de transmissão. Em 2022, foram reflorestados cerca de 127 hectares com espécies nativas.

**Ictiofauna**

Uma importante ação visando a conservação da ictiofauna foi a soltura de alevinos das espécies migradoras, destacando-se a Piracanjuba (*Brycon orbignyanus*) que é uma espécie de peixe criticamente ameaçada de extinção. Em 2022, foram soltos cerca de 214.960 alevinos de espécies migradoras nos rios Sapucaí Paulista e Pardo, afluentes dos reservatórios das UHEs Porto Colômbia e Marimbondo. A seguir, são apresentadas as quantidades de alevinos soltos, por espécie:

**Número de Alevinos soltos em 2022**

Espécie	UHE Porto Colômbia	UHE Marimbondo
Curimbatá ( <i>Prochilodus lineatus</i> )	–	12.600
Dourado ( <i>Salminus brasiliensis</i> )	29.400	7.380
Pacu ( <i>Piaractus mesopotamicus</i> )	21.500	28.000
Piracanjuba ( <i>Brycon orbignyanus</i> )	50.400	57.280
Piapara ( <i>Megaleporinus obtusidens</i> )	–	8.400

Na Tabela a seguir são indicados os empreendimentos em cujos reservatórios ocorreram monitoramentos das comunidades icticas, visando verificar o resultado dos peixamentos realizados, quando indicado, bem como a composição das espécies e sua abundância relativa.

**Monitoramento da Ictiofauna**

Empreendimento/UHE	Ictiofauna	Ictioplâncton	Pesca
Simplicio	x	x	
Funil	x	x	–
Batalha	x	x	–
Porto Colômbia	x	x	x
Marimbondo	x	x	x
Luiz Carlos Barreto de Carvalho	x	x	x

**Fauna Terrestre e demais Grupos da Fauna Aquática**

Foi iniciada a segunda fase do monitoramento das populações do mutum-de-penacho (*Crax fasciolata*) e do aracuã paulista (*Ortalis remotus*), no entorno da UHE Marimbondo. São duas aves que estão em risco de extinção sendo o aracuã paulista criticamente ameaçado. O projeto foi selecionado como destaque para participar do primeiro fórum de programas de fauna do Ibama.

Destacam-se, ainda, programas específicos para a conservação de espécies, com foco nas ameaçadas e endêmicas. Em 2022, teve continuidade os Programas de Conservação de Pequenos Felinos na UHE Batalha e o de Conservação da Avifauna, na área de influência da LT 750 kV Itaberá-Tijucu Preto III, visando a conservação das espécies de aves endêmicas, raras e ameaçadas do domínio da Mata Atlântica.

Os seguintes monitoramentos da fauna terrestre e de águas continentais foram realizados em 2022:

**Monitoramento e Conservação da Fauna Terrestre e de Águas Continentais**

Empreendimento	Fauna Terrestre	Crustáceos Exóticos	Mutum-de-Penacho e Aracuã	Pequenos felinos	Avifauna	Répteis e Mamíferos Aquáticos	Lobo-Guará
UHE Batalha				x			
UHE Porto Colômbia	x	x					
UHE Marimbondo			x				
UHE Itumbiara					x		
UHE Serra da Mesa						x	
LT Bom Despacho - Ouro Preto	x						
LT Ouro Preto - Várzea					x		
LT Itaberá - Tijucu Preto II (Variante)	x						
LT Itaberá - Tijucu Preto III					x		

**Editais Socioambientais**

Os projetos socioambientais selecionados realizaram plantios, campanhas, e outros eventos de conscientização e campanhas de soltura e monitoramento de espécies ameaçadas, nos seguintes municípios: Cachoeira de Macacu - RJ, Sapucaia - RJ, Acaíaca - MG, Chiauí - MG, Além Paraíba - MG, Alfenas - MG, Niquelândia - GO, Caldas Novas - GO, Minaçu - GO, Água Limpa - GO, Alto Paraisópolis de Goiás - GO, Colinas do Sul - GO, Brasília - DF. São eles:

- Projetos selecionados no Edital Furnas Socioambiental - ciclo 2021/2022: Restaura-Ação (GO), Suquaranas no Quintal (GO), O Que Realmente Importa na Paisagem? (RJ e MG), Mergus para Sempre (GO e DF), Educação Ambiental, Sustentabilidade e Inclusão Social na Produção da Mudanças das Espécies Florestais (MG), Pesquisa Aliada à Prática (DF e GO).

- Projetos Socioambientais das Empresas Eletrobras - ciclo 2021-2022: Antologia (RJ) e Água Limpa - Famílias Tradicionais e Quiolombolas (MG).

Dentre eles, os seguintes projetos tiveram foco na conservação e monitoramento da fauna ameaçada:

- O que realmente importa na paisagem? Um estudo de seleção e manejo de habitat para persistência de *Jacamaracyon tridactyla* (Aves: *Galbulidae*), ave endêmica e ameaçada de extinção (área de influência da UHE Simplicio); Suquaranas no quintal: coexistência e engajamento na conservação da biodiversidade no sudeste de Goiás (espécie-alvo: Suquarana - *Puma concolor*) - área de influência da UHE Corumbá;
- Mergus Para Sempre: Evitando a extinção do Pato-mergulhão (*Mergus octosetaceus*) no Corredor Veadeiros-Pouso Alto-Kalunga, Chapada dos Veadeiros - Goiás (GO) - área de influência da UHE Serra da Mesa;
- Antologia (espécie-alvo: Anta - *Tapirus terrestris*) - área de influência de 5 LTs no estado do Rio de Janeiro.

**RECONHECIMENTOS****V Concurso de Boas Práticas da Rede Nacional de Ouvidorias**

Furnas foi uma das instituições vencedoras do V Concurso de Boas Práticas da Rede Nacional de Ouvidorias, promovido pela Controladoria-Geral da União (CGU). A companhia obteve o terceiro lugar na categoria "Promoção de mecanismos de tratamento de manifestações e de proteção ao denunciante de boa-fé" pela série de treinamentos que realizou em 2021 sobre registro de denúncias e manifestações. O concurso tem o objetivo de estimular, reconhecer e premiar iniciativas desenvolvidas pelas ouvidorias públicas em todos os níveis da Federação, que promovam o aprimoramento do controle social, a ampliação de espaços e canais de participação social na gestão e a melhoria na prestação de serviços públicos por meio de ouvidorias.

**Prêmio IIA May Brasil**

Pelo quarto ano consecutivo, Furnas conquistou o prêmio IIA May Brasil 2022, por promover em seus canais de comunicação o reconhecimento do papel das auditorias internas e de seus profissionais na condução das organizações para um caminho de excelência. O prêmio é promovido pelo The Institute of Internal Auditors (IIA), principal entidade mundial na área de auditoria interna e reconhece as corporações que atuam na valorização dos profissionais da área durante o Mês Internacional de Conscientização da Auditoria Interna. O IIA é representado no país pelo Instituto dos Auditores Internos do Brasil (IIA Brasil).

**Selo Empresa Amiga da Criança**

Pelo sexto ano consecutivo, Furnas foi reconhecida como 'Empresa Amiga da Criança'. O selo, conferido pela Fundação Abrinq, é direcionado às empresas que aderem ao Programa Empresa Amiga da Criança e realizam boas práticas no enfrentamento do trabalho infantil e na proteção dos Direitos de Crianças e Adolescentes.

**Melhor escritório de Projetos de 2022**

Furnas conquistou o Project Manager Office 2022 (Melhor Escritório de Projetos), prêmio oferecido pela Revista MundoPM, em parceria com o Project Manager Institute São Paulo e com a International Project Management Association (IPMA), com o apoio de diversas entidades e associações ligadas à gestão de projetos. A companhia concorreu com outras 28 empresas - inclusive da área de energia. O PMO tem a atribuição de fazer a gestão do portfólio de empreendimentos da empresa, a gestão orçamentária e da documentação técnica de cada projeto. De 2008 a 2022, a atuação do PMO possibilitou a energização de 272 equipamentos de grande porte e quase seis mil equipamentos de pequeno porte.

**Top 10 como uma das empresas mais inovadoras do Brasil**

Furnas conquistou o sexto lugar no ranking das 100 Empresas mais Inovadoras no Uso de TI de 2022, segundo o IT Forum Itaú. A companhia foi destaque entre as corporações que melhor utilizam a tecnologia para executar projetos inovadores. Furnas concorreu com o case RECFY - certificado de energia renovável emitido por plataforma própria que opera por meio de tecnologia blockchain de ponta.

**Estadão Empresas Mais 2022**

Furnas conquistou o Prêmio Estadão Empresas Mais 2022 e marcou presença entre as 100 melhores empresas de 27 setores da economia brasileira. No ranking do Coeficiente de Impacto Estadão (CIE), dividido por setor e serviços financeiros, a empresa ficou em terceiro lugar na categoria Utilidades e Serviços Públicos, ao lado de Eletronorte (1º) e Comgás (2º). Fruto da parceria entre a agência classificadora de riscos Austin Rating e a Fundação Instituto de Administração (FIA), o Prêmio Estadão Empresas Mais é considerado um dos rankings mais confiáveis no que se refere aos setores da economia. Essa foi a segunda vez que Furnas obteve posição de destaque no ranking. Em 2018, a empresa obteve a segunda colocação na mesma categoria.

**INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL**

	2022 (%)	2021 (%)
<b>Geração e distribuição de riqueza</b>		
Distribuição do Valor Adicionado	Governo 20	Governo 35
A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) está apresentada, na íntegra, no conjunto das Demonstrações Contábeis	Acionistas 21	Acionistas 6
	Empregados 18	Empregados 11
	Financiadores 32	Financiadores 43
	outros 8	outros 5
<b>I - RECURSOS HUMANOS</b>		
<b>1.1 Remuneração (R\$mil)</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	1.404.869	1.218.062
- empregados	1.352.751	1.210.773
- administradores	52.118	7.288
Relação entre a maior e a menor remuneração		
- empregados	23	25
- administradores	1	1
<b>1.2 Benefício Concedido</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Encargos Sociais	273.057	19,44
Alimentação	58.640	4,17
Transporte	381	0,03
Previdência privada	96.813	6,89
Saúde	188.782	13,44
Segurança e medicina do trabalho	5.548	0,39
Educação ou auxílio creche	16.679	1,19
Cultura	890	0,06
Capacitação e desenvolvimento profissional	19.217	1,37
Participação nos lucros ou resultados	(47.328)	-3,37
Outros	71.192	5,07
Total	683.871	48,68
	5,45	697.222
		65,57
		0,42
<b>1.3 Composição do Corpo Funcional</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Nº Empregados no final do exercício		
Nº Admissões		12
Nº Demissões		197
Nº Estagiários no final do exercício		115
Nº Empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício		183 (*)
Nº de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício		–
Nº de empregados por sexo:		
- Masculino		2.131
- Feminino		486
Nº de empregados por faixa etária:		
Menores de 18 anos		0
- De 18 a 35 anos		101
- De 36 a 60 anos	</td	

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021  
(em milhares de Reais)

ATIVO	NOTA	CONTROLADORA		CONSOLIDADO		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO		
		31/12/2022	(Reclassificado)	31/12/2022	(Reclassificado)		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	(Reclassificado)	
<b>CIRCULANTE</b>											
Caixa e equivalentes de caixa	6	3.766.459	14.404	4.764.303	116.800	Fornecedores	17	851.363	667.040	1.068.576	
Títulos e valores mobiliários	7	6.718.885	2.208.058	6.718.885	2.208.058	Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	1.427.306	1.551.697	2.617.176	
Clientes	8	1.304.052	1.123.071	1.771.246	1.129.389	Tributos a recolher	19	243.642	236.444	296.767	
Remuneração das participações societárias	11	117.409	117.586	117.409	117.586	Remuneração aos acionistas	20	742.797	894.133	742.797	
Ativo Contratual de Transmissão	9	4.145.344	3.111.428	4.145.344	3.124.010	Concessões a pagar	26	1.980	1.860	29.943	
Tributos a recuperar		–	–	5.148	4.325	Provisões para litígios	27	–	–	62.450	
Imposto de renda e contribuição social	12	566.715	168.254	592.381	168.130	Obrigações com pessoal	22	487.257	408.446	511.151	
Cauções e depósitos vinculados AC	27	–	–	137.708	–	Encargos setoriais	23	117.584	82.509	186.837	
Outros		323.144	290.363	576.979	291.872	Benefício aos empregados	25	36.815	14.776	36.815	
		<b>16.942.008</b>	<b>7.033.164</b>	<b>18.829.403</b>	<b>7.160.170</b>	Obrigações da Lei nº 14.182/2021	28	405.668	–	405.668	
						Outros	24	25.734	40.666	324.068	
								<b>4.340.146</b>	<b>3.897.571</b>	<b>58.517</b>	
									<b>6.282.248</b>	<b>3.953.220</b>	
<b>NÃO CIRCULANTE</b>											
Caixa restrito	6	5.555	–	5.555	4.857	<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Títulos e valores mobiliários	7	897.225	554.123	897.225	554.123	Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	6.557.188	5.325.881	25.900.525	
Clientes	8	238.051	263.295	238.051	263.295	Impostos e contribuições sociais diferidos	12	4.040.376	4.130.621	4.242.878	
Cauções e depósitos vinculados	27	1.080.726	937.689	1.131.005	937.696	Tributos a recolher	19	144.934	156.204	202.010	
Ativo Contratual de Transmissão	9	20.618.273	21.253.224	20.618.273	21.370.408	Concessões a pagar	26	37.439	37.202	327.256	
Tributos a recuperar		–	–	12.125	–	Provisões para litígios	27	2.491.221	2.410.282	2.706.968	
Concessões de geração	10	–	1.449.680	–	1.449.680	Benefício aos empregados	25	127.291	172.290	2.411.542	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	–	–	2.077.784	–	Obrigações da Lei nº 14.182/2021	28	9.966.484	–	172.290	
Outros		135.447	132.567	209.087	159.789	Adiantamentos para futuro aumento de capital	21	–	66.216	–	
		<b>22.975.277</b>	<b>24.590.578</b>	<b>25.189.105</b>	<b>24.739.848</b>	Contratos Onerosos	1.1.1	–	280.528	–	
Investimentos	13	5.867.941	5.526.875	5.076.612	5.121.806	Encargos setoriais	23	196.963	189.887	280.528	
Imobilizado	14	6.533.501	6.530.644	24.725.671	7.082.100	Provisão para passivo a descoberto	13	–	705.864	–	
Intangível	15	21.220.758	979.276	22.525.941	1.175.872	Outros	24	387.664	466.164	544.487	
		<b>56.597.477</b>	<b>37.627.373</b>	<b>77.517.329</b>	<b>38.119.626</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	29	<b>23.949.560</b>	<b>13.941.139</b>	<b>44.581.122</b>	
										<b>14.504.540</b>	
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>73.539.485</b>	<b>44.660.537</b>	<b>96.346.732</b>	<b>45.279.796</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>73.539.485</b>	<b>44.660.537</b>	<b>96.346.732</b>	<b>45.279.796</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(em milhares de Reais)

	NOTA	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2022	(Reclassificado)	31/12/2022	(Reclassificado)
<b>RESULTADO BRUTO</b>					
Receita Operacional Líquida	30	10.270.771	11.393.457	12.438.188	11.493.936
Custos operacionais	31	(5.019.281)	(3.923.042)	(6.521.383)	(3.985.802)
		<b>5.251.490</b>	<b>7.470.415</b>	<b>5.916.805</b>	<b>7.508.134</b>
Despesas Operacionais	31	(1.798.127)	(2.102.424)	(1.829.307)	(2.124.694)
Remensuração regulatórias - Contratos de transmissão	9	19.874	1.364.564	19.874	1.364.564
		<b>3.473.237</b>	<b>6.732.555</b>	<b>4.107.372</b>	<b>6.748.004</b>
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	32	(989.796)	(442.319)	(1.719.913)	(502.472)
Resultado Financeiro					
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS					
Resultado das participações societárias	13	556.907	(367.570)	638.397	(321.945)
Outras despesas	1.1.2	(1.338.982)	–	(1.338.982)	–
		<b>1.701.366</b>	<b>5.922.666</b>	<b>1.686.874</b>	<b>5.923.587</b>
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS TRIBUTOS					
Imposto de renda e contribuição social correntes	12	(137.427)	(1.102.186)	(138.593)	(1.102.860)
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	94.304	(787.543)	98.309	(787.935)
		(43.123)	(1.889.729)	(40.284)	(1.890.795)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO					
Parcela atribuída aos controladores					
Parcela atribuída aos acionistas não controladores					
<b>RESULTADO POR AÇÃO</b>					
		<b>0,025</b>	<b>0,060</b>	<b>0,024</b>	<b>0,060</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(em milhares de Reais)

	NOTA	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Lucro líquido do exercício:</b>					
Outros componentes do resultado abrangentes:					
Ganho (perda) em benefícios pós-emprego		(2.891)	892.516	(2.891)	892.516
IRPJ e CSLL diferidos sobre resultado atuarial		983	(303.455)	983	(303.455)
<b>Total</b>					

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021  
(em milhares de Reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO			CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	NOTA	31/12/2021 (reclassificado)	31/12/2022 (reclassificado)	31/12/2021 (reclassificado)	31/12/2022 (reclassificado)	NOTA	31/12/2021 (reclassificado)	31/12/2022 (reclassificado)	31/12/2021 (reclassificado)
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>									
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	12	1.701.366	5.922.666	1.686.874	5.923.587				
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações:									
Depreciação e amortização	31	432.030	294.578	927.427	344.926				
Variações cambiais e monetárias líquidas	32	(88.574)	7.889	(149.831)	8.695				
Encargos financeiros	32	1.078.370	434.430	1.869.744	493.777				
Resultado da equivalência patrimonial	13	(556.907)	367.570	(638.397)	321.945				
Receitas do ativo contratual - transmissão	30	(5.964.018)	(7.093.137)	(5.938.201)	(7.119.991)				
Receita de construção - geração	30	(7.324)	(82.205)	(7.324)	(82.205)				
Custo de construção - transmissão	312.221	257.412	312.222	257.412					
Remunerações regulatórias - Contratos de Transmissão	9	(19.874)	(1.364.564)	(19.874)	(1.364.564)				
Ganhos com repartição do risco hidrológico	-	(664.086)	-	(864.086)					
Provisões (reversões) operacionais	31	247.863	889.709	306.606	894.871				
Baixa (reversão) do intangível	-	-	12.756	(10.697)					
Baixa de ativo imobilizado	14	283.632	1.617	284.858	10.005				
Baixa de investimentos	-	282	29.283	282	29.283				
Baixa de ativo financeiro	1.1.2	1.067.028	-	1.067.028	-				
Resultado atuarial - benefícios pós-emprego	-	(46.567)	18.665	(46.567)	18.665				
Participação de acionistas não controladores	-	-	11.653	-	145				
(Acréscimos)/decréscimos nos ativos operacionais		(1.560.472)	(1.180.173)	(320.744)	(1.138.232)				
Clientes		(122.536)	342.791	(138.994)	343.456				
Títulos e valores mobiliários		(4.538.950)	(1.573.229)	(4.538.950)	(1.573.229)				
Cauções e depósitos vinculados		(75.777)	(24.398)	(219.331)	(27.543)				
Tributos a recuperar		(52.397)	309.021	(68.147)	309.043				
Créditos com fornecedores		(2.891)	(66.553)	(2.891)	(66.552)				
Desativações e alienações em curso		2.603	58.562	2.603	58.562				
Despesas pagas antecipadamente		(5.069)	7.475	14.885	7.475				
Outros ativos		(43.892)	43.362	(140.620)	45.100				
(4.838.909)		(902.969)	(5.091.445)	(903.688)					
Acréscimos/(decréscimos) nos passivos operacionais		264.690	53.055	358.659	41.764				
Fornecedores		16.346	(81.220)	17.629	(81.198)				
Obrigações com pessoal		78.811	130.498	90.690	130.452				
Tributos a recolher		(97.522)	(101.390)	(126.928)	(102.280)				
Credores diversos		(5.843)	(33.979)	(5.843)	(33.979)				
Outros passivos		18.017	(15.023)	(952.129)	(11.620)				
		274.499	(48.059)	(617.922)	(56.861)				

Para informações sobre transações não envolvendo caixa e equivalente de caixa, vide nota explicativa 36.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021  
(em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	31/12/2021 (Reclassificado)	31/12/2022 (Reclassificado)	31/12/2021 (Reclassificado)	31/12/2022 (Reclassificado)		31/12/2021 (Reclassificado)	31/12/2022 (Reclassificado)	31/12/2021 (Reclassificado)	31/12/2022 (Reclassificado)
<b>RECEITAS (DESPESAS)</b>									
Venda de mercadorias, produtos e serviços	11.585.216	13.654.340	14.061.576	13.768.011					
Receita de construção	487.436	847.009	487.436	847.009					
Outras receitas e despesas operacionais	(447.622)	(163.035)	(85.625)	(172.530)					
PECLD - Consumidores e Revendedores	(85.625)	(104.469)	(352.192)	(104.469)					
Efeito da Lei nº 14.182/2021	(1.338.982)	-	(1.338.982)	-					
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	10.200.423	14.233.845	12.772.213	14.338.021					
Materiais, serviços e outros	(795.847)	(693.248)	(955.181)	(707.711)					
Energia comprada para revenda	(1.695.429)	(646.174)	(2.197.557)	(646.174)					
Encargos de uso da rede elétrica	(836.995)	(764.046)	(1.177.689)	(764.175)					
Custos de construção	(319.545)	(339.617)	(319.545)	(339.617)					
Combustível para produção de energia elétrica	(611.060)	(937.447)	(611.060)	(937.447)					
Perda / Recuperação de valores ativos	(209.566)	(785.240)	(268.309)	(791.032)					
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	(4.468.442)	(4.165.772)	(5.529.341)	(4.186.156)					
<b>RETENÇÕES</b>	<b>5.731.981</b>	<b>10.068.073</b>	<b>7.242.872</b>	<b>10.151.865</b>					
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE</b>	<b>5.299.951</b>	<b>9.773.495</b>	<b>6.315.445</b>	<b>9.806.939</b>					
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>									
Resultado de equivalência patrimonial	556.907	(367.570)	638.397	(321.945)					
Receitas financeiras	604.119	336.100	719.926	340.088					
	1.161.026	(31.470)	1.358.323	18.143					

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS DO EXERCÍCIO FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022  
(em milhares de Reais)

## NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

Furnas Centrais Elétricas S.A. (Furnas ou Empresa) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede à Av. Graça Aranha, 26, Centro, Rio de Janeiro. A Empresa é controlada da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras ou Companhia).

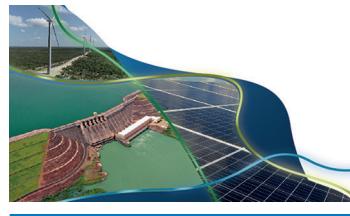
Atua na geração, transmissão e comercialização de energia elétrica na região abrangida pelo Distrito Federal e pelos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Tocantins, Rondônia, Ceará e Bahia. A comercialização de energia é exercida com empresas distribuidoras de energia, comercializadores e consumidores livres de todo o território nacional. Furnas detém diversas concessões de serviço público de energia elétrica, conforme demonstrada na nota explicativa 3 - Concessões e Autorizações, nos segmentos de geração e transmissão.

A emissão destas demonstrações contábeis foi aprovada pelo Conselho de Administração em 13 de março de 2023.

## 1.1 - Capitalização Eletrobras

Em junho de 2022, a Eletrobras concluiu uma oferta pública de ações, que consistiu na distribuição primária e secundária de ações ordinárias de sua emissão, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembargadas de quaisquer ônus ou gravames, através da B3, simultaneamente no Brasil e no exterior. O preço de subscrição da ação foi de R\$ 42,00 perfazendo o montante total de R\$ 29.294.028, sendo:

- (a) Oferta primária - 627.675.340 ações ordinárias no valor de R



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO &amp; DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2022

Aqui você confere os indicadores de resultados da Eletrobras Furnas em 2022

temos o Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG Protocol, com o reporte de nosso Inventário de Gases de Efeito Estufa, mostrando o compromisso em combater os efeitos das mudanças climáticas.

Os projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em andamento em Furnas priorizam a sustentabilidade e novas fontes limpas de geração de energia elétrica. O objetivo principal é transformar os estudos realizados em produtos ou serviços patenteados e, com isso, agregar vantagem competitiva à empresa. Entre eles está o projeto de Hidrogênio Verde, em segunda fase de desenvolvimento, e a criação do primeiro coletor termosolar do tipo calha cilíndro-parabólica nacional.

Em 2021, implantamos o RECFY, uma plataforma inovadora que utiliza a tecnologia blockchain para a emissão e comercialização de certificados de energia renovável. Em pouco mais de um ano, Furnas comercializou mais de 2 milhões de RECFY's. Lançamos também o Edital Socioambiental, com a seleção de 8 projetos de até R\$ 200 com foco em conservação da biodiversidade, aliada ao engajamento e geração de benefícios para as comunidades no entorno dos empreendimentos. Outra iniciativa socioambiental que podemos destacar é o Projeto Iara, desenvolvido por voluntários de Furnas e seus familiares para recuperar rios, lagos e córregos de áreas próximas a nossas operações. Em 2022, o grupo recolheu mais de 500 quilos de resíduos, que foram destinados à reciclagem, e plantou mais de 600 mudas de espécies nativas.

A gestão de risco em Direitos Humanos ocorre de forma estratégica com plano de ação para mitigação de fatores como assédio moral, sexual e discriminação. Disponibilizamos cursos e momentos de valor sobre Direitos Humanos para funcionários e líderes. Em 2022 inserimos nova cláusula de sustentabilidade nos contratos de bens e serviços para garantir que os fornecedores tenham respeito aos direitos humanos e incentivam ações afirmativas para minorias.

Além disso, especialmente em relação à igualdade de gênero, temos a meta de elevar para 30% a presença de mulheres em cargos de liderança até 2025, como parte do compromisso com o Movimento Elas Lideram 2030, do Pacto Global. Para isso, implementamos o Programa Impulsionando Mulheres, oferecendo capacitação e mentoria para o fortalecimento de competências de liderança para as funcionárias.

Em governança, destacamos o amadurecimento de nossos sistemas de controle e conformidade, reconhecidos pelo mercado. O Projeto Integridade Itinerante, por meio de palestras e esquetes teatrais, sensibiliza o público interno sobre o tema.

Por fim, alcançamos a maior nota geral de Furnas no Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE B3) ciclo 2022-2023, obtendo 80,3% de pontuação, acima da meta estabelecida pela Eletrobras (75,81%), o que mostra que estamos no caminho certo da gestão da sustentabilidade. Além disso, todas as notas dos questionários respondidos cresceram, com destaque para a Dimensão Capital Humano, cujo aumento de pontuação foi de 15,92% em relação ao ano anterior e para a Dimensão Ambiental, que obteve a maior nota da sua história (77,04%).

## NOTA 2 - DESTAQUES DE 2022

## 2.1 - Encerramento Inambari Geração de Energia - Inambari

Em março de 2022, as Sociedades de Propósito Específico (SPE) Inambari encerrou as suas atividades, sem impacto significativo de perda para Furnas. Essa operação está no escopo da iniciativa de racionalização das participações societárias da Eletrobras, nos termos do Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG) 2022-2026.

## 2.2 - Captação de recursos

Furnas realizou a captação de recursos no montante de R\$ 2.500.000, por meio de 3 operações junto às seguintes instituições financeiras:

- (i) Banco Itaú, no valor de R\$ 500.000, realizada em maio de 2022;
- (ii) Banco do Brasil, no valor de R\$ 500.000, realizada em maio de 2022; e
- (iii) Banco do Brasil, no valor de R\$ 1.500.000, realizada em junho de 2022.

Os recursos obtidos por meio dessas captações foram destinados ao cumprimento do programa de investimentos, ao pagamento de dívidas mais onerosas e para eventuais necessidades de caixa de Furnas. Para maiores detalhes, conforme demonstrado na nota explicativa 18.1.

## 2.3 - Aquisição de controle da Madeira Energia S.A. (MESA)

Em maio de 2022, Furnas subscreveu 5.494.950.237 ações ordinárias, no valor de R\$ 681.374, em decorrência do direito de preferência no âmbito do aumento de capital da MESA, e, mais 7.267.560.939 de novas ações ordinárias subscritas, emitidas pela investida, em decorrência das sobras de ações do aumento de capital, integralizando o valor equivalente a R\$ 901.177 em junho de 2022.

Com a integralização das ações, a participação de Furnas em MESA passou de 43,05% para 72,36%. Mesmo com elevada participação, Furnas se tornou a controladora da MESA somente em julho de 2022, após a aprovação do distrito do acordo de acionistas.

## 2.4 - Integralização de Capitalização de Adiantamento para futuro aumento de Capital (AFAC)

Em setembro de 2022, foi deliberada a proposta de integralização da totalidade do AFAC concedido a Furnas com recursos ordinários da Eletrobras, no valor de R\$ 8.908.219, acrescido de atualização monetária, para o pagamento do bônus de outorga dos novos contratos de concessão de geração de energia elétrica, celebrados em junho de 2022. Este AFAC foi integralizado ao Capital Social da Empresa em dezembro de 2022.

## 2.5 - Incorporação Transenergia Goiás (TGO)

Em novembro de 2022, houve a incorporação da TGO por Furnas. A incorporação não acarretou aumento de capital da Empresa nem, tampouco, qualquer alteração nas participações acionárias dos acionistas da Empresa. O impacto da incorporação da TGO na Controladora foi de R\$ 157.696, maiores detalhes na nota explicativa 4.7.

## 2.6 - Plano de Demissão Voluntária (PDV)

Em novembro de 2022, a Empresa lançou o Plano de Demissão Voluntária (PDV 2022), que abrangeu empregados aposentados pela previdência oficial e aposentáveis até 30 de abril de 2023, considerando critérios do INSS exigidos para os anos de 2022 e 2023. O montante total reconhecido no resultado com o lançamento do plano foi de R\$ 254.043. Para maiores detalhes, vide nota explicativa 31.3.

## 2.7 - AFAC

Em dezembro de 2022, foi aprovado a Furnas, pela Eletrobras, um AFAC o reforço de caixa e refinanciamento de passivos. O montante realizado e reconhecido no AFAC no Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 8.400.000. Para maiores detalhes, vide nota explicativa 29.3.

## NOTA 3 - CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE ENERGIA ELÉTRICA

Furnas detém, diretamente ou por meio das suas empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas, concessões de energia elétrica nos segmentos de geração e transmissão ou participações em SPEs que também atuam nestes mesmos segmentos.

## 3.1 - Concessões e Autorizações de Geração

Contrato	Usinas	Capacidade Instalada (MW) (*)	Localização	Término da Concessão
003/2022	Usinas Hidrelétricas (UHE)			
003/2004	Itumbiara	2.082	GO/MG	2052
005/2004	Marimbondo	1.440	SP/MG	2052
003/2022	Serra da Mesa	1.275	TO	2046
003/2022	Furnas	1.216	MG	2052
003/2022	Luiz Carlos Barreto de Carvalho	1.050	SP	2052
003/2022	Mascarenhas de Moraes	476	ES	2052
003/2022	Corumbá I	375	GO	2052
003/2006	Simplicio/Anta	334	MG/RJ	2043
003/2022	Porto Colômbia	320	MG	2052
003/2006	Funil	216	BA	2052
010/2000	Manso	210	MT	2037
002/2006	Batalha	52,5	GO/MG	2043
Usinas Termelétricas (UTE)				
004-2004	Campos (Roberto Silveira) <sup>(1)</sup>	25	RJ	2027
	Santa Cruz <sup>(2)</sup>	500	RJ	

(\*) Não examinado pelos auditores independentes;

<sup>(1)</sup> A UTE Roberto Silveira (Campos - RJ) encontra-se fora de operação comercial, conforme consta no Despacho ANEEL 708/2019. Potência instalada de 25,00 MW conforme desapropriação ANEEL 484/2016; e

<sup>(2)</sup> A potência de 500 MW exclui as UGCS 3 e 4, cuja operação comercial se encontra suspensa por tempo indeterminado, conforme Despacho Anel nº 3.263, de 19 de outubro de 2012. Inclui, todavia, a potência de 150 MW ainda não disponível devido às obras de expansão da usina, ao final das quais as UGCS 11 e 21 funcionarão em ciclo combinado com as UGCS 1 e 2. A garantia física de 401,2 MW é relativa à potência instalada de 500 MW.

Ainda no segmento de geração de energia, Furnas participa em (SPEs) detentoras de empreendimentos de geração, cujo detalhamento apresentamos a seguir:

Contrato	Empreendimento	Capacidade Instalada (MW) (*)	Localização	Término da Concessão
Hidrelétricas em Operação				
001/2008-MME	Santo Antônio	3.568	RO	2047
002/2011-MME	Teles Pires	1.820	PA/MT	2047
128/2001-ANEEL	Foz do Chapecó	855	SC	2036
002/2014-MME	São Manoel	736	MT	2049
130/2001-ANEEL	Peixe Angical	499	TO	2042
129/2001-ANEEL	Serra do Fácão	213	GO	2036
001/2006-MME	Baguari	140	MG	2046
007/2006-MME	Retiro Baixo	82	MG	2041
Hidrelétricas em Operação - Regime de Cotas				
003/2014-MME	Três Irmãos	808	SP	2044
Empreendimento Suspensor				
Portaria MME nº 459/2012	Fortim - Nossa Senhora de Fátima	30	CE	2047
Portaria MME nº 458/2012	Fortim - Jandaia	27	CE	2047
Portaria MME nº 409/2012	Fortim - Jandaia I	24	CE	2047
Portaria MME nº 446/2012	Fortim - São Clemente	21	CE	2047
Portaria MME nº 432/2012	Fortim - São Januário	21	CE	2047

(\*) Não examinado pelos auditores independentes.

## 3.2 - Transmissão de Energia Elétrica

Os contratos de concessão de transmissão encontram-se discriminados a seguir:

Contrato	Transmissoras	UF	Início da Concessão	Prazo da Concessão
034/2001	Expansão da Interligação Sul-Sudeste	PR, SP	09.05.2001	30 anos
062/2001	Diversos empreendimentos prorrogados no contexto da Lei nº 2.783/2013	RJ, SP, PR, MG, GO, TO, DF, ES, MT	01.01.2013	30 anos
006/2005	LT Macaé-Campos C3	RJ	04.03.2005	30 anos
007/2006	LT Tijucu Preto-Itapeti-Nordeste 345 kV	SP	27.04.2006	30 anos
003/2009	LT Bon Despacho 3-Ouro Preto 2.500 kV	MG	28.01.2009	30 anos
016/2012	SE Zona Oeste 500/138 kV - 1.200 MVA	RJ	10.05.2012	30 anos
014/2011	LT Xavantes-Pirineus 230 kV CS	GO	09.12.2011	30 anos
006/2010	LT Macecarenhas-Linhares 230 kV CS; SE Linhares - 230/138 kV - 150 MVA	ES	12.07.2010	30 anos

## 3.2.1 - Sistema Itaipu

Entre os empreendimentos construídos e operados por Furnas, destaca-se o sistema de transmissão de Itaipu, integrado por três troncos de transmissão em corrente alternada (750 kV)\* e duas linhas em corrente contínua ( $\pm 600$  kV)\*. Os troncos de transmissão em corrente alternada são compostos por nove linhas de transmissão que ligam Foz do Iguaçu - PR, Ivaiporá - PR, Itaberá - SP e Tijucu Preto - SP. Já as linhas de corrente contínua interligam diretamente Foz do Iguaçu e Ibiúna. A distância cruzada por esses sistemas, entre os Estados do Paraná e São Paulo, é de aproximadamente 900 km\*.

(\*) Não examinado pelos auditores independentes.

## 3.2.2 - Empreendimentos de transmissão em regime de SPE

Investida	Participação (%)	KM <sup>1</sup> (\*)	Capacidade de Transformação em operação / reserva (MVA)	Data da Concessão ou Outorga	Prazo da Concessão ou Outorga



<tbl\_r cells="6" ix="3" maxcspan="1" maxrspan="1" usedcols="



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO &amp; DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2022

Aqui você confere os indicadores de resultados da Eletrobras Furnas em 2022

**4.6 - Reclassificação das demonstrações contábeis**

A administração de Furnas avaliou a necessidade de reclassificar determinadas rubricas para fins de aprimoramento da divulgação de suas demonstrações financeiras. Em sua análise, não foi identificado efeitos que ensejasse na reapresentação retrospectiva, segundo CPC 23/IAS 8 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação do erro. Os reflexos destas reclassificações no balanço patrimonial, na demonstração do resultado, demonstração do fluxo de caixa e demonstração do valor adicionado, estão apresentados a seguir:

ATIVO	CONTROLDORA			CONSOLIDADO				
	31/12/2021	Ajuste	31/12/2021	Reclassificado	31/12/2021	Ajuste	31/12/2021	Reclassificado
Circulante								
Títulos e valores mobiliários	2.762.181	(554.123) (a)	2.208.058	2.762.181 (554.123) (a)	2.208.058			
Tributos a Recuperar	—	—	—	—	4.325	4.325		
Demais ativos	4.825.106	—	4.825.106	4.947.787	—	4.947.787		
Total ativo circulante	7.587.287	(554.123)	7.033.164	7.709.968 (549.798)	7.160.170			
Não Circulante								
Títulos e valores mobiliários	—	554.123 (a)	554.123	—	554.123 (a)	554.123		
Demais ativos	24.036.455	—	24.036.455	24.185.725	—	24.185.725		
Total ativo não circulante	24.036.455	554.123	24.590.578	24.185.725	554.123	24.739.848		
Investimentos	5.526.875	—	5.526.875	5.121.806	—	5.121.806		
Imobilizado	6.530.644	—	6.530.644	7.082.100	—	7.082.100		
Intangível	979.276	—	979.276	1.175.872	—	1.175.872		
	13.036.795	—	13.036.795	13.379.778	—	13.379.778		
Total do Ativo	44.660.537	—	44.660.537	45.275.471	4.325	45.279.796		
DRE								
Receita Operacional Líquida	11.377.916	15.541 (d)	11.393.457	11.478.395	15.541 (d)	11.493.936		
Custo Operacional	(3.645.146)	(277.896) (c)	(3.923.042)	(3.708.183)	(277.619) (c)	(3.985.802)		
Custo de Construção	(339.617)	339.617 (c)	—	(339.617)	339.617 (c)	—		
Resultado Bruto	7.393.153	77.262	7.470.415	7.430.595	77.539	7.508.134		
Despesas Operacionais	(2.040.703)	(61.721) (c)	(2.102.424)	(2.062.696)	(61.998) (c)	(2.124.694)		
Remuneração regulatória - Contratos de transmissão	1.364.564	—	1.364.564	1.364.564	—	1.364.564		
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro	6.717.014	15.541	6.732.555	6.732.463	15.541	6.748.004		
Resultado Financeiro	(426.780)	(15.539) (d)	(442.319)	(486.933)	(15.539) (d)	(502.472)		
Resultado antes das Participações Societárias	6.290.234	2	6.290.236	6.245.530	2	6.245.532		
Resultado das participações societárias	(367.569)	(1)	(367.570)	(321.944)	(1)	(321.945)		
Resultado Operacional antes dos Tributos	5.922.665	1	5.922.666	5.923.586	1	5.923.587		
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(1.889.728)	(1)	(1.889.729)	(1.890.794)	(1)	(1.890.795)		
Lucro Líquido do Exercício	4.032.937	—	4.032.937	4.032.792	—	4.032.792		
DFC								
Atividades Operacionais								
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	3.381.512	(951.093) (e)	2.430.419	3.370.946	(954.236) (e)	2.416.710		
Atividades de Financiamento								
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	(1.677.000)	—	(1.677.000)	(1.677.333)	—	(1.677.333)		
Atividades de Investimento								
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	(1.702.302)	954.237 (e)	(748.065)	(1.688.503)	954.237 (e)	(734.266)		
Acréscimo (Redução) no caixa e equivalente de caixa	2.210	(3.144) (e)	5.354	5.110	(1) (e)	5.111		
DVA								
Receitas (despesas)	14.652.969	(419.124) (f)	14.233.845	14.763.739	(425.718) (f)	14.338.021		
Insumos adquiridos de terceiros	(4.424.445)	258.673 (f)	(4.165.772)	(4.446.403)	260.247 (f)	(4.186.156)		
Valor adicionado bruto	10.228.524	(160.451)	10.068.073	10.317.336	(165.471)	10.151.865		
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	9.750.101	23.394 (f)	9.773.495	9.783.402	23.537 (f)	9.806.939		
Valor adicionado total a distribuir	9.718.631	23.394	9.742.025	9.801.545	23.537	9.825.082		

- (a) Furnas realizou a análise de liquidez dos instrumentos financeiros, foi identificado que parte do saldo de Títulos e Valores Mobiliários (nota 7) registrado no ativo circulante em 31 de dezembro de 2021, deveria ser classificado como ativo não circulante, no montante de R\$ 554.123;
- (b) Em linha com os requerimentos das normas contábeis CPC 32/IAS 12- Tributos sobre o Lucro, houve reclassificação entre as linhas de Tributos a Recuperar e Tributos a Recolher no que tange os impostos retidos, reclassificando o saldo com o efeito líquido dos tributos segregado por cada entidade legal;
- (c) Furnas avaliou a segregação adequada entre os custos e despesas de atividades operacionais, gerando a necessidade de reclassificação nas rubricas de pessoal, material, serviços, depreciação e amortização entre Custo Operacional, Custo de Construção e Despesas Operacionais, conforme demonstrado no quadro acima;
- (d) Furnas que anteriormente apresentava PIS e COFINS sobre receita financeira nas deduções da Receita Operacional Líquida, avaliou a natureza e realizou a reclassificação para Resultado Financeiro, conforme demonstrado nas notas explicativas 30 e 32. Os montantes reclassificados de PIS e COFINS sobre receita financeira são de R\$15.541 para Controladora e Consolidado, respectivamente; e
- (e) Furnas reclassificou: (i) o Recebimento de remuneração de investimentos em participações societárias entre o grupo de atividades de investimento e o grupo de atividades de operacionais (R\$ 361.580); (ii) Custo de construção no segmento de transmissão entre o grupo de atividades operacionais e o grupo de atividades de investimento (R\$ 257.412); e (iii) Títulos e valores mobiliários entre atividades de investimento e atividades operacionais (R\$ 1.573.229).
- (f) Furnas avaliou as classificações realizadas em sua DVA e alinhou as premissas de distribuição do valor adicionado em conjunto com as definidas pela controladora Eletrobras, conforme os termos do CPC 09-Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

**4.7 - Incorporação TGO**

Em 22 de novembro de 2022, os acionistas aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária da Eletrobras a incorporação da Transenergia Goiás por Furnas, de acordo com os termos do PDNG 2022-2026, cujo efeitos ocorreram a partir do dia 01 de novembro de 2022 em Furnas, que passou a deter todos os direitos e obrigações da extinta controlada. A operação foi aprovada pela ANEEL por meio da Resolução Autorizativa nº 12.984.

A incorporação teve como objetivo simplificar a estrutura legal e reduzir os custos administrativos, operacionais e fiscais, bem como maximizar sua eficiência, através da racionalização das participações societárias de acordo com o PDNG 2022-2026. Como resultado desta incorporação, a TGO foi extinta de pleno direito e Furnas tornou-se sua sucessora.

A posição da Furnas em novembro de 2022 está demonstrada abaixo:

ATIVO	Furnas	Transenergia Goiás	Controladora
CIRCULANTE	30/11/2022	30/11/2022	30/11/2022
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.756	436	8.192
Títulos e valores mobiliários	1.788.604	23.063	1.811.667
Clientes	1.364.665	1.348	1.366.013
Impostos e contribuições sociais	266.645	—	266.645
Ativo de contrato	3.905.388	14.258	3.919.646
Outros ativos	402.832	214	403.046
	<b>7.735.890</b>	<b>39.319</b>	<b>7.775.209</b>
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários	886.372	5.420	891.792
Cauções e depósitos vinculados	1.048.726	7	1.048.733
Ativo de contrato	20.657.228	120.342	20.777.570
Outros ativos	364.105	—	364.105
	<b>22.956.432</b>	<b>125.768</b>	<b>23.082.200</b>
Investimentos	5.944.528	—	5.944.528
Imobilizado	6.472.397	4.790	6.477.187
Intangível	21.239.892	14	21.239.906
	<b>33.656.817</b>	<b>4.804</b>	<b>33.661.621</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>64.349.139</b>	<b>169.891</b>	<b>64.519.030</b>
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Fornecedores	607.806	1.359	609.165
Impostos e contribuições sociais	55.855	286	56.141
Obrigações estimadas	374.874	359	375.233
Encargos setoriais	113.492	354	113.846
Outros passivos	1.852.053	—	1.852.053
	<b>3.004.080</b>	<b>2.358</b>	<b>3.006.438</b>
NÃO CIRCULANTE			
Impostos e contribuições sociais	4.038.233	8.398	4.046.631
Provisões para litígios	2.451.568	1.438	2.453.006
Outros	17.457.281	—	17.457.281
	<b>23.947.081</b>	<b>9.837</b>	<b>23.956.918</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>26.951.161</b>	<b>12.1</b>	



**Eletrobras  
Furnas**

Furnas Centrais Elétricas S.A. CNPJ 23.274.194/0001-19

# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO & DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**2022**

Aqui você confere os indicadores de resultados da Eletrobras Furnas em 2022

## NOTA 9 - ATIVO CONTRATUAL DE TRANSMISSÃO

A Empresa registra o direito às contraprestações originadas pela construção dos empreendimentos de transmissão, no âmbito dos contratos de concessões, na rubrica Ativo Contratual de Transmissão. A movimentação desses ativos, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, está demonstrada no quadro a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Receita de Construção	764.804	764.804
Receita Financeira	4.213.701	4.238.573
Amortização	(3.905.878)	(3.917.892)
Remuneração Regulatória	1.364.564	1.364.564
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>24.364.652</b>	<b>24.494.418</b>
Incorporação TGO	134.600	—
Receita de Construção	480.112	480.112
Receita Financeira	3.236.626	3.252.503
Amortização	(3.472.247)	(3.483.290)
Remuneração Regulatória	19.874	19.874
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>24.763.617</b>	<b>24.763.617</b>

Circulante	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
4.145.344	3.111.428	3.124.010
20.618.273	21.253.224	20.618.273
<b>Total Ativo Contratual</b>	<b>24.763.617</b>	<b>24.494.418</b>

A Empresa utiliza como margem de construção dos contratos de concessão, que acrescida ao custo de construção, forma a receita de construção, o custo médio ponderado de capital (WACC - Weighted Average Cost of Capital) da Eletrobras, do ano de início de cada contrato. Anualmente, a Empresa compara o saldo do ativo de cada contrato com fluxo previstos de Receita Anual Permitida (RAP) futuras, considerando a taxa de desconto de cada contrato. Tanto os impactos positivos quanto os negativos são registrados na receita de construção.

As taxas de remuneração utilizadas (Receita Financeira), estabelecidas no início de cada projeto, são de aproximadamente, em média, 7,70% ao ano, para os contratos renovados, e 7,02% para os licitados.

Os saldos dos contratos são atualizados (Atualização monetária) substancialmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exceto para os contratos 006/2005 e 034/2001, que são atualizados pelo Indicador Geral de Preços do Mercado (IGPM).

Em 2022, as RAPs das duas concessões de Furnas foram reajustadas em razão da Revisão Tarifária Periódica (RTP), impactando o ativo contratual da transmissão e o resultado da Empresa em R\$ 19.874, na rubrica Remunerações regulatórias - Contratos de transmissão.

Em junho de 2022, a Superintendência de Gestão Tarifária/ANEEL (SGT/ANEEL) publicou a Nota Técnica (NT) nº 085/2022, que revisitou os pedidos de reconsideração interpostos no âmbito do pagamento do componente financeiro e reperfilamento da RBSE. A produção de efeitos dessa NT depende de adequada instrução processual para que o mérito seja analisado pela diretoria colegiada da ANEEL. A Empresa continua acompanhando e atuando em relação à questão para que as premissas, metodologias e cálculos considerados até o momento continuem vigentes.

Em julho de 2022, a ANEEL, por meio da Resolução nº 3.067/2022, homologou os valores das RAPs da Empresa para o ciclo 2022/2023, R\$ 4.539.877.

Do saldo atual do ativo contratual da transmissão, R\$ 18.157.339 (R\$18.641.678 em 31 de dezembro de 2021) correspondem ao direito às contraprestações originadas pela infraestrutura não depreciada da Rede Básica do Sistema Existente (RBSE), quando das renovações das concessões em 2012, nos termos da Lei nº 12.783/2013. O fluxo estimado pela Empresa para o recebimento das RAPs relativas à RBSE está demonstrado no quadro a seguir:

23-24	24-25	25-26	26-27	27-28	Total
4.213.298	4.213.298	4.213.298	4.213.298	4.213.298	21.066.290

Em 2021, o acréscimo da receita financeira, foi impulsionado pela elevação dos índices de inflação, do acréscimo da receita de construção no período, adicionalmente a remuneração do ativo da concessão referente à RBSE, pelo reperfilamento do componente financeiro da RBSE, aprovado pela ANEEL em abril de 2021, a decisão provocou redução na curva de pagamentos dos valores relativos à revisão periódica das RAPs associadas às instalações de transmissão para os ciclos de 2021/2022 e 2022/2023, prorrogando tais parcelas até o ciclo 2027/2028. Assim como o reconhecimento complementar do custo de capital próprio (Ke).

### Prática Contábil

Os ativos de transmissão da Empresa são tratados no escopo do CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente. Segundo o CPC 47/IFRS 15, os direitos da entidade às contraprestações originadas de obrigações de desempenho concluídas, cujo direito efetivo de recebimento está condicionado ao cumprimento de outras obrigações contratuais, devem ser classificados como ativos de contrato, que a Empresa identifica como Ativo Contratual, no balanço patrimonial.

Para desenvolver as atividades de construção da infraestrutura de transmissão e operá-la e mantê-la - O&M, no âmbito dos contratos de concessões de transmissão de energia elétrica, a Empresa é remunerada pela Receita Anual Permitida - RAP e pelos valores residuais correspondentes ao saldo não depreciado dos empreendimentos de transmissão ao final da concessão, calculado pela ANEEL, quando previstos contratualmente.

Para fins de registros contábeis, a Empresa, com base nos custos projetados de construção e de operação e manutenção, acrescidas das margens de lucros desejadas para essas atividades, separa a RAP, estipulada no contrato de concessão (Leilão de transmissão), em duas partes: (i) parcela da RAP destinada à remuneração da atividade de Construção e a parcela da RAP destinada à remuneração da atividade Operação e Manutenção (O&M).

As margens de lucratividade desejadas são formadas com base no custo médio ponderado de capital - WACC da Eletrobras, nos riscos de atrasos nas obras e nas penalidades regulatórias originadas pelas indisponibilidades das linhas de transmissão de energia elétrica.

À medida que a construção do empreendimento de transmissão evolui, a Empresa reconhece, na rubrica de ativo o contratual, em contrapartida a receita de construção, os valores das RAPs relativas à construção do empreendimento de transmissão e o saldo residual, quando previsto contratualmente, na proporção da execução do projeto. O ativo contratual da transmissão corresponde, portanto, aos valores das RAPs, relativas à construção, e o saldo residual, quando previsto contratualmente, que serão recebidos futuramente, trazidos a valor presente, na proporção da execução do projeto.

A taxa de desconto (implícita) de cada contrato de concessão representa o índice que equilibra o fluxo financeiro projetado, formado pelos custos projetados de construção e operação e manutenção, pelas margens de construção e operação e manutenção, pelos fluxos projetados de RAP e pelo valor residual projetado, quando aplicável.

O ativo contratual é atualizado mensalmente pelos juros implícitos, com base na taxa de desconto de cada contrato, e pela atualização monetária (IPCA ou IGPM), em função dos reajustes das RAPs.

As Receitas Anuais Permitidas (RAPs) dos contratos de concessão são revisadas a cada cinco anos, no processo de Revisão Tarifária Periódica da ANEEL (RTP), que analisa, principalmente, a estrutura de investimentos realizados e a taxa de remuneração de capital, resultando, normalmente, em modificações nos valores das RAPs futuras. Após a publicação dos resultados da RTP pela ANEEL, a Empresa remunera o fluxo de recebimentos futuros relacionados com construção do empreendimento de transmissão, e, em razão disso, o saldo do ativo contratual é ajustado para considerar o novo fluxo de recebíveis. A diferença entre o saldo do ativo contratual antes da RTP e o saldo do ativo contratual após a RTP é registrado no resultado do período, na rubrica Remunerações Regulatórias - Contratos de Transmissão.

O direito efetivo de recebimento dos fluxos de caixas (RAPs) relativos à construção está condicionado à satisfação de outra obrigação de desempenho contratual, a de operar e manter a infraestrutura, por isso a amortização do ativo contratual (reclassificação para o contas a receber de clientes) ocorre à medida que a Empresa cumpre as obrigações mensais de operar e manter a infraestrutura, que ocorre no período compreendido entre a finalização da implantação do empreendimento de transmissão e o final da concessão.

À medida que as obrigações de operar e manter a infraestrutura são satisfeitas, a Empresa reconhece, na rubrica de contas a receber de clientes, em contrapartida a receita de operação e manutenção - O&M, os valores das RAPs relativas à operação e manutenção dos empreendimentos de transmissão. O reconhecimento direto em contas a receber de clientes, sem transitar no ativo contratual, é possível, pois o direito de recebimento de RAP, originado pela execução da atividade de operação e manutenção, não depende do cumprimento de outras obrigações.

## NOTA 10 - CONCESSÕES DE GERAÇÃO

De acordo com os novos contratos de concessão assinados em junho de 2022, não há previsão para as indenizações por investimentos ainda não amortizados referentes aos projetos básicos e investimentos vinculados a bens reversíveis das usinas hidrelétricas, ainda não amortizados ou não depreciados, cujas concessões foram prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013. Desta forma os ativos que possuíam pendências de indenização foram baixados via resultado (Outras despesas) da Empresa, vide nota explicativa 1.1.2.

CONTROLADORA / CONSOLIDADO	Nome da Usina	31/12/2022	31/12/2021
UHE Furnas		—	762.191
UHE Luiz Carlos de Barreto de Carvalho		—	505.410
UHE Marimbondo		—	85.449
UHE Funil		—	49.449
UHE Porto Colômbia		—	43.701
UHE Corumbá		—	3.480
<b>Total</b>		<b>1.449.680</b>	

## NOTA 11 - REMUNERAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Os valores apresentados referem-se a dividendos e JCP a receber, líquidos de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), quando aplicável, decorrente de investimentos de caráter permanente mantidos pela Empresa.

CONTROLADORA / CONSOLIDADO	31/12/2022	31/12/2021
<b>Circulante</b>		
Controladas em conjunto	25.058	30.119
Interligação Elétrica do Madeira (IE Madeira)	20.949	18.982
Belo Monte Transmissora	—	—
<b>Coligadas</b>		
Mata de Santa Genebra	13.280	13.560
Goiás Transmissão	19.783	10.594
MGE Transmissão	9.631	10.498
Retiro Baixo	5.761	7.072
Baguari Energia	2	6.511
Tijucas Participações e Investimentos	—	6.487
Paranaíba	9.668	4.997
Transenergia Renovável	2.787	3.435
Transenergia São Paulo	8.275	2.691
Caldas Novas Transmissão	1.317	1.840
Lago Azul Transmissão	898	800
<b>Total</b>	<b>117.409</b>	<b>117.586</b>

### Prática Contábil

As remunerações de participações societárias a receber, provenientes dos investimentos da Empresa no capital social de suas controladas, controladas em conjunto e coligadas, vide nota 13, são reconhecidas no ativo quando essas investidas destinam dividendos e JCP aos seus acionistas.

## NOTA 12 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### 12.1 - Imposto de renda (IR) e contribuição social (CS) correntes

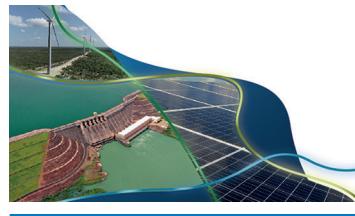
CONTROLADORA	CONSOLIDADO
31/12/2022	31/12/2021
31/12/2022	31/12/2021
<b>Ativo Circulante</b>	

CONTROLADORA	CONSOLIDADO
31/12/2022	31/12/2021
31/12/2022	31/12/2021
<b>Passivo Circulante</b>	

CONTROLADORA	CONSOLIDADO




<tbl\_r cells="2" ix="4" maxcspan="1



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO &amp; DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2022

Aqui você confere os indicadores de resultados da Eletrobras Furnas em 2022

	<b>Participação Furnas (%)</b>	<b>CONTROLADORA</b>		<b>CONSOLIDADO</b>		Após Furnas obter o controle em MESA, o passivo a descoberto no montante de R\$ 705.864 foi integralmente liquidado.	<b>CONTROLADORA/CONSOLIDADO</b>		
		<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>		<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>Liquidado</b>	<b>Saldo em 31/12/2022</b>
<b>Controlada em conjunto</b>						<b>Provisão para Passivo a Descoberto</b>	<b>(705.864)</b>	<b>705.864</b>	<b>-</b>
Belo Monte Transmissora	24,50%	1.002.903	947.456	1.002.903	947.456	Madeira Energia S.A. (MESA)			
Interligação Elétrica do Madeira (IE Madeira)	24,50%	867.833	704.990	867.833	704.990	Total	<b>(705.864)</b>	<b>705.864</b>	<b>-</b>
Teles Pires Participações	24,72%	157.682	394.986	157.682	394.986				
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>2.028.418</b>	<b>2.047.432</b>	<b>2.028.418</b>	<b>2.047.432</b>				
<b>Coligadas</b>									
Mata de Santa Genebra	49,90%	548.104	634.284	548.104	634.284				
Chapaeense	40,00%	253.633	454.259	253.633	454.259				
Empresa de Energia São Manoel	33,33%	588.913	428.168	588.913	428.168				
Enerpeixe	40,00%	261.789	266.309	261.789	266.309				
Paranába	24,50%	222.169	188.675	222.169	188.675				
Triângulo Mineiro Transmissora	49,00%	199.746	182.828	199.746	182.828				
Goiás Transmissão	49,00%	206.773	177.274	206.773	177.274				
Retiro Baixo	49,00%	155.470	168.726	155.470	168.726				
MGE Transmissão	49,00%	196.954	168.273	196.954	168.273				
Transenergia Renovável	49,00%	96.112	97.461	96.112	97.461				
Vale do São Bartolomeu	39,00%	89.860	79.406	89.860	79.406				
Baguari Energia	30,61%	71.987	67.797	71.987	67.797				
Transenergia São Paulo	49,00%	45.604	42.462	45.604	42.462				
Caldas Novas Transmissão	49,90%	25.654	30.481	25.654	30.481				
Lago Azul Transmissão	49,90%	22.044	29.068	22.044	29.068				
Tijoa Participações e Investimentos	49,90%	28.527	24.077	28.527	24.077				
Serra do Fácão	54,01%	17.003	7.899	17.003	7.899				
Centro de Soluções Estratégicas	-	-	201	-	201				
Demais Investimentos	49,00%	-	-	659	9.014				
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>3.030.342</b>	<b>3.047.648</b>	<b>3.031.001</b>	<b>3.056.662</b>				
<b>Outros Investimentos</b>									
Investimentos pelo custo de aquisição	-	17.193	17.712	17.193	17.712				
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>17.193</b>	<b>17.712</b>	<b>17.193</b>	<b>17.712</b>				
<b>Total do Investimento</b>	<b>-</b>	<b>5.867.941</b>	<b>5.526.875</b>	<b>5.076.612</b>	<b>5.121.806</b>				

**13.1 - Perdas estimadas em investimentos**

A Empresa estima o valor recuperável de seus investimentos nas Coligadas e Controladas em Conjunto com base em seu valor para o acionista, calculado a partir do fluxo de caixa descontado, ou seu valor de mercado, dos dois o maior, de acordo com o CPC 01/IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, para os casos em que tenha havido alguma transação sob condições de mercado para alguma SPE.

As premissas utilizadas consideram a melhor estimativa da Administração da Empresa sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como em dados históricos das SPEs. As principais premissas são descritas a seguir:

- Crescimento compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira;
- Taxa de desconto ao ano (após os impostos\*) específica para cada SPE, respeitando a estrutura de capital e custo da dívida de cada uma, utilizando o WACC, valendo-se dos mesmos parâmetros, com exceção a estrutura de capital e custo da dívida, utilizados para o cálculo das taxas de desconto dos ativos corporativos;
- Receitas projetadas de acordo com os contratos, sem previsão de prorrogação da concessão/autorização; e
- Despesas considerando o Plano de Negócios de cada investida e os valores históricos realizados.

\* O uso de taxas de desconto pós-impostos, na determinação dos valores em uso, não resultaria em valores recuperáveis materialmente diferentes caso taxas antes dos impostos fossem utilizadas.

O saldo das provisões para perda de investimentos é demonstrado a seguir:

	<b>CONTROLADORA</b>		<b>CONSOLIDADO</b>			<b>Balanço patrimonial MESA</b>			<b>Valor justo - participação atual (72,36%)</b>
	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>		<b>Valor contábil em 30/06/2022</b>	<b>Ajustes a valor justo</b>	<b>Valor justo - (100,00%)</b>	
Teles Pires Participações	(234.239)	-	(234.239)	-					
Mata de Santa Genebra	(141.393)	(73.868)	(141.393)	(73.868)					
IE Madeira	(46.096)	(155.206)	(46.096)	(155.206)					
Lago Azul Transmissão	(16.652)	(7.020)	(16.652)	(7.020)					
Empresa de Energia São Manoel	-	(177.516)	-	(177.516)					
Inambari Geração de Energia	-	(93)	-	(93)					
<b>Total</b>	<b>(438.380)</b>	<b>(413.703)</b>	<b>(438.380)</b>	<b>(413.703)</b>					

**13.3 - Mutação dos investimentos**

Segue abaixo a movimentação dos investimentos mais relevantes da Empresa:

	<b>CONTROLADORA</b>		<b>CONSOLIDADO</b>			<b>CONTROLDORA</b>			<b>Saldo em 31/12/2022</b>	
	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>		<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>Incorporação TGO (b)</b>	<b>Aumento/ Redução de Capital</b>	<b>Participações societárias</b>	
Participações societárias e outros investimentos										
Brasil Ventos	267.164	-	-	-	-	(79.553)	-	-	-	187.611
Transenergia Goiás	146.919	(157.697)	-	-	-	10.778	-	-	-	-
Belo Monte Transmissora	947.456	-	-	-	-	(33.199)	88.646	-	-	1.002.903
Interligação Elétrica do Madeira (IE Madeira)	704.990	-	-	-	-	(61.799)	115.532	109.110	-	867.833
Teles Pires Participações	394.986	-	23.168	-	-	-	(26.233)	(234.239)	-	157.682
Mata de Santa Genebra	634.284	-	-	-	-	(74.570)	55.915	(67.525)	-	548.104
Chapaeense	454.259	-	-	-	-	(369.709)	169.083	-	-	253.633
Empresa de Energia São Manoel	428.168	-	-	-	-	-	(16.771)	177.516	-	588.913
Enerpeixe	266.309	-	-	-	-	-	(4.520)	-	-	261.789
Madeira Energia S.A. (MESA) (a)	-	-	668.125	-	-	-	(21.758)	-	(41.990)	604.377
Paranába	188.675	-	-	-	-	(10.433)	43.927	-	-	222.16



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO &amp; DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2022

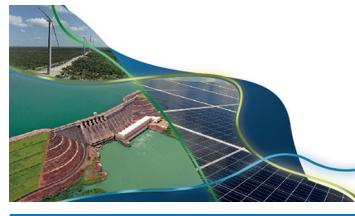
Aqui você confere os indicadores de resultados da Eletrobras Furnas em 2022

Participações societárias e outros investimentos	CONSOLIDADO								Saldo em 31/12/2021
	Saldo em 31/12/2020	Capitalização de AFAC	Aumento/Redução de capital	Ajustes de exercícios anteriores	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Participações societárias	Reversão/ Provisão para Perda		
Belo Monte Transmissora	829.732	—	—	1.095	(18.982)	79.924	55.687	947.456	
Interligação Elétrica do Madeira (IE Madeira)	687.658	—	—	(66.461)	133.953	(50.160)	704.990		
Teles Pires Participações	373.398	—	19.340	—	—	2.248	—	394.986	
Mata de Santa Genebra	534.167	—	—	—	(13.559)	62.921	50.755	634.284	
Chapacoense	373.740	—	—	—	(93.861)	174.380	—	454.259	
Empresa de Energia São Manoel	434.379	—	—	—	—	(26.162)	19.951	428.168	
Enerpeixe	265.711	—	—	—	1.725	(1.127)	—	266.309	
Madeira Energia S.A. (MESA)	906.289	—	—	—	—	(972.661)	66.372	—	
Paranaíba	173.434	—	—	—	(5.732)	20.973	—	188.675	
Triângulo Mineiro Transmissora	126.654	—	—	34.220	(3.920)	25.874	—	182.828	
Goiás Transmissão	212.431	—	—	—	(79.724)	44.567	—	177.274	
Retiro Baixo	157.183	1.225	—	—	(3.214)	13.532	—	168.726	
MGE Transmissão	137.148	—	—	—	(7.332)	38.457	—	168.273	
Transenergia Renovável	116.397	—	—	—	(33.401)	14.465	—	97.461	
Vale do São Bartolomeu	64.019	—	—	—	—	15.387	—	79.406	
Baguari Energia	68.700	—	—	—	(16.070)	15.167	—	67.797	
Transenergia São Paulo	59.320	—	—	—	(27.621)	10.763	—	42.462	
Caldas Novas Transmissão	12.516	—	—	13.551	(1.375)	5.789	—	30.481	
Lago Azul Transmissão	32.461	—	—	478	(2.168)	3.060	(4.763)	29.068	
Tijoa Participações e Investimentos	22.630	—	—	—	(33.827)	35.274	—	24.077	
Serra do Facão	22.952	—	2.106	—	—	(17.159)	—	7.899	
Centro de Soluções Estratégicas	784	—	—	—	(343)	(240)	—	201	
Demais investidas	5.825	4.519	—	—	—	(1.330)	—	9.014	
<b>Subtotal</b>	<b>5.617.528</b>	<b>5.744</b>	<b>21.446</b>	<b>49.344</b>	<b>(405.865)</b>	<b>(321.945)</b>	<b>137.842</b>	<b>5.104.094</b>	
Investimentos pelo custo de aquisição	16.393	—	1.319	—	—	—	—	17.712	
<b>Total</b>	<b>5.633.921</b>	<b>5.744</b>	<b>22.765</b>	<b>49.344</b>	<b>(405.865)</b>	<b>(321.945)</b>	<b>137.842</b>	<b>5.121.806</b>	

## 13.4 - Resumo das informações dos principais empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

	31/12/2022								Total
	Chapacoense	Enerpeixe	Madeira Energia S.A. (MESA)	Interligação Elétrica do Madeira (IE Madeira)	Serra do Facão	Teles Pires Participações	Belo Monte Transmissora	Demais Investidas (a)	
<b>Balanços Patrimoniais</b>									
Caixa e equivalente de caixa	381.282	47.165	923.600	35	342.073	157.938	64.826	1.916.919	451.750
Outros ativos circulantes	161.307	76.426	895.228	365.760	55.440	132.231	290.034	1.976.426	539.887
Ativo financeiro e Contratual, intangível e imobilizado	2.622.923	1.522.736	18.775.964	6.703.711	1.713.031	4.137.558	8.302.060	43.777.983	12.406.180
Outros ativos não circulantes	62.617	147.678	2.173.174	112.908	177.120	446.247	163.528	3.283.272	816.121
<b>Total Ativo</b>	<b>3.228.129</b>	<b>1.794.005</b>	<b>22.767.966</b>	<b>7.182.414</b>	<b>2.287.664</b>	<b>4.873.974</b>	<b>8.820.448</b>	<b>50.954.600</b>	<b>14.213.938</b>
Empréstimos e financiamentos (curto prazo)	235.203	320.521	1.154.265	223.740	—	243.788	458.458	2.635.975	402.918
Outros passivos circulantes	342.475	73.720	1.416.574	410.926	225.509	137.280	127.983	2.734.467	386.585
Empréstimos e financiamentos (longo prazo)	877.391	274.228	18.887.183	1.228.829	—	2.570.228	2.546.118	26.383.977	5.019.617
Outros passivos não circulantes	1.138.980	471.065	1.171.397	1.588.596	2.030.675	320.243	1.594.403	8.315.359	1.219.412
Patrimônio Líquido	634.080	654.471	138.547	3.730.323	31.480	1.602.435	4.093.486	10.884.822	7.185.406
<b>Total Passivo</b>	<b>3.228.129</b>	<b>1.794.005</b>	<b>22.767.966</b>	<b>7.182.414</b>	<b>2.287.664</b>	<b>4.873.974</b>	<b>8.820.448</b>	<b>50.954.600</b>	<b>14.213.938</b>
<b>Demonstrações dos Resultados</b>									
(+) Receita Líquida	1.203.128	289.224	4.137.130	735.154	385.005	916.260	954.985	8.620.886	1.974.517
(-) Custo da Operação	(382.528)	(184.963)	(3.450.424)	(35.361)	(165.628)	(763.587)	(127.544)	(5.110.035)	(631.084)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>820.600</b>	<b>104.261</b>	<b>686.706</b>	<b>699.793</b>	<b>219.377</b>	<b>152.673</b>	<b>827.441</b>	<b>3.510.851</b>	<b>1.343.433</b>
(-/-) Despesas / receitas operacionais	(7.364)	(6.064)	(160.228)	8.646	(5.083)	(19.813)	(18.031)	(207.937)	(85.916)
(+) Receita financeira	58.616	14.654	361.215	59.733	32.140	36.652	40.058	603.068	125.070
(-) Despesa financeira	(234.195)	(129.960)	(3.601.327)	(167.427)	(227.192)	(294.652)	(333.521)	(4.988.274)	(600.042)
<b>Lucro antes dos impostos</b>	<b>637.657</b>	<b>(17.109)</b>	<b>(2.713.634)</b>	<b>600.745</b>	<b>19.242</b>	<b>(125.140)</b>	<b>515.947</b>	<b>(1.082.292)</b>	<b>782.545</b>
(-) Impostos sobre o lucro	(214.949)	5.808	(222.408)	(129.188)	(2.392)	19.019	(155.925)	(700.035)	(183.050)
<b>Lucro Líquido (Prejuízo)</b>	<b>422.708</b>	<b>(11.301)</b>	<b>(2.936.042)</b>	<b>471.557</b>	<b>16.850</b>	<b>(106.121)</b>	<b>360.022</b>	<b>(1.782.327)</b>	<b>599.495</b>
Outras informações:									
Depreciação e amortização	(143.505)	(60.355)	(872.657)	(1.023)	(40.395)	(182.622)	(1.482)	(1.302.039)	(57.566)
(a) Saldo de Ativo financeiro e contratual, intangível e imobilizado composto, principalmente, pelos valores registrados nas seguintes investidas: São Manoel (R\$ 3.064.404), Mata de Santa Genebra (R\$ 3.193.169) e Paranaíba (R\$ 1.713.204)									

	31/12/2021								Total
	Chapacoense	Enerpeixe	Madeira Energia S.A. (MESA)	Interligação Elétrica do Madeira (IE Madeira)	Serra do Facão	Teles			



**Eletrobras  
Furnas**

Furnas Centrais Elétricas S.A. CNPJ 23.274.194/0001-19

# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO & DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**2022**

Aqui você confere os indicadores de resultados da Eletrobras Furnas em 2022

## 14.1 - Taxa média de depreciação e custo histórico

	CONTROLOADORA						31/12/2021			
	Taxa média de depreciação a.a.	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Impairment	Valor Líquido	Taxa média de depreciação a.a.	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Impairment	Valor Líquido
Barragens, reservatórios e adutoras	2,69%	4.098.406	(1.292.177)	—	2.806.229	1,79%	4.602.799	(1.703.473)	—	2.899.326
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,97%	1.308.532	(835.031)	—	473.501	1,95%	1.369.299	(886.122)	—	483.177
Máquinas e equipamentos	4,65%	4.300.059	(1.288.393)	—	3.011.666	4,94%	3.789.502	(1.727.759)	—	2.061.743
Outros		604.709	(47.925)	—	556.784		700.336	(74.556)	—	625.780
Perda estimada por irrecuperabilidade de ativos (Impairment)		—	—	(662.469)	(662.469)		—	—	(447.541)	(447.541)
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão		(308.197)	25.596	—	(282.601)		(289.268)	—	—	(289.268)
<b>Imobilizado em curso</b>		10.003.509	(3.437.930)	(662.469)	5.903.110		10.172.668	(4.391.910)	(447.541)	5.333.217
<b>Total</b>		<b>549.012</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>549.012</b>		<b>1.109.518</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>1.109.518</b>

## Direito de Uso

### Imobilizado em serviço

	31/12/2022	31/12/2021
Edificações, obras civis e benfeitorias	12,20%	12,20%
Máquinas e equipamentos	14,78%	14,78%
<b>Total</b>	<b>10.685.925</b>	<b>(3.489.955)</b>
	<b>(662.469)</b>	<b>6.533.501</b>
		<b>11.402.296</b>
		<b>(4.424.111)</b>
		<b>(447.541)</b>
		<b>6.530.644</b>

## CONSOLIDADO

	CONSOLIDADO						31/12/2021			
	Taxa média de depreciação a.a.	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Impairment	Valor Líquido	Taxa média de depreciação a.a.	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Impairment	Valor Líquido
Barragens, reservatórios e adutoras	3,07%	13.078.989	(3.768.282)	—	9.310.708	1,79%	4.602.799	(1.703.473)	—	2.899.326
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,40%	6.076.203	(2.138.637)	—	3.937.566	1,95%	1.370.610	(886.201)	—	484.409
Máquinas e equipamentos	4,28%	14.956.113	(4.204.769)	—	10.751.344	4,94%	4.440.394	(1.775.467)	—	2.664.927
Outros		899.653	25.596	—	925.249		698.105	(74.834)	—	623.271
Perda estimada por irrecuperabilidade de ativos		(143.221)	(139.381)	—	(732.800)	(732.800)	(289.268)	—	(520.893)	(520.893)
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão		34.867.737	(10.225.472)	(732.800)	23.909.465		10.822.640	(4.439.975)	(520.893)	5.861.772
<b>Imobilizado em curso</b>		<b>732.855</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>732.855</b>		<b>1.132.419</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>1.132.419</b>
<b>Total</b>		<b>732.855</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>732.855</b>		<b>1.132.419</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>1.132.419</b>

## Prática Contábil

O imobilizado é mensurado inicialmente pelo seu custo. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção dos ativos e os gastos para colocação do ativo em funcionamento. Subsequentemente, os imobilizados são deduzidos pela depreciação e pela perda por redução do valor recuperável, se verificada, vide nota 16.

Os itens do ativo imobilizado referem-se substancialmente à infraestrutura de geração de energia elétrica das concessões da Empresa. A depreciação desses ativos inicia quando estão prontos para operar, sendo reconhecida linearmente com base na vida útil estimada de cada ativo e no valor residual desses ativos ao final das concessões. Furnas considera que a vida útil estimada pela ANEEL para os itens do imobilizado expressam adequadamente o tempo de vida útil dos bens, por isso adota as taxas de depreciação determinadas pela ANEEL.

A infraestrutura de transmissão de energia elétrica da Empresa não está classificada no Imobilizado, em razão das características contratuais das concessões. Os direitos às contraprestações originadas pela construção dos empreendimentos de transmissão são registrados na rubrica Ativo Contratual de Transmissão, vide nota 9.

Os ativos de Direito de Uso são depreciados também linearmente, pelos prazos contratuais de arrendamentos.

## NOTA 15 - INTANGÍVEL

Em junho de 2022, a Empresa celebrou novos contratos de concessão de geração de energia elétrica em substituição aos contratos de concessão vigentes para as usinas hidrelétricas contempladas pela Lei nº 14.182/2021.

	CONTROLOADORA						CONSOLIDADO						
	Saldo em 31/12/2021	Incorporação da TGO (a)	Adição/ Constituição	Amortização	Transferências	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021	Aquisição da MESA (b)	Adição/ Constituição	Baixas/ Reversões	Amortização	Transferências	Saldo em 31/12/2022
<b>Intangível em serviço</b>													
Concessões (c)	—	—	20.398.738	(90.567)	—	20.308.171	—	880.584	20.398.738	—	(107.989)	—	21.171.333
Uso do Bem Público	29.476	—	—	(1.349)	—	28.127	29.478	134.741	—	—	(4.009)	—	160.210
Serviços	—	—	—	—	—	—	6.776	8.054	—	—	(159)	—	14.671
Software	37.736	—	—	(14.592)	6.488	29.632	37.751	463	3	—	(14.769)	6.708	30.156
Repaculação do Risco Hidrológico	898.254	—	—	(57.772)	—	840.482	898.253	—	—	—	(57.772)	—	840.481
Perda estimada por irrecuperabilidade de ativos (Impairment)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(31.914)
Outros	965.466	181	20.398.738	(164.280)	6.488	21.206.593	1.005.237	1.125.582	20.377.550	(7.754)	(12.691)	9.531	134.528
<b>Total</b>	<b>979.276</b>	<b>14</b>	<b>20.402.272</b>	<b>(164.280)</b>	<b>3.476</b>	<b>21.220.758</b>	<b>1.175.872</b>	<b>1.130.030</b>	<b>20.426.665</b>	<b>(12.756)</b>	<b>(197.389)</b>	<b>3.519</b>	<b>22.525.941</b>

(a) Furnas realizou a incorporação da TGO em novembro de 2022, vide nota explicativa 4.7;

(b) Furnas realizou a aquisição de controle de MESA em julho de 2022, vide nota explicativa 13.2; e

(c) Foram celebrados novos contratos de concessão em decorrência da Lei nº 14.182/2021, que possibilitaram a alteração do regime de exploração para produção independente das usinas cotistas (descotização), nos termos da Lei nº 9.074/1995.

	CONTROLOADORA						CONSOLIDADO			
	Saldo em 31/12/2020									



**Eletrobras  
Furnas**

Furnas Centrais Elétricas S.A. CNPJ 23.274.194/0001-19

# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO & DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**2022**

Aqui você confere os indicadores de resultados da Eletrobras Furnas em 2022

Unidade geradora de caixa	CONSOLIDADO			CONSOLIDADO		
	31/12/2021	Adições	Reversões	31/12/2022		31/12/2021
UTE Santa Cruz	(279.379)	(287.874)		(567.253)		
UHE Batalha	(148.953)		70.302	(78.651)		
Brasil Ventos	(75.996)	(31.914)	5.665	(102.245)		
UTE Campos (Roberto Silveira)	(16.565)			(16.565)		
<b>Total</b>	<b>(520.893)</b>	<b>(319.788)</b>	<b>75.967</b>	<b>(764.714)</b>		

Unidade geradora de caixa	CONSOLIDADO			CONSOLIDADO		
	31/12/2020	Reversões	31/12/2021		31/12/2022	
UTE Santa Cruz	(402.769)	123.390	(279.379)			
UHE Batalha	(298.058)	149.105	(148.953)			
UTE Campos (Roberto Silveira)	(16.565)	—	(16.565)			
Brasil Ventos	(75.996)	—	(75.996)			
<b>Total</b>	<b>(793.388)</b>	<b>272.495</b>	<b>(520.893)</b>			

Abaixo, destacamos os principais impactos decorrentes da avaliação do valor recuperável pela Empresa em 31 de dezembro de 2022:

- a) principais efeitos no resultado das UGC's nos comparativos entre exercício atual e anterior:
  - I. Variação positiva em todas as UGC das UHE's prorrogadas pela lei 14.182/2021;
  - II. Pequeno aumento para UGC UHE Batalha reflexo da queda na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) e aumento na receita por extensão na concessão;
  - III. O aumento do *Impairment*, é devido ao aumento de investimento na UTE Santa Cruz. Os demais impactos foram ocasionados pelo atraso na operação comercial do ciclo combinado e aumento do custo variável unitário em função do aumento expressivo do gás, impactando no despacho da usina; e
  - IV. A controlada Brasil Ventos constitui um *Impairment* na UGC do projeto geradora Eólica Ventos de Angelim S.A. por falta de expectativa de geração de receitas na unidade, ocasionados principalmente por motivos de inviabilidade técnica. Houve também uma reversão de *Impairment* na controlada, devido a atualização das premissas de cálculo do Plano de Negócios do Complexo Eólico Fortim.
- b) Conclusão com a aplicabilidade do teste:
- I. Contabilização da reversão no valor R\$ 70.302 para UGC UHE Batalha;
- II. Contabilização da provisão no valor de R\$ 287.874 para UGC UTE Santa Cruz, montante adicionado de *impairment* refere-se principalmente ao aumento expressivo do gás, impactando assim o seu custo variável unitário (CVU) e, por consequência, o despacho da usina pelo ONS;
- III. Consolidação de provisão no valor de R\$ 31.914 para a UGC Eólica Ventos de Angelim S.A. (Brasil Ventos), devido a avaliação da unidade geradora de caixa (UGC) do projeto Geradora Eólica Ventos de Angelim S.A., quanto aos aspectos do *impairment* e, por falta de expectativa de geração de receitas na unidade geradora de caixa ocasionados principalmente por motivos de inviabilidade técnica, constitui provisão no montante de R\$ 31.914; e
- IV. Consolidação da reversão no valor de R\$ 5.665 para as UGCs que compõe o Complexo Eólico Fortim (Brasil Ventos).

#### Prática Contábil

A Empresa avalia periodicamente se há indicação de desvalorização dos seus principais ativos não financeiros (investimentos em participações societárias, imobilizado e intangível). A avaliação é realizada por UGC, que corresponde a um grupo de ativos capaz de gerar entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos.

Se houver indicação de desvalorização, o valor recuperável da UGC é estimado e confrontado com o saldo contábil atual. Caso o valor recuperável seja inferior ao valor contábil, é registrada perda com desvalorização do ativo.

O valor recuperável do ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo. Em síntese, o valor em uso é o valor presente de fluxos de caixa futuros advindos da operação do ativo e o valor justo é o preço que seria recebido pela venda do ativo em transação não forçada.

Por não haver mercado ativo para a negociação dos seus ativos e por acreditar que o cálculo do valor justo a partir de premissas do mercado se aproximaria do valor em uso, na maior parte dos testes de *impairment*, Furnas admite como valor recuperável o valor em uso, que corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, com a taxa de desconto que reflete a avaliação atual da mercadoria e/ou custo da oportunidade da Empresa, o valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo.

Para os testes de *impairment* dos ativos que Furnas iniciou estudos para negociação, ainda não caracterizados contabilmente como disponível para venda, o valor justo é considerado, sendo calculado com base na média dos valores das propostas, ainda não vinculantes, recebidas dos possíveis interessados.

#### NOTA 17 - FORNECEDORES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Circulante</b>				
Bens Materiais e Serviços	582.943	354.481	619.709	355.713
Energia Comprada para Revenda	256.071	303.224	427.387	303.224
CCEE - Energia de curto prazo	3.412	3.099	12.543	3.099
Outros	8.937	6.236	8.937	6.236
<b>851.363</b>	<b>667.040</b>	<b>1.068.576</b>	<b>668.272</b>	

Em julho de 2022, ocorreu a obtenção de controle da MESA, que acrescentou um montante R\$216.429 em 31 de dezembro de 2022 em Fornecedores.

A Empresa e suas controladas não possuem operação de risco sacado.

#### Prática Contábil

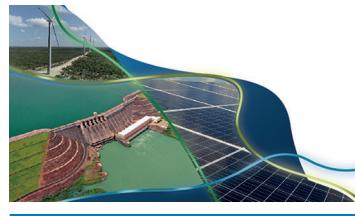
As obrigações com os fornecedores da Empresa são reconhecidas pelos valores das transações e liquidadas pelos pagamentos. Não há juros embutidos nessas obrigações.

#### NOTA 18 - EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

A composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures devidos por Furnas e suas controladas é divulgada a seguir:

	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Taxa</b>						
<b>Circulante</b>						

<b>Moeda Estrangeira</b>	<b>BID</b>	Taxa flutuante base US\$ x SOFR(a)	40.214	315.109	Taxa flutuante base US\$ x Líbor	42.349	379.146
<b>Moeda Nacional</b>							
Eletrobras	6% a.a. + 1% tx. adm.	45.856	339.591	6% a.a. + 1% tx. adm.	119.913	359.592	
Eletrobras	119,5% CDI	69.240	—	119,5% CDI	74.562	62.135	
BNDES	TJLP + 1,91% a.a.	78.785	201.153	TJLP + 1,91% a.a.	78.386	276.937	
BNDES	TJLP + 2,18% a.a.	4.399	11.231	TJLP + 2,18% a.a.	4.378	15.461	
BNDES	TJLP + 3% a.a.	19.799	39.183	TJLP + 3% a.a.	19.718	58.324	
BNDES	TJLP + 2,45% e 2,85% a.a.	20.780	111.709	TJLP + 2,45% e 2,85% a.a.	20.670	131.034	
Banco do Brasil (Aditivo)	107,3% e 132% CDI	211.286	—	107,3% e 132% CDI	254.446	208.333	
Banco do Brasil	115% CDI	56.872	—	115% CDI	54.851	50.000	
Banco do Brasil	CDI + 2,3% a.a.	4.670	600.000	CDI + 2,3% a.a.	3.673	600.000	
Banco do Brasil	CDI + 2,0% a.a.	1.762	1.500.000	CDI + 2,0% a.a.	—	—	
Banco do Brasil	CDI + 1,65% a.a.	47.488	500.000	CDI + 1,65% a.a.	—	—	
CEF	113,7% CDI	182.391	—	113,7% CDI	180.026	166.667	
CEF	141% CDI	—	—	141% CDI	177.708	—	
CEF - Finame	2,5% a.a. + TJLP	—	—	2,5% a.a. + TJLP	24	—	
CEF - Finame	8,7% a.a.	—	—	8,7% a.a.	80	—	
Bradesco	CDI + 2,0898% a.a.	1.788	300.000	CDI + 2,0898% a.a.	1.409	300.000	
Itaú	CDI + 2,28% a.a.	5.671	500.000	CDI + 2,28% a.a.	4.017	500.000	
Itaú	CDI + 1,60% a.a.	49.608	500.000	CDI + 1,60% a.a.	—	—	
BASA	122,84% CDI	1.000	200.000	122,84% CDI	770	200.000	
Banco BTG	CDI + 2,3% a.a.	150.805	—	CDI + 2,3% a.a.	151.850	140.000	
State Grid	10% a.a.	47.427	289.670	10% a.a.	45.598	323.800	
Finep Sub A	3,5% a.a.	—	—	3,5% a.a.	9.663	8.832	
Finep Sub B	5% a.a. + TJLP	—	—	5% a.a. + TJLP	13.983	12.777	
Finep 2019	5% a.a. + TJLP	1.040	5.544	5% a.a. + TJLP	694	6.518	
FIDC Imperium	108% CDI	228.175	41.220	108% CDI	194		



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO &amp; DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2022

Aqui você confere os indicadores de resultados da Eletrobras Furnas em 2022

## NOTA 23 - ENCARGOS SETORIAIS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Circulante</b>				
Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	32.107	17.604	46.114	17.604
Quota para Reserva Global de Reversão (RGR)	71.091	45.811	71.091	45.845
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Recurso em poder da empresa	11.124	16.695	64.488	16.954
Quota CDE	—	—	867	—
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)	3.262	2.399	4.277	2.403
	117.584	82.509	186.837	82.806
<b>Não Circulante</b>				
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Projetos Próprios	196.963	189.887	221.777	189.887
	196.963	189.887	221.777	189.887
<b>Total circulante</b>	<b>314.547</b>	<b>272.396</b>	<b>408.614</b>	<b>272.693</b>

## 23.1 - Reserva Global de Reversão - RGR

A contribuição para a formação da RGR é de responsabilidade das empresas concessionárias do serviço público de energia elétrica, mediante uma quota denominada Reversão e Encampação de Serviços de Energia Elétrica, de até 2,5% do valor dos investimentos dos concessionários e permissionários, limitado a 3% da receita anual. O valor da quota é computado como componente do custo do serviço das concessionárias. As transmissoras licitadas a partir de 12 de setembro de 2012 e as transmissoras e geradoras que tiveram suas concessões prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013, são desobrigadas do recolhimento deste encargo.

## Prática Contábil

A Empresa reconhece como obrigações a recolher os encargos setoriais calculados com base na receita bruta do período, de acordo com os percentuais estabelecidos pelas leis. Na demonstração de resultados, os encargos setoriais são apresentados na receita líquida, como redutores da receita bruta.

## NOTA 24 - OUTROS PASSIVOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Circulante</b>				
Compensação Ambiental	—	—	158.794	—
Cauções	—	—	18.271	554
Adiantamentos de clientes	—	—	64.270	2.090
Arrendamentos	16.684	8.207	18.823	10.016
Outros Passivos	9.050	32.459	63.910	45.857
	25.734	40.666	324.068	58.517
<b>Não Circulante</b>				
GAG Melhoria	120.801	202.190	120.801	202.190
Convênio Itaipu	180.552	165.570	180.552	165.570
Compensação Ambiental	—	—	174.245	—
Adiantamentos de clientes	—	—	129.494	—
Arrendamentos	76.341	88.432	174.297	156.686
Waiver Fee	—	—	80.776	—
Outros Passivos	9.970	9.972	25.778	20.041
	387.664	466.164	885.933	544.487
<b>Total</b>	<b>413.398</b>	<b>506.830</b>	<b>1.210.001</b>	<b>603.004</b>

Em julho de 2022, ocorreu a obtenção de controle da MESA, que acrescentou um montante R\$ 648.100 em 31 de dezembro de 2022 em Outros Passivos.

## Compensação Ambiental

O saldo calculado com base na Lei nº 9.985/00 e no Decreto nº 6.848/09, são recursos destinados a compensar os impactos ambientais não mitigáveis causados pela obra com a adoção de medidas que visam impedir, mitigar ou, excepcionalmente, compensar impactos identificados nos monitoramentos ambientais também exigidos pelo IBAMA.

## Adiantamentos de clientes

Corresponde aos adiantamentos de clientes pela venda de energia. As receitas destas operações são reconhecidas no resultado quando ocorrem os fornecimentos das energias contratadas, cumprindo-se as obrigações de desempenho, nesta ocasião ocorrerão as baixas dos adiantamentos.

## NOTA 25 - BENEFÍCIO AOS EMPREGADOS

Furnas patrocina planos de previdência aos seus empregados, bem como planos de assistência médica. Esses benefícios são classificados como Benefícios Definidos - BD, Contribuição Definida - CD, Plano de Saúde e Benefícios Rescisórios (Plano de Aposentadoria Extraordinária e Plano de Incentivo ao Desligamento). A gestão dos planos de previdência da Empresa é responsabilidade da Fundação Real Grandeza (FRG), entidade sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira. O plano de benefício previdenciário normalmente expõe o Grupo a riscos atuariais, tais como risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e risco de salário.

- Risco de investimento: O valor presente do passivo do plano de benefício definido previdenciário é calculado usando uma taxa de desconto determinada em virtude da remuneração de títulos privados de alta qualidade; se o retorno sobre o ativo do plano for abaixo dessa taxa, haverá um déficit do plano. Atualmente, o plano tem um investimento relativamente equilibrado em ações, instrumentos de dívida e imóveis. Devido à natureza de longo prazo dos passivos do plano, o conselho do fundo de pensão considera apropriado que uma parcela razoável dos ativos do plano deva ser investida em ações e imóveis para alavancar o retorno gerado pelo fundo;
- Risco de taxa de juros: Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano. Entretanto, isso será parcialmente compensado por um aumento do retorno sobre os títulos de dívida do plano;
- Risco de longevidade: O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano; e
- Risco de salário: O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência aos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, um aumento do salário dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

Furnas oferece aos seus atuais e futuros aposentados e aos seus dependentes benefícios do tipo previdenciário, de assistência à saúde conforme apresentado na tabela a seguir:

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021
<b>Circulante</b>		
Obrigações Estimadas	36.815	14.776
<b>Total</b>	<b>36.815</b>	<b>14.776</b>
<b>Não Circulante</b>		
Planos Previdenciários (25.1)	37.972	57.973
Planos de saúde (25.2)	83.411	75.436
Benefícios Rescisórios	4.697	36.347
Obrigações Estimadas	1.211	2.534
<b>Total</b>	<b>127.291</b>	<b>172.290</b>

## 25.1 - Planos previdenciários

Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício:

	Balanço Patrimonial - Planos Previdenciários	
	31/12/2022	31/12/2021
Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas (a)		
(-) Valor justo dos ativos do plano (b)		
Valores disponíveis imediatos	13.034.860	13.606.821
Realizável previdenciário	(13.863.010)	(13.644.084)
Renda fixa	(175)	(152)
Renda variável	(12.359.677)	(11.888.007)
Investimentos imobiliários	(2.727.479)	(2.800.225)
Empréstimos e financiamentos	(492.865)	(474.951)
Tesouraria	(166.200)	(203.649)
Outros	(35.643)	(27.389)
(-) Exigíveis previdenciários	(89.033)	(93.236)
(-) Exigíveis de investimentos	179.571	173.950
Valor justo - Parte CD	1.706.078	1.625.541
<b>Passivo (Ativo) líquido</b>	<b>(828.150)</b>	<b>(37.263)</b>
Efeito de restrição sobre o ativo	866.122	95.236
Valor do passivo/(ativo) de benefício pós-emprego	37.972	57.973
<b>Circulante</b>		
<b>Não Circulante</b>		

(a) Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas.

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, referentes aos planos previdenciários são as seguintes:

Movimentação do Valor Presente - Planos Previdenciários

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo em inicial em 31 de dezembro de 2021 e 2020	13.606.821	16.744.019
Custos dos serviços correntes líquidos	13.995	32.319
Contribuição dos participantes ativos	5.513	4.859
Custos dos juros	1.245.136	1.065.881
Benefícios pagos	(1.208.131)	(1.220.535)
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	(41.540)	(77.937)
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	(912.541)	(2.965.860)
Amortização	325.607	720.075
Saldo final em 31 de dezembro de 2022 e 2021	<b>13.034.860</b>	<b>13.606.821</b>

(b) Valor justo dos ativos do plano

Os valores justos dos instrumentos de capital e de dívida são determinados com base em preços de mercado cotados em mercados ativos, enquanto os valores justos de investimentos imobiliários não são baseados em preços de mercado cotados em mercados ativos.

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, referentes aos planos previdenciários são as seguintes:

Movimentação do Valor Justo - Planos Previdenciários

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO	
31/12/2022	31/12/2021	





<tbl\_r cells="3" ix="5" maxcspan="1" maxrspan="1" usedcols="3



**Eletrobras  
Furnas**

Furnas Centrais Elétricas S.A. CNPJ 23.274.194/0001-19

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO & DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**2022**

Aqui você confere os indicadores de resultados da Eletrobras Furnas em 2022

### NOTA 27 - PROVISÕES PARA LITÍGIOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Furnas e suas controladas são partes envolvidas em diversas ações em andamento no âmbito administrativo e judiciário, principalmente nas esferas tributária, trabalhista e cível, que se encontram em vários estágios de julgamento.

#### 27.1 - Provisões para litígios

A Empresa e suas controladas constituem provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada nos seguintes valores:

	<b>CONTROLOADORA</b>		<b>CONSOLIDADO</b>	
	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>Circulante</b>				
Cíveis	–	–	62.285	–
Trabalhistas	–	–	165	–
	–	–	62.450	–
<b>Não Circulante</b>				
Trabalhistas	740.124	829.091	744.182	829.091
Tributárias	537.949	513.617	537.949	513.617
Cíveis	497.778	428.157	581.657	428.157
Regulatórios	363.099	422.392	363.099	422.392
Fundiários	288.430	187.534	416.240	188.794
Ambientais	63.841	29.491	63.841	29.491
<b>Total</b>	<b>2.491.221</b>	<b>2.410.282</b>	<b>2.769.418</b>	<b>2.411.542</b>

Estas provisões tiveram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a seguinte evolução:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>CONTROLOADORA</b>	<b>CONSOLIDADO</b>
Aquisição de MESA	<b>2.410.282</b>	<b>2.411.542</b>
Incorporação TGO	–	238.096
Constituição de provisões	1.439	–
Reversão de provisões	741.343	800.891
Atualização Monetária	(232.801)	(244.737)
Constituições anos anteriores (reclassificado de outros)	12.793	3.197
Pagamentos	(441.835)	(456.953)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>2.491.221</b>	<b>2.769.418</b>

(a) Em julho de 2022, Furnas passou a ser controladora da MESA após assinatura do Distrato do Acordo de Acionistas de MESA. (vide nota explicativa 13.2); e

(b) Furnas realizou a incorporação da TGO em novembro de 2022, vide nota explicativa 4.7.

#### 27.1.1 - Trabalhistas

Furnas é parte em diversos processos trabalhistas, e em 31 de dezembro de 2022 esses processos somam R\$ 744.182 (R\$ 829.091 em 31 de dezembro de 2021). Os valores provisionados neste grupo são decorrentes de reclamações vinculadas, principalmente, a: (i) disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões e ao terço constitucional de férias, bem como a outros itens amparados pela legislação trabalhista brasileira que o reclamante julga ter direito, ou, mesmo tendo recebido o direito, julgou que foi por valor diverso do que deveria; e (ii) complementação de aposentadoria equiparada à remuneração dos empregados ativos. Dentre os processos relevantes:

- R\$ 228.954 (R\$ 140.678 em 31 de dezembro de 2021) referente às ações movidas por funcionários aposentados que pleiteiam o recebimento de sua complementação de aposentadoria;
- R\$ 113.919 (R\$ 31.941 em 31 de dezembro de 2021) referente às ações movidas por funcionários que pleiteiam o recebimento de horas extras trabalhadas;
- R\$ 116.890 (R\$ 106.877 em 31 de dezembro de 2021) referente à demanda de trabalhadores pelo pagamento do adicional de periculosidade em suposta desconformidade com a súmula 191 do TST (Tribunal Superior do Trabalho); e
- R\$ 25.272 (R\$ 15.762 em 31 de dezembro de 2021) referente à demanda de ex-trabalhadores terceirizados que sustentam ser Furnas responsável de forma subsidiária pelo inadimplemento das obrigações trabalhistas do seu empregador.

#### 27.1.2 - Tributários

Em 31 de dezembro de 2022 os processos tributários prováveis somam R\$ 537.949 (R\$ 513.617 em 31 de dezembro de 2021).

Dentre os processos de natureza tributária destacamos:

##### • Desconstituição de crédito tributário - IRPJ (Processo nº 50111315-38.2018.4.02.5101)

O montante classificado com prognóstico de perda provável é R\$ 194.841 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 181.015 em 31 de dezembro de 2021). Trata-se de ação anulatória que visa a desconstituição de crédito tributário.

A empresa avaliou o tratamento fiscal incerto em relação a contingência ao tema de acordo com icpc 22 e IFRIC 23.

##### • Auto de infração - PIS/COFINS (Processo nº 0084092-14.2015.4.02.5101)

O montante classificado com prognóstico de perda provável, e integralmente depositado em juízo, é R\$ 189.208 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 174.544 em 31 de dezembro de 2021). O processo refere-se a uma ação anulatória, a União Federal ajuizou Execução Fiscal para cobrar o auto de infração, mas o juiz suspendeu o seu andamento até que a questão seja definitivamente analisada na ação Anulatória proposta por Furnas, que foi inicialmente, proposta por Furnas contra a União Federal com a finalidade de questionar a cobrança final decorrente do auto de infração que apontou incompatibilidade entre os valores do PIS/COFINS informados por meio da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTFs) e Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais (DACON) no exercício de 2010. Furnas tinha o entendimento de que as receitas recebidas pelo uso da rede elétrica de Itaipu seriam isentas, não as submetendo à incidência do PIS/COFINS. O pedido de Furnas foi julgado improcedente, porém a Empresa apresentou recurso de apelação e aguarda julgamento.

##### • Compensações de IRPJ e CSLL (Processo nº 0085231-98.2015.4.02.5101)

O montante classificado com prognóstico de perda provável é R\$ 89.375 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 83.333 em 31 de dezembro de 2021). Além disso, a Empresa tem registrado com prognóstico de perda possível, conforme item 27.2.2. Trata-se de um processo da Fazenda Nacional contra Furnas referente a lançamentos fiscais com aplicação de multa de ofício em virtude da desconsideração de compensações de IRPJ e CSLL realizadas sem a apresentação de PER/DOMP. O processo teve julgamento parcialmente procedente a Execução Fiscal.

A empresa avaliou o tratamento fiscal incerto em relação a contingência ao tema de acordo com icpc 22 e IFRIC 23.

#### 27.1.3 - Regulatórios

Em 31 de dezembro de 2022 os processos regulatórios prováveis somam R\$ 363.099 (R\$ 422.392 em 31 de dezembro de 2021).

##### • Anulação de ato administrativo (Processo nº 0073708-71.2006.8.19.0001)

O valor total classificado com prognóstico de perda provável é R\$ 69.835 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 148.498 em 31 de dezembro de 2021). Trata-se de um processo movido pela Ampla Energia e Serviços S.A., referente à ação ordinária na qual a mesma pede a anulação de ato administrativo, alegando violação ao congelamento de preços, que foram implementadas pelos Decretos Lei nº 2.283/86 e nº 2.284/86.

##### • Anulação de autos de infração ANEEL

Furnas é parte em diversos processos regulatórios, e em 31 de dezembro de 2022 esses processos somam R\$ 207.893 (R\$ 207.670 em 31 de dezembro de 2021). Os valores provisionados neste grupo são decorrentes de recursos nos quais Furnas pede anulação para a desconstituição de ato administrativo.

#### 27.1.4 - Fundiários

Em 31 de dezembro de 2022 os processos fundiários prováveis somam R\$ 416.240 (R\$ 188.794 em 31 de dezembro de 2021).

No caso dos processos fundiários destacamos:

##### • Indenização por servidão (Processo nº 0061172-72.2008.8.26.0224)

O montante provisionado em 31 de dezembro de 2022 é R\$ 168.248 (R\$ 157.233 em 31 de dezembro de 2021). Trata-se de uma ação de indenização, movida pela Empreendimentos e Representações Cabucu Ltda., por servidão de passagem de linha de transmissão elétrica Guarulhos-São José dos Campos ajuizada em 1985, referente à expropriação ocorrida em 1963. O autor iniciou o cumprimento de sentença por meio do processo nº 0020278-73.2016.8.26.0224, cujo trâmite foi suspenso pelo ajuizamento de Ação Rescisória por Furnas, autuada sob o nº 2123705-45.2016.8.26.0000. Considerando o acórdão proferido pelo TJSP favoravelmente a Furnas na ação rescisória, o cumprimento de sentença na ação de indenização encontra-se suspenso.

##### • Obrigação de fazer (Processo nº 0326606-20.2008.8.13.0019)

Destacamos a mudança de prognóstico de possível para provável deste processo. O montante provisionado em 31 de dezembro de 2022 é R\$ 70.968. Trata-se de ação ordinária de obrigação de fazer impetrada pelo Município de Capitólio/MG em decorrência da construção da UHE Furnas.

#### 27.1.5 - Cíveis

Em 31 de dezembro de 2022 os processos cíveis prováveis somam R\$ 581.657 (R\$ 428.157 em 31 de dezembro de 2021).

##### • Ação declaratória (Processo nº 0230268-26.2015.8.19.0001)

O montante classificado com prognóstico de perda provável é R\$ 89.802 (R\$ 221.328, com prognóstico de perda possível, em 31 de dezembro de 2021). O processo tendo como parte contrária Consórcio Fornecedor Batalha – CONBAT, e trata-se de ação declaratória de nulidade de multa contratual e condonatório para resarcimento de diversos valores oriundos do pleito de reequilíbrio-econômico do contrato celebrado entre as partes na ocasião da construção da UHE Batalha. Atualmente encontra-se com suspensão de prazo para interposição de recurso de apelação pelas partes em razão de tratativas para acordo judicial.

##### • Complementação de aposentadoria - Fundação Real Grandeza - FRG

Furnas é parte em diversos processos cíveis de perda provável no que que tange a complementação de aposentadoria, e em 31 de dezembro de 2022 esses processos somam R\$ 164.214 (R\$ 17.850 em 31 de dezembro de 2021). Os valores provisionados neste grupo são decorrentes de cobrança de reembolso para as devidas patrocinadoras da FRG.

• Em julho de 2022, MESA passou a ser controlada de Furnas, desta forma, seus processos cíveis com diagnóstico de perda provável que somam R\$ 70.914 foram incorporados.

AMESA é parte envolvida em (i) ações movidas contra a Empresa por possíveis impactos da implantação e operação da UHE Santo Antônio no agravamento da cheia de 2014 ou desbarramento das margens do rio Madeira e consequentes danos a imóveis; (ii) pagamento de eventual valor complementar definido em juízo nas ações de desapropriação intentada pela Empresa relacionada aos imóveis necessários para composição do reservatório da UHE Santo Antônio; e (iii) ações de execução para entrega de imóveis destinados à compensação de área de Reserva Legal já entregues à comunidade reassentada pela Empresa por ocasião da implantação da UHE Santo Antônio para produção agrícola.

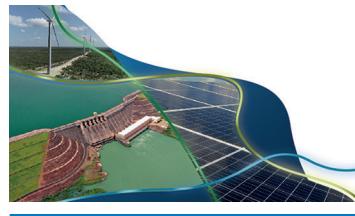
#### 27.2 - Passivos contingentes

Adicionalmente, a Empresa possui processos avaliados com perda possível nos seguintes montantes:

	<b>CONTROLOADORA</b>	<b>CONSOLIDADO</b>
	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>Tributárias</b>	8.071.808	7.523.659
Cíveis	641.075	937.782
Regulatórios	1.018.082	914.617
Trabalhistas	819.408	896.736
Ambientais	948.068	77.452
Fundiários	86.256	80.582
<b>Total</b>	<b>11.584.697</b>	<b>10.430.828</b>
	<b>15.220.581</b>	<b>10.430.828</b>

Dado o estágio em que se encontram, os processos abaixo são acompanhados com maior atenção pela Administração, de modo que a ocorrência de desdobramentos desfavoráveis poderá arcarretar uma reavaliação e, eventualmente, alteração no prognóstico de risco, sendo certo que, no atual momento, a classificação de risco adotada se mostra adequada e coerente com a avaliação realizada por nossos consultores jurídicos e representam nossa melhor estimativa contábil.

Com a aquisição do controle de MESA em julho de 2022, houve um acréscimo de R\$ 3.635.884 nos passivos contingentes de Furnas. Dentre as principais causas classificadas como possíveis, damos destaque para causas no âmbito cível e tributário, apresentando um acréscimo de R\$ 2.632.004 e R\$ 949



**Eletrobras  
Furnas**

Furnas Centrais Elétricas S.A. CNPJ 23.274.194/0001-19

# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO & DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**2022**

Aqui você confere os indicadores de resultados da Eletrobras Furnas em 2022

## Decisão do STF - Matéria tributária transitada em julgado

Em fevereiro de 2023, o Plenário Supremo Tribunal Federal (STF), em decisão por unanimidade, considerou que uma decisão definitiva, a chamada "coisa julgada", sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir.

A Empresa não identificou processos judiciais relevantes relacionados com os seus tributos recolhidos de forma continuada, portanto Furnas e suas controladas não foram, neste momento, impactadas pela decisão do STF.

### Prática Contábil

Os riscos de desembolso futuros com litígios trabalhistas, tributários e cíveis são reconhecidas no balanço patrimonial, na rubrica Provisões para Litígios, quando há obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, cuja liquidação seja provável e que seja possível estimarem os valores de forma confiável, com base na avaliação da Administração e dos assessores jurídicos internos e externos. Os valores são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos referidos processos judiciais.

Os riscos de desembolso futuros com litígios (contingentes), cuja liquidação seja possível, são apenas divulgados em notas explicativas, sem compor o passivo da Empresa.

A avaliação de riscos é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

## NOTA 28 - OBRIGAÇÕES DA LEI N° 14.182/2021

A Lei nº 14.182/2021 determinou as condições para a obtenção das novas outorgas de concessão de geração de energia elétrica estabelecendo obrigações de (i) pagamento à CDE e (ii) implementação de programas de revitalização das bacias hidrográficas.

### 28.1 - Movimentação das obrigações Lei nº 14.182/2021

CONTROLOADORA / CONSOLIDADO		
Conta Desenvolvimento Energético	Revitalização das Bacias Hidrográficas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021		
Adição	9.723.379	1.759.545
Atualização Monetária	56.885	6.050
Encargos	315.629	49.160
Amortização do Principal	(1.538.496)	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>8.557.397</b>	<b>1.814.755</b>

A atualização do passivo das obrigações Lei nº 14.182/2021 é realizada utilizando o IPCA do mês anterior.

As parcelas das obrigações com CDE e Revitalização das Bacias Hidrográficas têm seus vencimentos a valor presente, com taxa 7,60% e 5,67%, respectivamente, assim programados:

Conta Desenvolvimento Energético <sup>(1)</sup>	Revitalização das Bacias Hidrográficas <sup>(2)</sup>	Total
2023 174.904	230.764	405.668
2024 317.264	217.380	534.644
2025 442.287	205.715	648.002
2026 548.070	194.676	742.746
2027 636.705	184.229	820.934
Após 2027 6.438.167	781.991	7.220.158
<b>Total</b> <b>8.557.397</b>	<b>1.814.755</b>	<b>10.372.152</b>

<sup>(1)</sup> Final em 2047; e

<sup>(2)</sup> Final em 2032.

Na nota explicativa 33.3.3, é demonstrado o fluxo de pagamentos (valores futuros) das obrigações da Lei 14.182/2021, determinados pela Resolução CNPE 015/2021, corrigidos monetariamente pelo IPCA.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, Furnas efetuou o pagamento à CDE do valor atualizado de R\$ 1.538.496.

### Prática Contábil

As obrigações da Lei nº 14.182/2021 (desestatização da Eletrobras) foram reconhecidas inicialmente a partir dos valores apresentados na Resolução CNPE 015/2021, alterada pela Resolução CNPE 030/2021. Subsequentemente, essas obrigações são atualizadas pelos juros transcorridos, pela atualização monetária (IPCA) e pelos pagamentos realizados.

As taxas de juros das obrigações não foram apresentadas diretamente na Resolução CNPE 015/2021, em razão disso, foram calculadas, de forma implícita, a partir do valor presente das obrigações, do fluxo futuro de pagamentos e do prazo de pagamento.

Os juros e as atualizações monetárias transcorridas são registrados na demonstração de resultados, no grupo de resultado financeiro.

## NOTA 29 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2022 o patrimônio líquido da Empresa, no valor de R\$ 45.249.779 (R\$ 26.821.827 em 31 de dezembro 2021).

O capital social da Furnas, no total de R\$ 15.439.373 (R\$ 6.531.154 em 31 de dezembro 2021), está distribuído entre ações ordinárias e preferenciais como segue:

Acionista	31/12/2022		
	Ordinárias	Preferenciais	Capital Total
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras)	69.585.004	99,87%	19.433.351
Outros	91.700	0,13%	205.279
<b>Total</b>	<b>69.676.704</b>	<b>100%</b>	<b>19.638.630</b>
Acionista	31/12/2021		
	Ordinárias	Preferenciais	Capital Total
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras)	52.647.326	99,83%	14.659.407
Outros	91.700	0,17%	205.278
<b>Total</b>	<b>52.739.026</b>	<b>100%</b>	<b>14.864.685</b>

### 29.1 - Reserva de Capital

Essa reserva representa o excedente de capital acumulado da Empresa. Os montantes destinados a esse objetivo são permanentemente investidos e não podem ser usados para pagar dividendos.

### 29.2 - Reservas de lucros

Reserva	Reserva especial de dividendos não distribuídos	Reserva a realizar	Total de reservas de lucro
Saldo em 31 de dezembro de 2020	888.300	5.021.591	8.209.219
Reserva especial de dividendos não distribuídos 2021	204.114	2.908.626	3.112.740
Dividendo Adicional Proposto	–	(160.458)	–
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>1.092.414</b>	<b>7.769.759</b>	<b>8.209.219</b>
Reversão de dividendos	–	337.277	497.735
Reclassificação entre reservas	–	(5.801.369)	5.801.369
Reversão de reservas	–	(299.121)	–
Constituição de reservas	82.911	–	701.453
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1.175.325</b>	<b>2.006.546</b>	<b>14.872.499</b>

No segundo trimestre de 2022, a Empresa verificou a necessidade de reclassificação entre as contas de Reserva especial de dividendos não distribuídos e a Reserva de lucros a realizar do montante de R\$ 5.801.369 para adequação aos Art. 197 e Art. 202 da Lei 6.404/1976.

A Empresa realiza a constituição das Reservas de Lucro seguindo a legislação vigente, destinando para Reserva especial de dividendos não distribuídos os valores de dividendos mínimos obrigatórios que não foram destinados em função da situação econômico-financeira, conforme § 5º, Art. 202 da Lei 6.404/1976.

As Reservas de Lucro podem ser destinadas para remuneração aos acionistas, aumento de capital ou abatimento de prejuízos futuros. A Empresa pretende realizar essas reservas na proporção das distribuições futuras de dividendos que ultrapassarem o mínimo obrigatório.

### 29.3 - Adiantamento para Futuro de Aumento de Capital

AFFAC – Adiantamento para Futuro aumento de Capital Eletrobras

Integralização

**Saldo em 31 de dezembro de 2022**

Em setembro de 2022 foi concedido a Furnas AFFAC no montante de R\$ 8.908.219 para pagamento do bônus de outorga dos novos contratos de concessão de geração de energia elétrica, o qual foi integralmente capitalizado. Adicionalmente, em dezembro de 2022, foi concedido através de aumento de capital o montante de R\$ 8.400.000, para o reforço de caixa e refinanciamento de passivo, com recursos ordinários. O valor do AFFAC será capitalizado, através de aumento de capital, após a Empresa ter cumprido todas as disposições legais necessárias a formalização do processo.

### 29.4 - Distribuição de Dividendos

Destinação do Exercício	CONTROLOADORA		
	31/12/2022	31/12/2021	Desligamentos
Lucros acumulados	–	–	Quantidade de funcionários
Ajustes de SPEs	–	49.345	Valor
Lucro do exercício	1.658.243	4.032.937	2022 160
(-) Reserva Legal	(82.911)	(3.112.740)	2023 (a) 367
(-) Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	(393.833)	(969.542)	Total 527
(-) Dividendo adicional proposto	(480.046)	–	
(-) Reserva de lucros a realizar	(701.453)	–	
<b>Total</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>254.043</b>

## NOTA 30 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Geração	CONTROLOADORA		
	31/12/2022	(Reclassificado)	31/12/2021
Suprimento	2.638.371	2.958.089	5.071.720
Fornecimento	1.337.731	1.249.779	1.249.779
CCEE	483.665	263.394	486.045
Receita de operação e manutenção	1.621.669	1.490.181	1.621.669



**Eletrobras  
Furnas**

Furnas Centrais Elétricas S.A. CNPJ 23.274.194/0001-19

# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO & DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**2022**

Aqui você confere os indicadores de resultados da Eletrobras Furnas em 2022

## Prática Contábil

No resultado financeiro são registrados, principalmente, os encargos das dívidas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, vide nota explicativa 18, os encargos das obrigações com a CDE e revitalização de bacias hidrográficas, vide nota explicativa 28, os juros dos passivos de arrendamentos e as receitas de aplicações financeiras.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando a taxa de câmbio vigente na data das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da conversão pela taxa de câmbio do fim do período são reconhecidos no resultado como despesa ou receita financeira.

## NOTA 33 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

### 33.1 - Gestão do Risco de Capital

Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. As aquisições e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Empresa pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, Furnas monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à exposição líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazo, somados ao valor de fornecedores, apresentados respectivamente nas notas explicativas 18 e 17, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (sem considerar o caixa restrito e TVM restrito), apresentados nas notas explicativas 6 e 7. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com adivida líquida.

	<b>CONTROLADORA</b>		<b>CONSOLIDADO</b>	
	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Total dos empréstimos, financiamentos e debêntures	7.984.494	6.877.578	28.517.701	7.382.052
Fornecedores	851.363	667.040	1.068.576	668.272
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(3.766.459)	(14.404)	(4.764.303)	(116.800)
(-) Títulos e Valores Mobiliários	(7.616.110)	(2.762.181)	(7.616.110)	(2.762.181)
Exposição líquida	(2.549.712)	4.768.033	17.205.864	5.171.343
(+) Total do Patrimônio Líquido	45.249.779	26.821.827	45.483.362	26.822.036
<b>Total do Capital</b>	<b>42.703.067</b>	<b>31.599.860</b>	<b>62.689.226</b>	<b>31.993.379</b>
Índice de Alavancagem Financeira	-6%	15%	27%	16%

### 33.2 - Classificação por categoria de instrumentos financeiros

Os saldos contábeis de certos ativos e passivos financeiros representam uma aproximação razoável do valor justo. A Empresa usa a seguinte classificação para enquadrar os seus instrumentos financeiros e seus respectivos níveis:

	<b>CONTROLADORA</b>		<b>CONSOLIDADO</b>	
	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>

#### ATIVOS FINANCEIROS

##### Custo amortizado

Nível	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
	<b>6.506.697</b>	<b>3.905.725</b>	<b>8.159.722</b>	<b>4.014.446</b>
Caixa e equivalentes de Caixa	3.766.459	14.404	4.764.303	116.800
Clientes	1.542.103	1.386.366	2.009.297	1.392.684
Ativo financeiro - concessões	-	1.449.680	-	1.449.680
Dividendos a receber - remuneração dos investimentos	117.409	117.586	117.409	117.586
Depósitos judiciais	1.080.726	93.689	1.268.713	937.696
<b>Valor justo por meio do resultado</b>	<b>7.616.110</b>	<b>2.762.181</b>	<b>7.616.110</b>	<b>2.762.181</b>
Títulos e Valores Mobiliários	7.616.110	2.762.181	7.616.110	2.762.181

#### PASSIVOS FINANCEIROS

##### Custo amortizado

Nível	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
	<b>20.083.248</b>	<b>8.640.668</b>	<b>41.251.543</b>	<b>9.222.286</b>
Emprestimos, financiamentos e debêntures	7.984.494	6.877.578	28.517.701	7.382.052
Fornecedores	851.363	667.040	1.068.576	668.272
Arrendamentos	93.023	96.639	193.118	166.702
Concessões a Pagar UBP	39.419	39.062	357.199	39.062
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	66.216	-	72.065
Remuneração aos acionistas	742.797	894.133	742.797	894.133
Obrigações Lei 14.182/2021	10.372.152	-	10.372.152	-

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora. E os preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Eletrobras e suas controladas é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais classificados como valor justo por meio de resultado ou através de outros resultados abrangentes anteriormente classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde estão disponíveis e confia o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros (nível 2) incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- O valor justo de swaps de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado; e
- O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente.

Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, que são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes (nível 3), e o risco de crédito das contrapartes das operações de swaps.

### 33.3 - Gestão de Riscos Financeiros

No exercício de suas atividades a Empresa é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros de Furnas.

Para a gestão de riscos financeiros, Furnas definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela Administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

As análises de sensibilidade abaixo foram elaboradas tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Empresa. Tratam-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

#### 33.3.1 - Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade de Furnas ter seus demonstrativos econômico-financeiros impactados por flutuações nas taxas de câmbio. A Empresa apresenta exposição a riscos financeiros que causam volatilidade nos seus resultados bem como em seu fluxo de caixa. Furnas apresenta exposição entre ativos e passivos indexados à moeda estrangeira, em especial ao dólar norte americano.

#### (a) Composição dos saldos em moeda estrangeira e análise de sensibilidade

Risco de apreciação das taxas de câmbio

	<b>CONSOLIDADO</b>	
	<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>Efeito no resultado</b>

	<b>Moeda</b>	<b>Cenário I - Provável 2022<sup>(1)</sup></b>	<b>Cenário II - (+25%)<sup>(1)</sup></b>	<b>Cenário III - (+50%)<sup>(1)</sup></b>
(68.100)	(355.324)	3.247	(84.772)	(172.792)
		3.247	(84.772)	(172.792)
			3.247	(84.772)
				(172.792)

(1) Premissas adotadas:

	**31/12/2022**	**Provável**	**25%**	**50%**

</



**Eletrobras  
Furnas**

Furnas Centrais Elétricas S.A. CNPJ 23.274.194/0001-19

# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO & DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**2022**

Aqui você confere os indicadores de resultados da Eletrobras Furnas em 2022

## 34.2 - Ativos não circulantes por segmento

Os ativos não circulantes segmentados em Geração e Transmissão se referem aos que são diretamente ligados com essas atividades. Os ativos intangíveis e imobilizados sem vínculos diretos com as atividades de geração e transmissão de energia elétrica são apresentados no segmento de Administração.

CONSOLIDADO								
31/12/2022			31/12/2021					
Adminis- tração	Geração	Transmissão	Total	Adminis- tração	Geração	Transmissão	Total	
Imobilizado	132.328	24.593.343	-	24.725.671	234.148	6.677.072	170.880	7.082.100
Intangível	218.160	22.305.674	2.107	22.525.941	35.448	1.138.317	2.107	1.175.872
Ativo Contratual	-	-	24.763.617	24.763.617	-	-	24.494.418	24.494.418
<b>Total Ativo</b>	<b>350.488</b>	<b>46.899.017</b>	<b>24.765.724</b>	<b>72.015.229</b>	<b>269.596</b>	<b>7.815.389</b>	<b>24.667.405</b>	<b>32.752.390</b>

## NOTA 35 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações da Empresa com sua controladora, coligadas e controladas, SPEs e entidades governamentais são realizadas a preços e condições definidos entre as partes, que levam em consideração as condições que poderiam ser praticadas no mercado com partes não relacionadas, quando aplicável.

As principais operações com partes relacionadas são as seguintes:

- a) Empresas em que Furnas detém participações acionárias: dividendos, AFAC, receitas de transmissão e comercialização, encargos de uso do sistema de Transmissão e serviços de terceiros; e
- b) Eletrobras: empréstimos e financiamentos, AFAC, dividendos, JCP e encargos financeiros.

## 35.1 - Transações com partes relacionadas - Controladora

Abaixo se encontram resumidas as transações comerciais e respectivos saldos com partes relacionadas da Controladora:

### 35.1.1 - Balanço Patrimonial

#### CONTROLOADORA

31/12/2022

Patrimonial	Entidades benefício					
	Controladas em conjunto	Coligadas	pós-emprego e de saúde	Empresas Eletrobras	Bancos	União Federal
Ativos	(a)	(a)	(a)	(b)	(b)	(d)
Cientes	14.148	4.458	7.824	-	17.776	-
Outras contas a receber	-	-	1.270	932	136.409	-
Dividendos / JCP a receber	-	46.007	71.402	-	-	(135.357)
PECLD <sup>(1)</sup>	-	-	-	-	-	-
Outros investimentos (acionista)	-	-	-	-	2.766	-
Imobilizado - Obrigações vinculadas à concessão	-	-	-	-	-	(9.150)
<b>Total Ativo</b>	<b>14.148</b>	<b>50.465</b>	<b>80.496</b>	<b>932</b>	<b>12.444</b>	<b>-</b>
<b>Passivos</b>						
Fornecedores	-	12.266	10.282	231	49.334	-
Obrigações diversas	-	-	-	11.079	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	4.892	454.687	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	740.327	-
Outras contas a pagar	-	460	-	87.468	99	-
<b>Total Passivo</b>	<b>12.726</b>	<b>10.282</b>	<b>103.670</b>	<b>1.244.447</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

<sup>(1)</sup> A PECLD com Empresas Eletrobras de R\$ 135.357: (i) Eletropar - Uso da Infraestrutura do Sistema de Transmissão e fibra ótica, no montante de R\$ 105.261; e (ii) Chesf - O valor registrado de R\$ 30.096 refere-se a créditos oriundos da diferença entre os recursos disponibilizados por Furnas para liquidação parcial dos compromissos da Chesf nas operações no Mercado Atacadista de Energia (MAE).

#### CONTROLOADORA

31/12/2021

Patrimonial	Entidades benefício					
	Controladas em conjunto	Coligadas	pós-emprego e de saúde	Adminis-tradores	Empresas Eletrobras	Bancos
Ativos	(a)	(a)	(a)	(c)	(b)	(d)
Cientes	50	2.645	20.831	-	317.201	-
Outras contas a receber	-	1.034	932	1	136.409	-
Dividendos / JCP a receber	-	49.101	68.485	-	-	(135.357)
PECLD	-	-	-	-	-	-
Outros investimentos (acionista)	-	-	-	-	2.766	-
Imobilizado - Obrigações vinculadas à concessão	-	-	-	-	-	(9.150)
<b>Total Ativo</b>	<b>50</b>	<b>50.465</b>	<b>80.496</b>	<b>932</b>	<b>12.444</b>	<b>-</b>
<b>Passivos</b>						
Fornecedores	-	12.266	10.282	231	49.334	-
Obrigações diversas	-	-	-	11.079	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	4.892	454.687	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	740.327	-
Outras contas a pagar	-	460	-	87.468	99	-
<b>Total Passivo</b>	<b>12.726</b>	<b>10.282</b>	<b>103.670</b>	<b>1.244.447</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

(a) Vide nota explicativa 13.4.

(b) Em 2021: Bancos: Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal (CEF), Banco da Amazônia S.A. (BASA), Financiadoras de Estudos e Projetos (FINEP), Banco Votorantim S.A. (BV), Banco do Nordeste S.A. (BNB) e Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Em 2022: BNDES, BB, CEF, BASA, FINEP, BV e BNB até 30/06/2022.

(c) Em 2022: CEPEL e ONS até 30/06/2022.

(d) Em 2021: União Federal: Telebras, Petrobras, Transpetro, Ministério de Minas (MME) e Energia e Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Em 2022: MME, Telebras, Petrobras, Transpetro e STN até 30/06/2022.

35.1.2 - Demonstração do Resultado

#### CONTROLOADORA

31/12/2022

Resultado	Entidades benefício					
	Controladas em conjunto	Coligadas	pós-emprego e de saúde	Adminis-tradores	Empresas Eletrobras	Bancos
(a)	(a)	(a)	(b)	(c)	(d)	
Receita uso da rede elétrica	78.418	38.210	35.242	-	206.603	-
Receitas de prestação de serviços	1.688	307	16.335	-	-	6.353
Outras receitas	526	-	102.698	83.280	8.079	408
Compra de Energia Elétrica	-	(107.769)	(179.883)	-	-	-
Encargos de Uso da Rede	(305)	(34.417)	(17.743)	-	(168.406)	-
Venda de Energia	97.869	12.674	39.505	-	-	14.898
Provisão perdas investimentos - SPE Mesa	(956.417)	-	-	-	-	-
Reversão da provisão com passivo a desconto - SPE Mesa	705.864	-	-	-	-	-
Outras despesas	(182)	(125.129)	(27)	(334.416)	(24.556)	(796)
Receitas (Despesas) Financeiras	-	-	-	-	165.571	-
<b>Total</b>	<b>(72.539)</b>	<b>(216.124)</b>	<b>(3.873)</b>	<b>(252.469)</b>	<b>(47.056)</b>	<b>(130.922)</b>
					<b>(22.405)</b>	<b>(339.961)</b>

(a) Vide nota explicativa 13.4.

(b) Em 2021: Bancos: Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal (CEF), Banco da Amazônia S.A. (BASA), Financiadoras de Estudos e Projetos (FINEP), Banco Votorantim S.A. (BV), Banco do Nordeste S.A. (BNB) e Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Em 2022: BNDES, BB, CEF, BASA, FINEP, BV e BNB até 30/06/2022.

(c) Em 2022: CEPEL e ONS até 30/06/2022.

(d) Em 2021: União Federal: Telebras, Petrobras, Transpetro, Ministério de Minas (MME) e Energia e Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

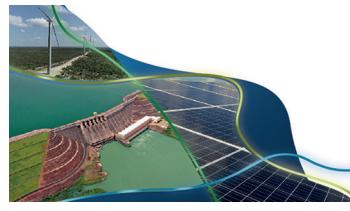
Em 2022: MME, Telebras, Petrobras, Transpetro e STN até 30/06/2022.

35.2 - Transações com partes relacionadas - Consolidado

Abaixo se encontram resumidas as transações comerciais e respectivos saldos com partes relacionadas do Consolidado:

### 35.2.1 - Balanço Patrimonial

#### CONSOLIDADO



**Eletrobras  
Furnas**

Furnas Centrais Elétricas S.A. CNPJ 23.274.194/0001-19

# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO & DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**2022**

Aqui você confere os indicadores de resultados da Eletrobras Furnas em 2022

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas  
Furnas Centrais Elétricas S.A.

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais de Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas" ou "Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas de Furnas Centrais Elétricas S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Furnas Centrais Elétricas S.A. e de Furnas Centrais Elétricas S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Enfase

#### Situação operacional das coligadas, controlada e de empresa controlada em conjunto

Conforme mencionado na Nota 13.5 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a controlada em conjunto Teles Pires Participações S.A., as coligadas Enerpeixe S.A. e Chapecoense S.A. e a controlada Madeira Energia S.A. apresentam excesso de passivos sobre ativos circulantes relevante em 31 de dezembro de 2022. As circunstâncias da controlada em conjunto, das coligadas e da controlada demonstram a necessidade de manutenção do suporte financeiro por parte de terceiros, da Empresa e/ou demais acionistas. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

### Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### Porque é um PAA

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

#### Avaliação do valor recuperável do ativo imobilizado, intangível (Notas 14 e 15) e dos investimentos em coligadas e controladas em conjunto (Nota 13)

O ativo imobilizado consolidado é composto, principalmente, pelos custos de construção de usinas de geração hidroelétricas e termoelétricas, para os quais uma provisão para redução ao valor recuperável pode ser necessária sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável.

O intangível consolidado é formado substancialmente pelos direitos adquiridos de explorar empreendimentos de geração de energia elétrica nos termos dos novos contratos de outorga.

A avaliação de recuperabilidade é realizada com base em projeções de fluxos de caixa futuros esperados de cada Unidade Geradora de Caixa (UGC) à qual os saldos se relacionam.

As projeções de fluxo de caixa foram preparadas com base na melhor estimativa da administração da Empresa sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como em dados históricos das unidades geradoras de caixa e consideram premissas relacionadas aos resultados das atividades de cada UGC, bem como outras premissas que subsidiam essas projeções como perspectivas de crescimento da economia brasileira, taxa de desconto, receitas projetadas e despesas por UGC.

Adicionalmente a Empresa possui saldos relevantes em investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, para os quais também é feita uma avaliação de valor recuperável com base nas projeções de fluxo de caixa descontado ou seu valor de mercado, dos dois ou maior. As premissas utilizadas consideram a melhor estimativa da administração da Empresa sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informação como em dados históricos.

A utilização de diferentes premissas poderia modificar significativamente os valores recuperáveis apurados pela Empresa e por suas controladas para o ativo imobilizado e os investimentos. Além dos fatores citados acima, e considerando as deficiências de controles identificadas, foi necessário executar testes adicionais a fim de avaliar a integridade e a precisão das informações geradas internamente. Por essa razão, consideramos essa área como foco em nossa auditoria.

#### Mensuração do ativo contratual de transmissão (Nota 9)

O ativo contratual de transmissão refere-se ao direito da Empresa à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão. A mensuração desse ativo requer o exercício de julgamento significativo por parte da administração sobre o cumprimento das obrigações de performance satisfeitas ao longo do tempo.

Adicionalmente, por se tratar de ativos de longo prazo, a determinação das margens de lucro desejadas é formada com base no custo médio ponderado de capital - WACC da Empresa, nos riscos de atrasos nas obras, nas penalidades regulatórias originadas pelas indisponibilidades das linhas de transmissão de energia elétrica e na identificação das taxas de remuneração. Essas taxas são a melhor representação do componente financeiro embutido nos fluxos de recebimentos futuros e também requerem o uso de julgamento significativo por parte da administração, afetando a mensuração do valor presente com base nos fluxos de caixa futuro.

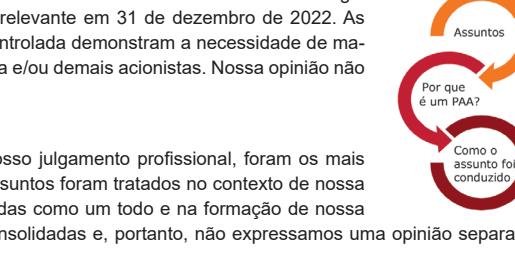
Consideramos essa área como foco de auditoria pois a utilização de diferentes premissas pode modificar significativamente o valor do ativo mensurado pela Empresa.

#### Provisão para litígios e passivos contingentes (Nota 27)

A Empresa e suas controladas são partes passivas em processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária, originados no curso normal dos negócios.

A determinação das probabilidades de perda e, consequentemente, do valor das provisões e das demais divulgações requeridas, exigem julgamento significativo da Empresa e de suas controladas, sendo reavaliados periodicamente conforme o andamento dos processos, nas diversas instâncias judiciais, e da jurisprudência aplicável.

Devido à complexidade e incertezas relacionadas aos aspectos legais e constitucionais envolvidos em temas cíveis, trabalhistas e tributários e a seus possíveis impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como aos testes adicionais necessários em decorrência das deficiências de controles internos identificadas, consideramos essa como uma área de foco em nossa auditoria.



### Porque é um PAA

#### Combinação de negócios (Nota 13.2)

Em julho de 2022, a Empresa concluiu o processo de aquisição de controle da Madeira Energia S.A.

O processo de avaliação e mensuração dos ativos adquiridos e passivos assumidos a valores justos e da determinação do preço de aquisição foi conduzido pela Empresa, com o apoio de avaliadores externos contratados pela administração.

Consideramos esse assunto como um dos Principais Assuntos de Auditoria devido à complexidade inerente ao processo de combinação de negócios, que envolve a determinação da data de obtenção de controle e da contraprestação paga na transação, bem como na identificação dos ativos adquiridos e passivos assumidos e na mensuração dos valores justos.

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração para a determinação das provisões são consistentes com as divulgações efetuadas e os dados e informações obtidos.

Nossos procedimentos de auditoria incluiram, entre outros, o entendimento e avaliação do ambiente de controles internos relacionados à identificação, avaliação, mensuração e divulgação da combinação de negócios.

Efetuamos a leitura dos contratos e atas de reunião relacionados com a aquisição, bem como obtivemos evidências que fundamentaram a determinação da data de aquisição do controle da Madeira Energia S.A. pela Empresa.

Também contamos com o envolvimento de nossos especialistas em avaliação de ativos para análise da metodologia utilizada pelos avaliadores externos contratados pela Empresa, para mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e na avaliação da razoabilidade das premissas utilizadas e cálculos efetuados, confrontando-os, quando disponíveis, com informações de mercado.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são consistentes com as informações obtidas em nossa auditoria.

#### Reconhecimento do intangível - Novos contratos de concessão (Notas 1.1.1 e 15)

Em junho de 2022, a Empresa, celebrou novos contratos de concessão de geração de energia elétrica em substituição aos contratos de concessão vigentes para oito usinas hidrelétricas contempladas pela Lei no 14.182/2021, que permitiu e determinou as condições para a desestatização de sua controladora Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobras").

Os novos contratos concederam o direito de explorar os potenciais de energia hidráulica por meio de usinas hidrelétricas bem como as instalações de transmissão de interesse restrito dessas usinas pelo prazo de 30 anos, tendo como contraprestação: a obrigação de compromissos de pagamentos à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), o pagamento de bônus de outorga, pagamentos para revitalização dos recursos hídricos de bacias hidrográficas e a reversão da provisão de contratos onerosos, que totalizam o custo de aquisição do ativo intangível referente aos contratos de concessão no montante de R\$ 20.399 milhões.

Consideramos esse assunto como um dos Principais Assuntos de Auditoria devido à sua relevância e pelos aspectos relacionados à formação do custo de aquisição no reconhecimento do ativo intangível destes novos contratos de concessão.

Nossos procedimentos de auditoria incluiram, entre outros, o entendimento e avaliação do ambiente de controles internos relacionados à identificação, avaliação, mensuração e divulgação de transações não usuais.

Efetuamos a leitura dos contratos de concessão, leis e normativos associados ao processo de obtenção dos novos contratos de concessão, bem como discutimos com a administração os principais aspectos de mensuração e reconhecimento desses novos contratos.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão coerentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

#### Outros assuntos

##### Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Empresa e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Empresa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

##### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

##### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

##### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2023